



ARMY UNIVERSITY
PRESS

Military Review

REVISTA PROFISSIONAL DO EXÉRCITO DOS EUA

PRIMEIRO TRIMESTRE 2018

EDIÇÃO BRASILEIRA

Military Review

PRIMEIRO TRIMESTRE 2018



Combate em Múltiplos Domínios p3

Gen Ex David G. Perkins, Exército dos EUA

Segurança dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016 p11

Cel Alessandro Visacro, Exército Brasileiro

A Política em Relação à Coreia do Norte p73

Cel James M. Minnich, Exército dos EUA

<http://www.armyupress.army.mil/Journals/Military-Review/Edicao-Brasileira/>

PB-100-18-01 / 02 / 03
Headquarters, Department of the Army
PIN: 202744-000

Approved for public release; distribution is unlimited

CENTRO DE ARMAS COMBINADAS, FORTE LEAVENWORTH, KANSAS

3 Combate em Múltiplos Domínios

Impulsionando a Mudança para Vencer no Futuro

Gen Ex David G. Perkins, Exército dos EUA

Este artigo descreve as ideias que vêm tomando forma sobre como as forças terrestres poderão conduzir futuras operações dentro do conceito de Combate em Múltiplos Domínios que vem sendo desenvolvido pelo Army Capabilities and Integration Center.

11 Brasil

Comando Conjunto de Prevenção e Combate ao Terrorismo na Segurança dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016

Cel Alessandro Visacro, Exército Brasileiro

Este artigo apresenta uma breve análise da segurança dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016, com foco prioritário nas ações de enfrentamento ao terrorismo – temática que, por sua dramaticidade e crescente importância, tem exigido um engajamento cada vez maior dos profissionais militares.

22 Compreendendo o Papel do Japão na Segurança do Pacífico Ocidental

Ten Cel (Res) Peter D. Fromm, Exército dos EUA

As Forças Armadas norte-americanas precisam conduzir sua relação bilateral com o Japão de uma forma que fortaleça o papel deste último na comunidade de segurança do Leste Asiático e evite consequências imprevistas.



Foto da Capa:

Dirigente norte-coreano Kim Jong-un inspeciona o Complexo Científico Tecnológico em Pyongyang, Coreia do Norte, 28 Out 15. (Foto disponibilizada pela Agência Central de Notícias da Coreia do Norte)

31 O Apoio Cibernético nas Operações de Combate da Coreia do Norte

1º Ten Scott J. Tosi, Exército dos EUA

As evidências indicam que o Exército Popular da Coreia conduzirá operações cibernéticas como um meio de guerra assimétrica para desorganizar o comando e controle inimigo e compensar suas desvantagens tecnológicas durante as operações de combate. Portanto, as forças norte-americanas e aliadas devem se preparar para essa ameaça.

41 Colocando Limites no “Comandante-Helicóptero”

Como Superar a Aversão ao Risco e Estimular a Iniciativa Disciplinada no Exército dos EUA

Maj Lynn Marie Breckenridge, Exército dos EUA

Os pais-helicópteros têm a tendência de pairar acima dos filhos, pronto para pousar no primeiro sinal de problemas. A premissa deste artigo é que o Exército dos EUA está passando por uma época de “comandantes-helicópteros”, ocasionada pela tecnologia de comunicações aperfeiçoada e pela percepção aumentada de riscos.

50 Em Defesa do Exército de Campanha

Ten Cel Nicholas R. Simontis, Exército dos EUA

Ao contrário dos mal-entendidos em relação ao seu papel doutrinário no ambiente atual, os exércitos de campanha estão tornando-se estrategicamente mais necessários do que antes. Devido às suas capacidades singulares, os exércitos de campanha podem formar a espinha dorsal das forças conjuntas ou multinacionais, servindo como o integrador e fornecendo uma base que facilita a interdependência da força conjunta.

Military Review

THE PROFESSIONAL JOURNAL OF THE U.S. ARMY

Primeiro Trimestre 2018 Tomo 73 Número 1
Professional Bulletin 100-18-1/2/3
Authentication no. 1731007

Comandante, Centro de Armas Combinadas:
General-de-Divisão Michael D. Lundy

Editora-Chefe da Military Review: Coronel Katherine Guttormsen
Editor-Chefe das Edições em Inglês: William M. Darley
Editor-Chefe, Edições em Línguas Estrangeiras: Miguel Severo
Gerente de Produção: Major Andrew White
Administração: Linda Darnell

Edições Ibero-Americanas

Assistente de Tradução: Posição vaga
Diagramador/Webmaster: Michael Serravo

Edição Hispano-Americana

Tradutora/Editora: Emilio Meneses
Tradutor/Editor: Ronald Williford

Edição Brasileira

Tradutor/Editor: Shawn A. Spencer
Tradutora/Editora: Flavia da Rocha Spiegel Linck

Assessores das Edições Ibero-americanas

Oficial de Ligação do Exército Brasileiro junto ao CAC/EUA e Assessor da Edição Brasileira: Cel Danilo Mota Alencar
Oficial de Ligação do Exército Chileno junto ao CAC/EUA e Assessor da Edição Hispano-Americana: Ten Cel Carlos Eduardo Osses Seguel

Military Review – Publicada pelo CAC/EUA, Forte Leavenworth, Kansas, trimestralmente em português e espanhol e bimestralmente em inglês. Porte pago em Leavenworth Kansas, 66048-9998, e em outras agências do correio.

A correspondência deverá ser endereçada à Military Review, CAC, Forte Leavenworth, Kansas, 66027-1293, EUA. Telefone (913) 684-9338, ou FAX (913) 684-9328; Correio Eletrônico (E-Mail) usarmyleavenworth.tradoc.mbx.military-review-public-em@mail.mil.

A Military Review pode também ser lida através da internet no Website: <http://www.militaryreview.army.mil/>. Todos os artigos desta revista constam do índice do Public Affairs Information Service Inc., 11 West 40th Street, New York, NY, 10018-2693.

As opiniões aqui expressas pertencem a seus respectivos autores e não ao Departamento de Defesa dos EUA ou seus elementos constituintes, a não ser que a observação específica defina a autoria da opinião. A Military Review se reserva o direito de editar todo e qualquer material devido às limitações de seu espaço.

Military Review Edição Brasileira (US ISSN 1067-0653) (UPS 009-356) is published bimonthly by the U.S. Army, Combined Arms Center (CAC), Ft. Leavenworth, KS 66027-1293.

Periodical paid at Leavenworth, KS 66048, and additional mailing offices. Postmaster send corrections to Military Review, CAC, Truesdell Hall, 290 Stimson Ave., Ft. Leavenworth, KS 66027-1293.

Mark A. Milley—General, United States Army Chief of Staff

Official: 

Gerald B. O'Keefe—Administrative Assistant to the Secretary of the Army

61 O Comando de Missão no Estado Islâmico

A Desconstrução do Mito sobre “Lobos Solitários” no Combate em Profundidade

1° Ten Michael P. Ferguson,
Exército dos EUA

Algumas pessoas do mundo ocidental imaginam que os atacantes individuais que reivindicam lealdade ao Estado Islâmico (EI) — mas não recebem ordens formais dos seus chefes — são “lobos solitários” ou terroristas totalmente “autorradicizados”. No entanto, uma análise cuidadosa conclui-se que a ideologia teocrática do EI influencia atacantes individuais a se considerarem dirigidos pela organização militante.

73 A Política em Relação à Coreia do Norte

Um Regime Transformado

Cel James M. Minnich, Exército dos EUA

A desnuclearização da Coreia do Norte ocorrerá como efeito colateral de uma bem-sucedida política de engajamento, e não como seu único objetivo. A solução para a Coreia do Norte de que se precisa não é a mudança de regime, e sim uma política de regime transformado.

Combate em Múltiplos Domínios

Impulsionando a Mudança para Vencer no Futuro

Gen Ex David G. Perkins, Exército dos EUA

Este é o primeiro de três artigos que abordam o impacto do conceito de Combate em Múltiplos Domínios pelo prisma do U.S. Army Training and Doctrine Command — TRADOC. Este artigo descreve as ideias que vêm tomando forma sobre como as forças terrestres poderão conduzir futuras operações dentro do conceito de Combate em Múltiplos Domínios que vem sendo desenvolvido pelo Army Capabilities and Integration Center (ARCIC). Em reconhecimento ao centenário da entrada das Forças Expedicionárias Americanas na Primeira Guerra Mundial, os artigos incluirão relevantes observações e lições históricas, para ajudar na compreensão do novo conceito e diferenciá-lo dos anteriores.

“Talvez estejamos perdendo homens demais” não é o modo de iniciar uma conversa sobre mudar a doutrina¹. O Gen John J. Pershing escreveu essas palavras em agosto de 1918, após as Forças Expedicionárias Americanas (AEF, na sigla em inglês) sofrerem mais de 60 mil baixas, em um período de cerca de quatro meses².

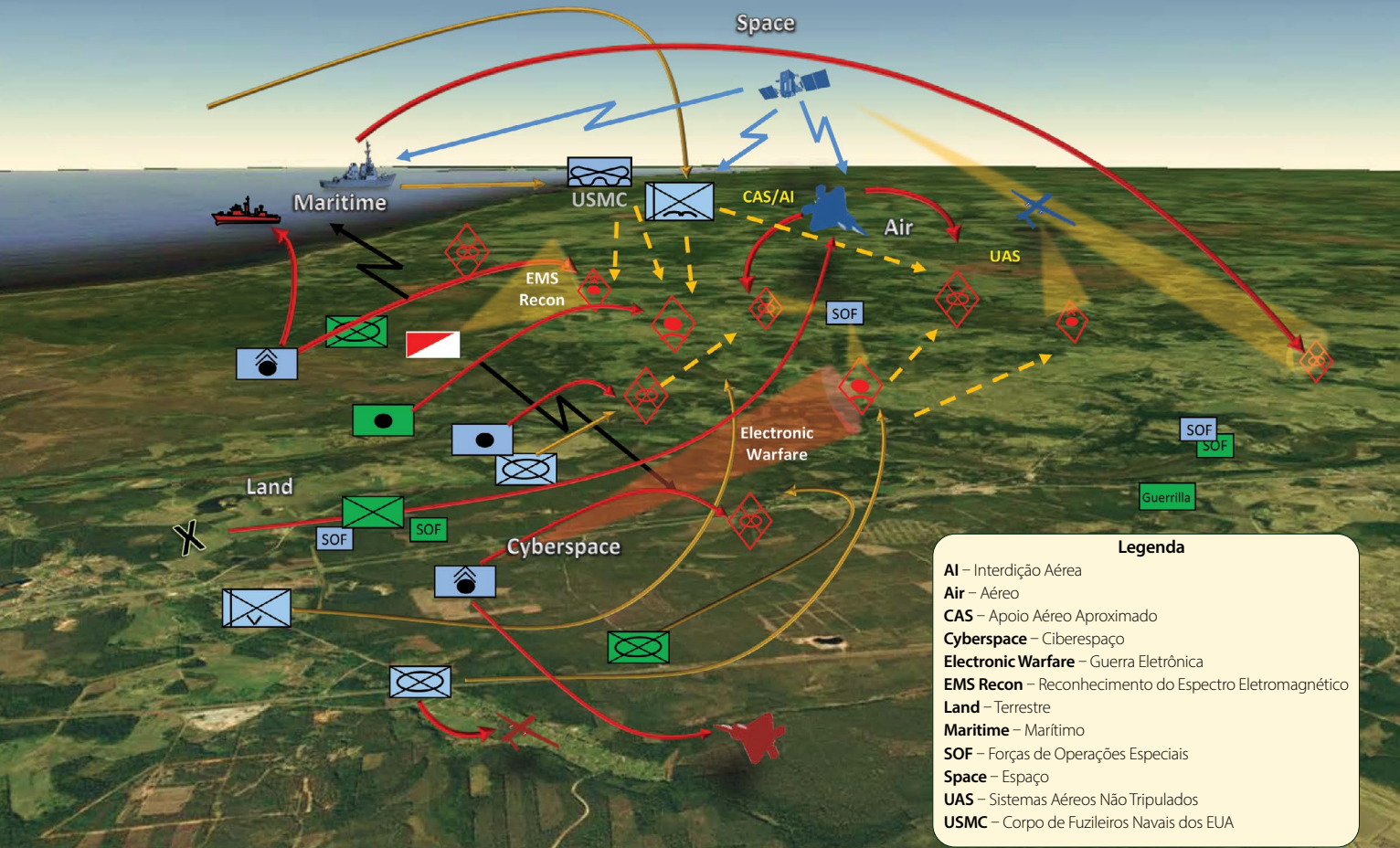
Quando os Estados Unidos da América (EUA) entraram na Primeira Guerra Mundial, na primeira metade de 1917, Pershing estava convencido de que os alemães seriam expulsos das trincheiras e derrotados a descoberto por uma infantaria autossuficiente empregando a doutrina de *open warfare* [guerra aberta, também traduzida por guerra de movimento — N. do T.]³. Essa doutrina propunha que três brigadas de infantaria manobrassem fora das trincheiras que haviam imobilizado a guerra alguns meses após seu início, em 1914.

Em vez do combate estático, a partir de trincheiras, as brigadas norte-americanas empregariam, supostamente, a velocidade e a mobilidade para infligir derrotas decisivas aos alemães. Embora Pershing houvesse cunhado a expressão *open warfare*, essas ideias condiziam com a doutrina pré-guerra — fortemente influenciada pelo pensamento militar alemão — que minimizava o emprego da artilharia e metralhadoras.

Contudo, as baixas sofridas pelas forças alemãs e pelas forças aliadas a partir de 1914 obrigaram os combatentes a compreender que a letalidade da artilharia de tiro rápido, metralhadoras e morteiros — e, mais tarde, gás, carros de combate e aeronaves — fez com que táticas como as defendidas na doutrina de Pershing passassem a ser praticamente suicidas. Os exércitos europeus, diante de uma quantidade insustentável de baixas, tiveram de adaptar-se e formular novas doutrinas e táticas após se estabelecer um impasse.

Enfrentando sua própria insustentável lista de baixas, Pershing determinou que seu QG realizasse uma revisão doutrinária⁴. A pequena mudança que houve chegou tarde demais: mais da metade das baixas norte-americanas na Primeira Guerra Mundial aconteceram no final de 1918, durante a Ofensiva Meuse-Argonne⁵. Apesar do discurso de mudança, a guerra de movimento persistiu, com comandantes como Pershing criticando as táticas e a doutrina das forças aliadas, ao mesmo tempo que continuavam a formular planos de ataque extraordinariamente agressivos e otimistas⁶. Eles subestimaram a importância do poder de fogo pesado e de seu controle, comunicação e coordenação⁷.

Obtenção da Sinergia entre os Diferentes Domínios



Esta representação gráfica é uma das primeiras a ilustrar a integração e convergência inerentes do futuro campo de batalha em múltiplos domínios. Este cenário mostra forças conjuntas obtendo a sinergia entre os diferentes domínios mediante a aplicação do conceito Combate em Múltiplos Domínios. (Imagem cedida pelo autor)

A aproximação do centenário do fim da Primeira Guerra Mundial oferece uma ocasião para se refletir sobre o modo pelo qual as forças terrestres devem se adaptar a mutáveis ambientes operacionais. Apesar do heroísmo das AEF em 1917 e 1918, fica claro que o Exército não adaptou sua doutrina para as condições operacionais que existiam na Frente Ocidental antes de os EUA entrarem na guerra. Os EUA tiveram a oportunidade de observar e aprender com a experiência europeia. Em vez disso, o Exército norte-americano persistiu com uma doutrina que já havia sido avaliada como insatisfatória. Os EUA hoje enfrentam uma situação comparável. Os ambientes operacionais estão mudando rapidamente. Quando chamado ao combate,

o Exército não se pode permitir pagar o mesmo preço pago em vidas durante a Primeira Guerra Mundial. Desta vez, o Exército dos EUA precisa compreender as mudanças conforme elas forem ocorrendo e prever como elas afetarão as operações. A doutrina deve evoluir antes que o Exército enfrente potenciais inimigos, e não depois. Precisamos aprender a partir de um estudo e análise cuidadosos, para não termos de aprender por meio de experiências amargas.

Mudanças no Modo Pelo Qual o Exército Combaterá

Quando a nação convocar o Exército dos EUA a lutar e vencer sua próxima guerra, o ambiente operacional será diferente das circunstâncias de nossas experiências recentes. Será definido por um inimigo que desafiará nossa capacidade de manter a liberdade de manobra e superioridade nos domínios

aéreo, cibernético, terrestre, marítimo e espacial e no espectro eletromagnético. Quando as tropas norte-americanas chegarem no campo de batalha com caros e avançados mísseis dirigidos de precisão, os inimigos poderão contra-atacar com respostas inovadoras e eficazes, a um custo bem mais baixo. Para se oporem à nossa rede de comunicações de última geração, eles podem violar, abalar ou negar nossas garantias por meio de um grupo bem organizado de *hackers* que ataquem alvos deliberadamente selecionados com base em Inteligência e em conformidade com um plano de manobra mais amplo — executando todas essas ações fora da área de operações. O ARCIC está desenvolvendo o conceito de Combate em Múltiplos Domínios para ajudar a preparar o Exército para esses possíveis campos de batalha futuros, em que as atuais vantagens norte-americanas poderão se transformar em fraquezas e os domínios nos quais temos superioridade, atualmente, poderão se converter em áreas de um violento embate.

A doutrina descreve como o Exército conduz e se adentra para as operações na atualidade, com as capacidades que ele já tem. Por outro lado, os conceitos descrevem como o Exército poderá operar no médio e longo prazo, com base nos ambientes operacionais previstos para o futuro. Quando publicados nos manuais do Comando de Instrução e Doutrina do Exército dos EUA (*U.S. Army Training and Doctrine Command — TRADOC*), os conceitos orientam o estudo, a experimentação e a avaliação de novas soluções para doutrina e para organização, adestramento, material, liderança e educação, pessoal e instalações (dimensões da Força, conhecidas, coletivamente, como DOTMLPF). [Comparar com os fatores DOAMEPI – doutrina, organização (e/ou processos), adestramento, material, educação, pessoal e infraestrutura — N. do T.] Quando validados, os conceitos levam a mudanças dentro dessas dimensões da Força, incluindo a doutrina.

Mudar nunca é fácil, especialmente nas grandes organizações. O Exército como um todo, incluindo os componentes da Ativa, Reserva e Guarda Nacional, consiste em uma enorme organização de mais de 1.030.000 militares, além de milhares de funcionários civis espalhados por todo o mundo, em uma grande variedade de operações e níveis de aprestamento⁸. Mudar o Exército e prepará-lo para futuras operações não é

uma simples questão de dar nova redação à doutrina e comprar novos equipamentos. Por seu tamanho, o Exército dos EUA mudará em uma escala além da que seria concebível para quase todas as empresas da lista *Fortune 500*. Essa transformação requer que ele desenvolva um conceito operativo baseado em uma detalhada campanha de aprendizagem que guiará mudanças por toda a Força.

Em *Forging the Sword—Doctrinal Change in the U.S. Army* (“Forjando a Espada — Mudança Doutrinária no Exército dos EUA”, em tradução livre), Benjamin M. Jensen explica que a mudança doutrinária se consolida pelo choque e competição ou por uma escolha cultural voluntária⁹. A mudança decorrente do choque e competição é a que ocorre à força, devido ao insucesso ou à observação do insucesso de outros. Os exércitos que falham antes de mudar talvez não possam se dar ao luxo de manter suas estruturas organizacionais preferidas; precisarão adaptar-se rapidamente à realidade imediata do que funcionará no combate em que estejam envolvidos. Com o insucesso, um exército é obrigado a se adaptar imediatamente; caso contrário, vai continuar falhando ou até perder. Entre muitos exemplos, os insucessos de Pershing no campo da doutrina refletem essa verdade: as forças norte-americanas foram vitoriosas no final, mas só após muitas vidas terem sido perdidas.

Contudo, a mudança baseada em uma escolha cultural voluntária é uma mudança proativa. É uma mudança por opção, que é feita com base em prever problemas e evoluir para evitar o insucesso. Na mudança proativa, os comandantes têm o tempo e a oportunidade para focalizar transformações que reflitam seus pontos fortes culturais e organizacionais¹⁰. O melhor exemplo histórico de uma mudança por opção é a Doutrina de Combate Ar-Terra (*AirLand Battle*, em inglês) dos anos 80.

O Gen Ex David G. Perkins, do Exército dos EUA, é o Comandante do U.S. Army Training and Doctrine Command — TRADOC. Concluiu o bacharelado pela Academia Militar dos EUA; o mestrado em Engenharia Mecânica pela University of Michigan; e o mestrado em Estudos Estratégicos e Segurança Nacional pela Naval War College. Serviu, anteriormente, como Comandante do Centro de Armas Combinadas do Exército dos EUA, em Fort Leavenworth, Estado do Kansas.

Combate Ar-Terra como Modelo para a Mudança

Comparado à sangrenta lição aprendida pela experiência sofrida pelas AEF na Primeira Guerra Mundial, o desenvolvimento da Doutrina de Combate Ar-Terra oferece um melhor modelo para a mudança. A origem do Combate Ar-Terra baseou-se na observação da devastadora falta de prontidão de Israel no início da Guerra do Yom Kippur em 1973 (também chamada de Guerra de Outubro ou Guerra do Ramadã), quando o Egito e a Síria atacaram o país na Península do Sinai. Desde 1967, Israel se sentia confiante e pronto para repetir sua decisiva vitória sobre a coalizão árabe na Guerra dos Seis Dias. Entretanto, em 1973, os exércitos árabes avançaram rapidamente, e as forças israelenses sofreram uma grande quantidade de baixas antes de obterem, por fim, a vitória. Como os árabes recebiam suprimentos da União Soviética e os israelenses, dos EUA, o conflito confrontou as capacidades soviéticas e as norte-americanas em combate¹¹. A capacidade do Exército dos EUA para observar e aprender com os erros de Israel permitiu-lhe mudar de um modo proativo e desenvolver pontos fortes seus e da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN).

O comando percebeu, em 1973, que a Força estava pronta para combater a contrainsurgência no Vietnã, mas não para conduzir um combate de grande porte nas planícies da Europa Central. Entendeu que seus prováveis ambientes operacionais haviam mudado e que o Exército dos EUA precisava se transformar para acompanhá-los. Ao longo de mais de oito anos, o Combate Ar-Terra foi desenvolvido em um processo contínuo, primeiro como conceito e, mais tarde, como doutrina, na versão de 1982 do Manual de Campanha 100-5, *Operações* (FM 100-5, *Operations*).

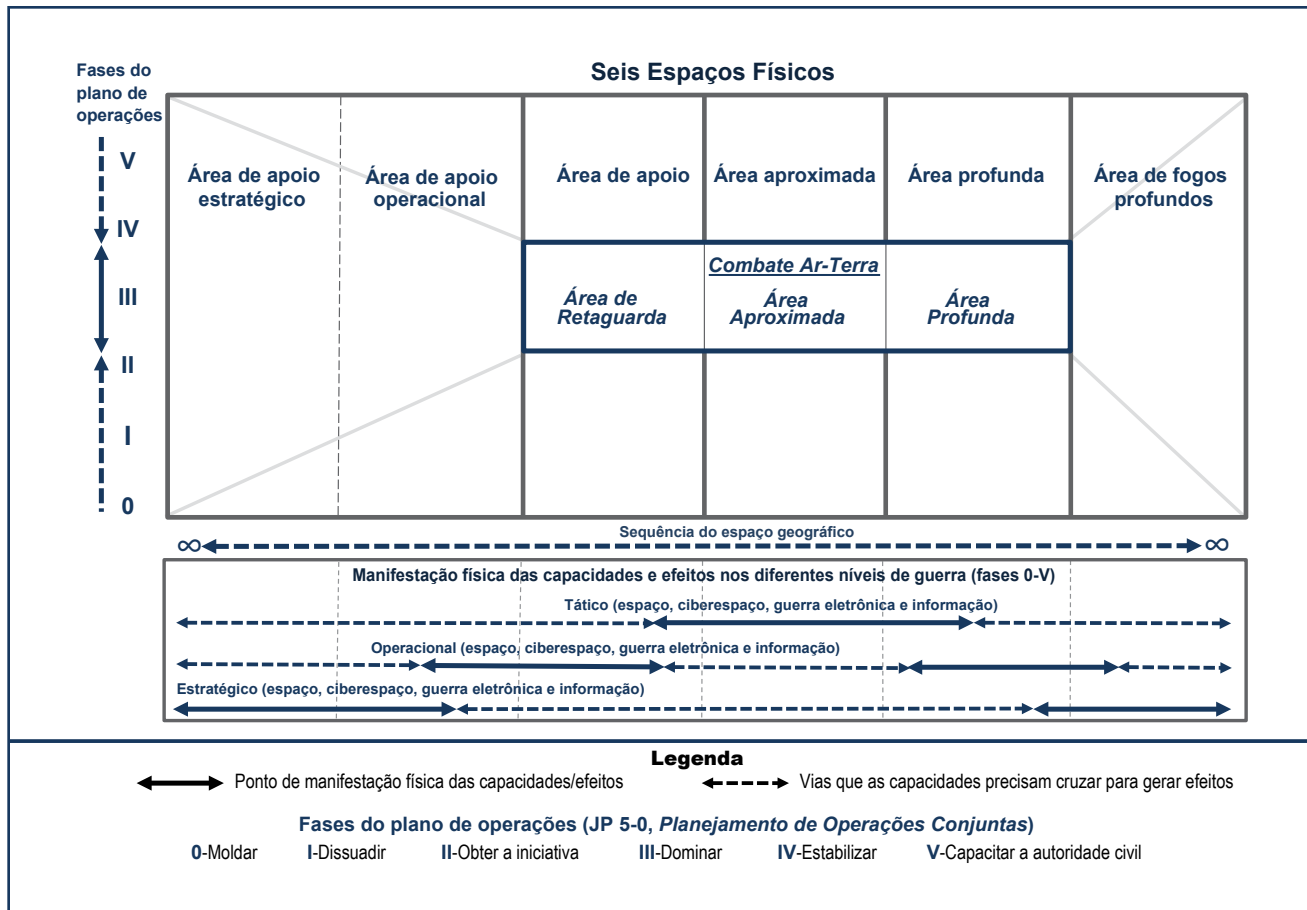
Dos vários pontos importantes da Doutrina de Combate Ar-Terra, três são de grande valia para o Combate em Múltiplos Domínios. O primeiro foi a introdução da *arte operacional*, como é conhecida atualmente, e da *estrutura do campo de batalha*¹². Tal estrutura proporcionou aos comandantes uma clara visualização de seu campo de batalha, codificado como áreas *profunda*, *aproximada* e de *retaguarda*. O segundo ponto foi a *execução descentralizada*, exigindo que os comandantes monitorassem seus setores continuamente para identificar possibilidades a serem exploradas — um precursor do Comando de Missão¹³. O terceiro,

combate integrado — *integrated battle*, termo cunhado por Douglas Skinner — foi a ideia de manobra, sincronização e poder de fogo sendo integrados na execução no campo de batalha¹⁴. Ainda que não definido, especificamente, no FM 100-5, a ideia de combate integrado permeia o documento. O apoio integrado de todas as armas e serviços é crucial nas *ações aproximadas*, incluindo a integração de poder aéreo para atacar o inimigo de forma escalonada¹⁵.

O colapso da União Soviética e do Pacto de Varsóvia pôs um fim à ameaça que o Combate Ar-Terra se destinava a neutralizar. Em seu lugar, em 1991, a Operação *Desert Storm* ofereceu uma oportunidade de validar, integralmente, o Combate Ar-Terra como doutrina. Ao executar a aparentemente impossível ação *left hook* [pelo flanco esquerdo], o Gen Norman Schwarzkopf se apoiou fortemente nos planejadores que haviam cursado a School of Advanced Military Studies, versados em guerra de mobilidade e arte operacional. A execução descentralizada, aliada à manobra de armas combinadas, havia sido bem afiada por meio de constantes rodízios e exercícios em centros de adestramento para o combate. Essa superioridade tática ficou evidente para o mundo durante a guerra terrestre de cem horas. A Operação *Desert Storm* representou a estreia do Combate Ar-Terra, provando que um processo eficaz ajusta a doutrina antes do combate seguinte.

O Conceito de Combate em Múltiplos Domínios para o Futuro

Ao desenvolver o conceito de Combate em Múltiplos Domínios, o Exército dos EUA buscou trilhar o caminho aberto pelos formuladores da Doutrina de Combate Ar-Terra. Deseja evitar passar por uma lição sangrenta e traumática como a vivida pelas AEF em 1918. O Combate em Múltiplos Domínios é um conceito movido por uma escolha proativa, que leva em consideração a ameaça de insucesso. É uma evolução do conceito operativo do Exército dos EUA, detalhando uma resposta às nossas observações dos acontecimentos no Mar do Sul da China, Guerra de Nova Geração da Rússia e desafios em curso no Oriente Médio. É um reconhecimento de que os EUA estão chegando ao fim de um período em que ainda podem efetuar uma mudança por opção, sem terem sofrido graves perdas. O Exército precisa evoluir e mudar.



(Gráfico do autor)

Figura – Versão Preliminar da Estrutura do Campo de Batalha Comparada à do Combate Ar-Terra

O desenvolvimento de conceito nos confere a oportunidade de definir problemas complexos, criar um modelo para entendê-los melhor e, então, decompô-los em problemas menores, mais detalhados e solucionáveis, por meio de cenários do mundo real. Eles nos conferem a oportunidade de formular, completamente, o quê, o porquê e o como da mudança. Eles nos forçam a mudar.

Para que o conceito de Combate em Múltiplos Domínios funcione como doutrina, e nas demais dimensões ou fatores da força, o primeiro passo é entender, claramente, os possíveis ambientes operacionais aos quais ele se destina. A publicação “Multi-Domain Battle: Combined Arms for the 21st Century” (“Combate em Múltiplos Domínios: Armas Combinadas para o Século XXI”, em tradução livre), de 2017, define o problema central desta forma: “As forças de combate terrestre dos EUA, que operam como parte [...] de equipes conjuntas, interorganizacionais e multinacionais, não estão,

atualmente, suficientemente treinadas, organizadas, equipadas ou posicionadas para dissuadir ou derrotar inimigos capazes e com poder de combate equivalente para poderem vencer em futuras guerras”¹⁶. Enquanto no Combate Ar-Terra, o terreno, a política e o inimigo eram conhecidos, hoje em dia diferentes adversários com capacidades diversas e crescentes têm alcançado, ativamente, seus objetivos sem chegar ao nível de conflito armado. A realização de uma ação militar em resposta às ações de nossos adversários depara-se com vários problemas complexos. Os adversários podem ameaçar impor os custos de um campo de batalha extremamente letal, limitar o acesso a domínios essenciais, desafiar a capacidade de manter a superioridade nos domínios aéreo e marítimo e tentar negar acesso ao teatro de operações.

Com base nesses problemas complexos e inter-relacionados, o conceito de Combate em Múltiplos Domínios chegará a um nível de detalhe em

que soluções possam ser formuladas, aplicadas, testadas e avaliadas. Algo essencial para se chegar até esse nível de detalhe é o estabelecimento de uma estrutura do campo de batalha. A estrutura do campo de batalha é uma ferramenta cognitiva utilizada para ajudar os comandantes a exercerem o Comando de Missão.

Uma adequada estrutura do campo de batalha permite que os comandantes visualizem, descrevam, dirijam, liderem e avaliem claramente a aplicação do poder de combate em termos de tempo, espaço, finalidade e recursos. À medida que os ambientes operacionais mudarem, as estruturas anteriores se mostrarão inadequadas para essas tarefas. Reformular a estrutura do campo de batalha é essencial para o êxito do Combate em Múltiplos Domínios.

O Combate Ar-Terra nos proporcionou uma estrutura do campo de batalha dividida em ações profundas, aproximadas e de retaguarda para definir o problema de como as Forças Armadas dos EUA combateriam e venceriam em condições de inferioridade numérica. A estrutura do Combate em Múltiplos Domínios precisa possibilitar a vitória em um mundo ainda mais complexo. O Combate em Múltiplos Domínios está expandindo a estrutura do campo de batalha para conduzir o combate em toda a amplitude e profundidade das capacidades inimigas, estendendo-se, de forma totalmente integrada, do campo de batalha à Zona do Interior (ZI) e ao longo de múltiplos domínios. A figura apresenta uma versão preliminar da estrutura do campo de batalha, conforme ele evoluiu a partir da Doutrina de Combate Ar-Terra, baseado no estágio de desenvolvimento do conceito quando da publicação deste artigo.

A estrutura preliminar sendo desenvolvida pelo ARCIC compreende seis espaços físicos: *área de fogos profundos*, *área profunda*, *área aproximada*, *área de apoio*, *área de apoio operacional* e *área de apoio estratégico*. Quando aplicadas a missões no mundo real, essas áreas não são, necessariamente, lineares ou contíguas; sua designação e demarcação dependem, totalmente, do terreno geopolítico onde estejam localizadas:

- Uma área de fogos profundos está além do alcance útil das forças de manobra convencionais, mas está situada onde fogos conjuntos e capacidades nacionais podem ser empregados para efeito operacional ou estratégico. Por estar, provavelmente, dentro de um território soberano, ela é negada, em grande parte, por elementos de manobra.
- Uma área profunda contém desafios que precisam ser superados para se obter sucesso na área aproximada. Em uma área profunda, as forças de manobra devem ter a capacidade de convergir e criar intervalos de superioridade nos domínios para obter a iniciativa operacional.
- Uma área aproximada é onde ocorre a principal troca direta de fogos. Em uma área aproximada, as forças terrestres conquistam e mantêm acidentes capitais, manobram para destruir as formações terrestres do inimigo e controlam as populações.
- Uma área de apoio fornece suporte direto ao combate avançado. Uma área de apoio possibilita as operações nas áreas aproximada, de manobra profunda e de fogos profundos com capacidades de sustentação (logística), fogos, apoio à manobra e Comando de Missão.
- Uma área de apoio operacional contém o ponto central, as capacidades essenciais e a sustentação das forças conjuntas. Fornece, ainda, o local das capacidades fundamentais de Comando de Missão, sustentação e fogos e ataques ar-terra da Força Conjunta.
- Uma área de apoio estratégico se estende do território nacional, ao longo das linhas de comunicação da missão, até o ponto de entrada inicial no teatro de operações. Em detalhes, a área de apoio estratégico engloba portos e unidades no território nacional, linhas de comunicação marítimas e aéreas estratégicas e comunicações no âmbito nacional. Atravessar e operar na área de apoio estratégico decerto exigirá uma afiada coordenação entre os comandos geográficos combatentes.

É importante que até mesmo os locais virtuais estejam atrelados a locais físicos nessa estrutura. Espaço, ciberespaço e ambiente informacional são frequentemente citados como domínios ou dimensões exclusivamente virtuais, mas essa caracterização está incorreta. A obtenção de um efeito físico requer a localização física de um mecanismo de lançamento ou produção de efeitos, pontos de apoio para facilitar tal lançamento e o ponto do efeito pretendido.

Além disso, em todos os níveis da guerra e fases operacionais, as capacidades virtuais são posicionadas no espaço físico segundo seu nível de emprego. Por exemplo, um grupo organizado de *hackers* que esteja operando em uma área de fogos profundos pode utilizar servidores

proxy de uma outra área de fogos profundos, fora do teatro de operações, para produzir efeitos contra uma unidade específica que esteja mantendo um acidente capital na área aproximada. Os *hackers* podem realizar isso visando familiares de seus inimigos em seu território de origem. Esses efeitos podem ser letais, utilizando as mídias sociais e imagens de fontes ostensivas para selecionar alvos na sede e comunidade de origem da unidade, mais vulneráveis, ou não letais, como esvaziar contas bancárias. Qualquer uma das duas abordagens distrairia a unidade visada, o que criaria uma oportunidade a ser explorada pelo inimigo.

Por meio dessa estrutura do campo de batalha, os problemas identificados na publicação “Multi-Domain Battle: Combined Arms for the 21st Century” passam de linhas gerais para problemas detalhados, que podemos resolver. Esses problemas são concebidos ao longo da estrutura do campo de batalha contra capacidades específicas do adversário. Por meio dessa abordagem, quer estejamos lidando com a letalidade do campo de batalha quer aprimorando capacidades para mitigar fraquezas em nossas redes de comando e controle, a estrutura do campo de batalha fornece uma base para aprofundarmos o entendimento de modo que soluções nas dimensões DOTMLPF possam começar a tomar forma.

Combate em Múltiplos Domínios — Evolução de um Conceito Anterior ou Algo Fundamentalmente Único?

A questão agora é se a estrutura do campo de batalha ampliou-se, contraiu-se ou ambos. Embora tenha se expandido muito além da constante da Doutrina de Combate Ar-Terra, a estrutura proposta parece ter, na verdade, comprimido o campo de batalha. Na versão preliminar, contudo, a vastidão do espaço e ciberespaço — além dos efeitos de longo alcance das operações de informação, guerra eletrônica e até mesmo algumas armas convencionais — faz com que o campo de batalha seja ilimitado. Da ZI à área aproximada, há o potencial para um engajamento imediato com fogos de longo alcance, ciberespaço, espaço, guerra eletrônica e informação. Se o campo de batalha estiver, verdadeiramente, comprimido, ele mudará radicalmente o porquê e o modo pelo qual soluções DOTMLPF serão buscadas.

O Combate em Múltiplos Domínios, como conceito, e a expansão do campo de batalha se valem de

ideias passadas. A estrutura do campo de batalha apresenta um conceito semelhante a ações profundas, aproximadas e de retaguarda — o conceito operativo vigente no Exército dos EUA até ser substituído, em 2001, por operações no amplo espectro, apenas para ser retomado na Publicação Doutrinária do Exército 3-0, *Operações* (ADP 3-0, *Operations*), dez anos mais tarde¹⁷. Também há um claro foco no nível operacional da guerra e na ideia de combate integrado de Skinner. Por fim, a gênese do Combate em Múltiplos Domínios resulta, em parte, da diretriz do Vice-Secretário de Defesa Robert Work determinando a criação de uma nova versão da Doutrina de Combate Ar-Terra como meio de operacionalizar a terceira estratégia *offset* [ou de compensação, que visa a manter a vantagem sobre os adversários — N. do T.], iniciada em novembro de 2014 pelo então Secretário de Defesa Chuck Hagel¹⁸. Embora o Combate em Múltiplos Domínios descenda do Combate Ar-Terra, cada etapa de seu processo de evolução é concebida para confrontar os desafios correntes mediante a formulação de soluções novas e diferentes.

Os atuais desafios diante das Forças Armadas dos EUA demonstram um campo de batalha sendo comprimido. Na enorme estrutura, sob o aspecto geográfico, do Combate em Múltiplos Domínios, planejar para a incapacidade de garantir comunicações e superioridade nos domínios seria um foco inteiramente novo, embora a ameaça não seja inteiramente nova na guerra. Dessa ótica, o Combate em Múltiplos Domínios evolui como algo que toma como base o passado, mas está posicionado para lidar com circunstâncias novas e muito diferentes das que as forças terrestres dos EUA enfrentaram gerações atrás.

Além da estrutura, integrar os domínios espacial e cibernético e o espectro eletromagnético no modo pelo qual as tropas do Exército e forças conjuntas combaterão é algo que o Departamento de Defesa está apenas começando a entender. O Combate em Múltiplos Domínios reintroduz a ideia de que a convergência de capacidades em diferentes domínios ao longo das dimensões DOTMLPF são um pré-requisito para o sucesso; é assim que o conceito define integração. Por fim, em virtude do papel de novas tecnologias, indo da inteligência artificial à robótica, o Combate em Múltiplos Domínios leva em consideração o fato de que o caráter do combate no futuro campo de batalha será

diferente. Entretanto, como conceito, o Combate em Múltiplos Domínios se distancia da ficção científica e se volta às capacidades específicas que serão necessárias para vencer no futuro combate.

O Exército — juntamente com as demais Forças Singulares — tem uma clara oportunidade. O ambiente de segurança está evoluindo e continuará a mudar rapidamente. Nossos desafios podem se estender além dos adversários imediatos nos quais nos concentramos. Contudo, ao nos concentrarmos

em como responder às capacidades de nossos adversários, os conceitos e subsequente doutrina que criarmos continuarão a melhorar nossas capacidades de DOTMLPF de uma maneira convergente e integrada ao longo de todas as funções de combate, e, espera-se, das forças conjuntas, de modo que possamos chegar no futuro campo de batalha com convergência e integração — um passo adiante e em um ritmo mais rápido que nosso inimigo. A vitória começa aqui. ■

Referências

1. Gen John J. Pershing, memorandum to Maj. Gen. James McAndrew, 7 Aug. 1918, National Archives, records group 120, box 101, entries 16, 17 and 18 (Chief of Staff, GHQ [General Headquarters], Memoranda, Cablegrams, Telegrams, 1917–19), apud James W. Rainey, "Ambivalent Warfare: The Tactical Doctrine of the AEF [American Expeditionary Forces] in World War I", in *The Parameters of War: Military History from the Journal of the U.S. Army War College*, eds. Lloyd J. Matthews e Dale E. Brown (Washington, DC: Pergamon-Brassey's International Defense Publishers, 1987), p. 220.
2. Ibid.; Mark Ethan Grotelueschen, *The AEF Way of War: the American Army and Combat in World War I* (Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2010), p. 45; *American Armies and Battlefields in Europe* (Washington, DC: Center of Military History, 1995), p. 42.
3. Grotelueschen, *The AEF Way of War*, p. 31–32.
4. Ibid., p. 45.
5. Richard S. Faulkner, "Hard Knocks, Hubris and Dogma: Leader Competence in the American Expeditionary Forces", in *Leadership: The Warrior's Art*, ed. Christopher D. Kolenda (Carlisle, PA: Army War College Press, 2001), p. 159.
6. J. P. Clark, *Preparing for War: the Emergence of the Modern U.S. Army, 1815-1917* (Cambridge, MA: Harvard University Press, 2017), p. 267.
7. Grotelueschen, *The AEF Way of War*, p. 50–57.
8. *2017 Index of U.S. Military Strength*, The Heritage Foundation website, 2017, acesso em 19 mai. 2017, <http://index.heritage.org/military/2017/assessments/us-military-power/u-s-army/>.
9. Benjamin M. Jensen, *Forging the Sword—Doctrinal Change in the U.S. Army* (Stanford, CA: Stanford University Press, 2016), p. 8–17.
10. Ibid., p. 13.
11. Steven Baxter, "Arab-Israeli War October 1973, Lessons Learned, Lessons Forgotten", research paper (Newport, RI: Naval War College, 1994), 1, acesso em 31 mai. 2017, <http://www.dtic.mil/dtic/tr/fulltext/u2/a279557.pdf>; George W. Gawrych, "The 1973 Arab-Israeli War: The Albatross of Decisive Victory", Leavenworth Papers no. 21 (Leavenworth, KS: Combat Studies Institute, 1996); "Yom Kippur War", History.com website, acesso em 31 mai. 2017, <http://www.history.com/topics/yom-kippur-war>.
12. FM 100-5, *Operations* (Washington, DC: U.S. Government Publishing Office, 1982 [obsoleto]), p. 10 e p. 19–21.
13. Ibid., p. 98; Douglas Skinner, *AirLand Battle Doctrine* (Alexandria, VA: Center for Naval Analyses, September 1988), p. 15.
14. Skinner, *AirLand Battle Doctrine*, p. 17.
15. FM 100-5, *Operations*, p. 36.
16. Edwin B. Werkheiser, "Multi-Domain Battle: Combined Arms for the 21st Century", Army–Marine Corps white paper (Fort Eustis, VA: U.S. Army Training and Doctrine Command, 24 February 2017), p. 3, acesso em 25 mai. 2015, http://www.tradoc.army.mil/MultiDomainBattle/docs/MDB_WhitePaper.pdf.
17. Bill Benson, "The Evolution of Army Doctrine for Success in the 21st Century", *Military Review* 92, no. 2 (2012): p. 2–12.
18. Robert Work, "Deputy Secretary of Defense Speech", Army War College Strategy Conference, Carlisle, Pennsylvania, 8 April 2015, acesso em 31 May 2017, <https://www.defense.gov/News/Speeches/Speech-View/Article/606661/army-war-college-strategy-conference/>; for more on the third offset strategy, see Chuck Hagel, "Toward a Strong and Sustainable Defense Enterprise", *Military Review* 95, no. 1 (January-February 2015): p. 8–14.



Integrantes do Batalhão de Operações Policiais Especiais conduzem adestramento interagências no metrô do Rio de Janeiro com integrantes da Força-Tarefa de Operações Especiais do CFN antes dos Jogos Olímpicos Rio 2016, 10 Jun 16. (Foto de Ricardo Moraes, Reuters)

Brasil

Comando Conjunto de Prevenção e Combate ao Terrorismo na Segurança dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016

Cel Alessandro Visacro, Exército Brasileiro

Grandes eventos públicos internacionais, por sua natureza, combinam extrema vulnerabilidade com enorme exposição midiática. Isso, por si só, gera condições favoráveis para a convergência de um conjunto de difusas ameaças, predominantemente não estatais, de atuação doméstica e transnacional, que abrange desde grupos antissistêmicos a organizações extremistas. Um cenário atraente para neoanarquistas, revolucionários, criminosos e terroristas, dispostos a explorar as fragilidades do Estado em suas dimensões física e informacional.

Ainda que se insiram em um quadro de absoluta normalidade institucional, eventos de tamanha envergadura representam um complexo desafio de segurança, exigindo, invariavelmente, capacidades disponíveis nas forças armadas. Por esse motivo, tem sido recorrente, em todo o mundo, o emprego de contingentes militares na promoção de um ambiente seguro e pacífico, sem o qual um grande evento promovido sob a égide do Estado se torna impraticável.

O Cel Alessandro Visacro

foi declarado aspirante a oficial da arma de infantaria pela Academia Militar das Agulhas Negras no ano de 1991. Possui o Curso de Altos Estudos Militares da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Entre suas principais comissões, destacam-se: comandante da 3ª Companhia de Forças Especiais, comandante do 1º Batalhão de Forças Especiais e oficial de operações do 2º Batalhão de Força de Paz no Haiti. Durante os Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016, desempenhou a função de Subchefe do Estado-Maior do CCPCT. Atualmente, é o Chefe do Estado-Maior do Comando de Operações Especiais do Exército Brasileiro.

Recentemente, os Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016 encerraram um extenso ciclo de oito grandes eventos sediados no Brasil¹. Ao longo de nove anos marcados por um processo de aperfeiçoamento contínuo, o Ministério da Defesa foi partícipe na garantia de proteção e segurança, sendo responsável pela atuação conjunta das forças armadas, em estreita colaboração com agências civis, órgãos de Inteligência e instituições policiais. Seu êxito foi extraordinário, sobretudo, se considerarmos a magnitude dos desafios que se apresentaram diante do governo brasileiro, desde 2007 — ano em que foi realizada a décima quinta

edição dos Jogos Pan-Americanos. Embora o envolvimento do Ministério da Defesa, muito acertadamente, não lhe conferisse qualquer tipo de protagonismo ou monopólio na gestão da segurança, o vasto conjunto de aptidões das forças armadas as tornou um ator de notável relevância, ainda que zeloso de sua discricção.

Decerto, em virtude das idiosincrasias nacionais, o contexto no qual as forças armadas brasileiras foram empregadas pode ser considerado único. Ainda assim, oferece subsídios para a reflexão acerca do uso do instrumento militar em uma era pós-industrial, marcada, sobretudo, pelo predomínio da violência armada não estatal. Algumas características fundamentais como, por exemplo, a onipresença da mídia, a ríspida censura da opinião pública, a existência de severas restrições legais, o assédio de organismos de defesa dos direitos humanos, o ambiente interagências ou mesmo o desdobramento de tropas circunscrito aos limites do próprio território nacional, dão forma a um cenário dissonante daquele idealizado pelos exércitos tradicionais em uma ordem westfaliana.

Portanto, a recente experiência brasileira talvez mereça ser considerada uma interessante fonte de estudo. Com o intuito de compartilhar alguns dos ensinamentos e melhores práticas, o presente texto se propõe a realizar uma breve análise da segurança dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016, com foco prioritário nas ações de enfrentamento ao terrorismo — temática que, por sua dramaticidade e crescente importância, tem exigido um engajamento cada vez maior dos profissionais militares.

Complexidade, vulnerabilidades e muita apreensão

A despeito da magnitude dos demais eventos que os antecederam, os Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016 se destacaram por sua grandeza. Ao todo, foram trinta dias de competições, que exigiram um esforço hercúleo de 88 mil civis e militares envolvidos em uma robusta estrutura de segurança.

Cerca de onze mil atletas, de mais de duzentos países, atraíram aproximadamente meio milhão de turistas para a cidade do Rio de Janeiro, durante as olimpíadas. Vinte e cinco mil jornalistas credenciados de todo o mundo alcançaram, com suas transmissões ininterruptas, um público estimado em um bilhão de espectadores ao redor do planeta².



Estação Central do Metrô, Rodoviária do Plano Piloto, Brasília, 29 Jul 16. O Comando Militar do Planalto executou uma simulação para agir em caso de atentados durante a Olimpíada 2016 em Brasília. (Foto cedida por Andre Borges, Agência Brasília)

As provas atléticas se desenvolveram em trinta e dois locais de competições, distribuídos em quatro *clusters* pela cidade. Somente o evento de abertura, no dia 5 de agosto de 2016, reuniu aproximadamente oitenta mil pessoas na arena desportiva do Maracanã e contou com a presença de quarenta autoridades estrangeiras, entre chefes de Estado e ministros de relações exteriores, incluindo o Presidente francês François Hollande e o Secretário de Estado norte-americano John Kerry.

O *boulevard* olímpico, instalado na tradicional região do porto da baía da Guanabara, foi o maior *live site* da história dos jogos olímpicos. A estimativa diária de público presente no local variou entre oitenta e cem mil pessoas.

Além do Rio de Janeiro, outras cinco metrópoles, dispersas geograficamente pelo extenso território brasileiro, sediaram o futebol olímpico. Convém destacar que a distância entre Manaus e São Paulo, por exemplo, ambas cidades-sede, é maior do que a distância entre Londres e Kiev. Todavia, o sistema de transportes nacional não se assemelha à ampla e eficaz malha rodoferroviária existente no interior do

continente europeu. Como se não bastasse, algumas delegações desportivas optaram por se hospedar em centros de treinamento afastados das cidades-sede.

As ameaças à segurança dos jogos olímpicos possuíam diferentes matizes, a começar pelo conturbado cenário doméstico. Uma grave crise econômica e um quadro de recessão interna precipitaram o início de um turbulento processo político, que tem colocado à prova a solidez das instituições democráticas brasileiras. Diante de tal fato, manifestações populares e distúrbios civis se tornaram objeto de inquietação legítima das autoridades governamentais. Cabe ressaltar que durante a Copa das Confederações FIFA, em 2013, e, com menor intensidade, durante a Copa do Mundo FIFA 2014, protestos de rua mobilizaram milhares de manifestantes em todo o país. Grandes passeatas, que se originaram de forma espontânea, atraíram grupos antissistêmicos, notadamente ativistas *black blocs*, fazendo com que os atos de protesto

se degenerassem em violência de rua, com saques, depredações e o enfrentamento deliberado contra forças policiais.

O avanço incontido de endemias tropicais, decorrente da incapacidade de o governo brasileiro erradicar o mosquito transmissor da febre dengue, chikungunya e do zika vírus, também colocava em risco o sucesso das olimpíadas, desestimulando a vinda de atletas e turistas. Além da crise econômica, da crise política e da crise sanitária, uma aguda crise de segurança pública assolava a cidade do Rio de Janeiro — uma metrópole conflagrada pela disputa fratricida entre quadrilhas armadas ligadas ao tráfico internacional de drogas e de armas de fogo.

Mas, em meio a tantas preocupações, a ameaça representada pelo terrorismo internacional avultava de importância à medida que a data de abertura dos jogos se aproximava. Como uma espécie de contagem regressiva, a cronologia de atentados, em todo o mundo, gerou um ambiente de muita apreensão:

- ◆ No dia 14 de novembro de 2015 (aproximadamente nove meses antes das olimpíadas), ataques múltiplos no *Stade de France* e na casa noturna *Bataclan*, em Paris, deixaram um saldo de 129 mortos e 350 feridos.

- ◆ Em 2 de dezembro de 2015 (oito meses antes do início dos jogos olímpicos), 14 pessoas morreram e outras 17 ficaram feridas em um atentado no *Inland Regional Center*, na cidade de San Bernardino, nos Estados Unidos da América (EUA).

- ◆ No dia 22 de março de 2016 (a quatro meses do início das olimpíadas), um atentado a bomba no aeroporto de Bruxelas deixou 34 mortos e 200 feridos.

- ◆ Em 12 de junho de 2016 (55 dias antes da abertura dos jogos), um atirador matou 50 pessoas e feriu outras 53, na boate *Pulse*, na cidade de Orlando, nos EUA.

- ◆ Em 28 de junho de 2016 (38 dias antes do início dos jogos), um atentado a bomba no aeroporto de Istambul, na Turquia, matou 36 pessoas e feriu 147.

- ◆ No dia 1º de julho de 2016 (35 dias antes da abertura das olimpíadas), um atentado em Bangladesh deixou 20 mortos e 30 feridos.

- ◆ Em 14 de julho de 2016 (21 dias antes do início dos jogos), durante as comemorações nacionais da Queda da Bastilha, um caminhão atropelou 134 pessoas, na cidade francesa de Nice — 84 vítimas do

atentado morreram.

- ◆ No dia 22 de julho de 2016 (13 dias antes do início dos jogos), um atentado em um *shopping center* em Munique, na Alemanha, resultou em 10 mortos e 16 feridos.

- ◆ Na noite de 1º de agosto de 2016 (apenas três dias antes da cerimônia de abertura no Rio de Janeiro), uma bomba caseira, semelhante àquela utilizada no atentado da maratona de Boston, explodiu sem deixar vítimas em um *shopping center* na cidade de Brasília.³

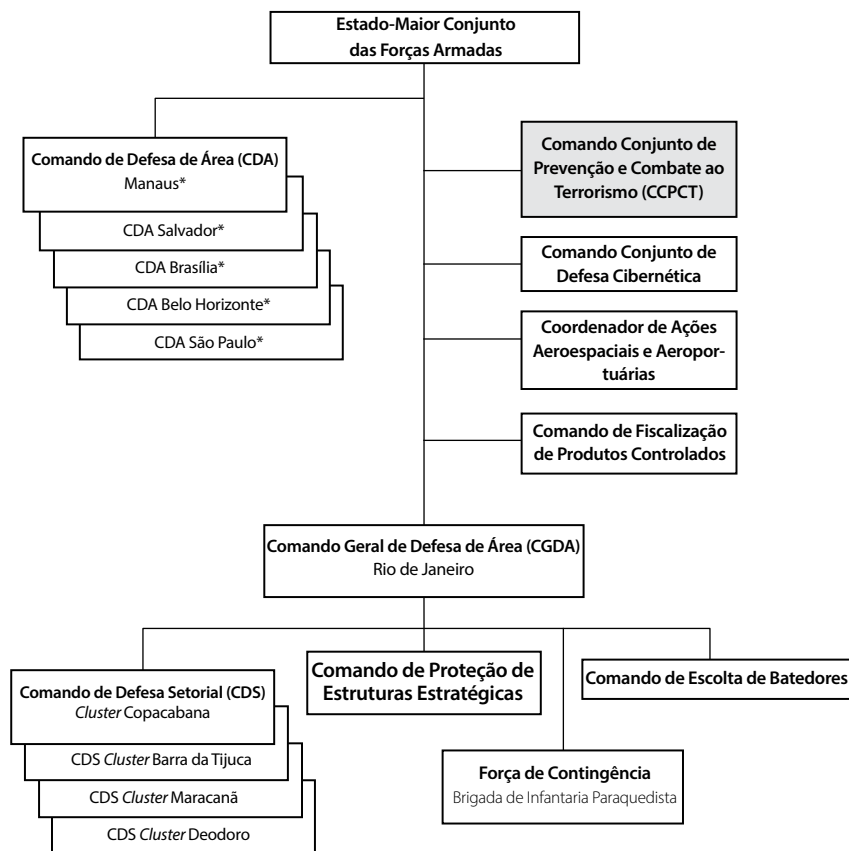
Felizmente, o desenrolar dos acontecimentos contrariou os prognósticos mais pessimistas e os jogos olímpicos e paralímpicos transcorreram de forma exitosa, graças, em boa medida, à elaborada e bem-sucedida estrutura de segurança que lhes deu suporte.

Governança

A multiplicidade de atores envolvidos, direta e indiretamente, na segurança dos jogos resultou em uma diversificada composição de meios, além de uma complexa arquitetura de governança, comando e controle.

O Brasil é uma república federativa, constituída por 26 Estados e um Distrito Federal. Cada unidade da Federação possui sua própria força de segurança pública, composta pelas polícias estaduais (civil e militar), além da Defesa Civil — responsável pela prevenção e gerenciamento de catástrofes. No nível da administração federal, o Ministério da Justiça conta com o Departamento de Polícia Federal (DPF), com a Polícia Rodoviária Federal (PRF) e com uma pequena Força Nacional de Segurança Pública (FN), formada por quadros das polícias militares estaduais. A Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), órgão central do Sistema Brasileiro de Inteligência, encontra-se subordinada ao Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI/PR). Por fim, as três forças singulares (Marinha, Exército e Força Aérea) se reúnem sob a égide do Ministério da Defesa.

Respeitar as atribuições legais de cada instituição, buscando a máxima sinergia entre elas, sem ferir o pacto federativo, exigiu um arranjo criativo. Mas, superar culturas organizacionais tão distintas e ir além de interesses divergentes exigiu muito tempo e energia de todos aqueles que se empenharam, genuinamente, na construção de sólidas parcerias. Marco importante nesse processo foi a adoção do Plano Estratégico



Efetivo das forças armadas empregado na segurança dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos: 43.481
 (*) Cidade-sede do futebol olímpico

(Gráfico do autor)

Figura 1 – Organização geral das forças armadas brasileiras para a segurança dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016

de Segurança Integrada para os Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016 (PESI Rio 2016)⁴.

Concebido para integrar as ações de segurança pública, defesa e inteligência no bojo de uma estratégia governamental centralizada, o PESI estabeleceu os princípios fundamentais, segundo os quais as relações institucionais foram regidas⁵. Além disso, o Plano determinou que a governança dos jogos tivesse como foco a transparência e a fluidez na tomada de decisões em todos os níveis, especialmente naquilo que dizia respeito ao fluxo de informações técnicas, táticas e operacionais. Para tanto, propôs a criação do Comitê Executivo de Segurança Integrada (CESI), em âmbito nacional, composto por autoridades da Casa Civil da Presidência da República, do Ministério da Justiça, do Ministério da Defesa e da ABIN, além de representantes dos

Estados e dos municípios que sediaram os jogos⁶. Com o intuito de auferir capilaridade ao CESI, foram criados, no nível local, Comitês Executivos de Segurança Integrada Regionais (CESIR).

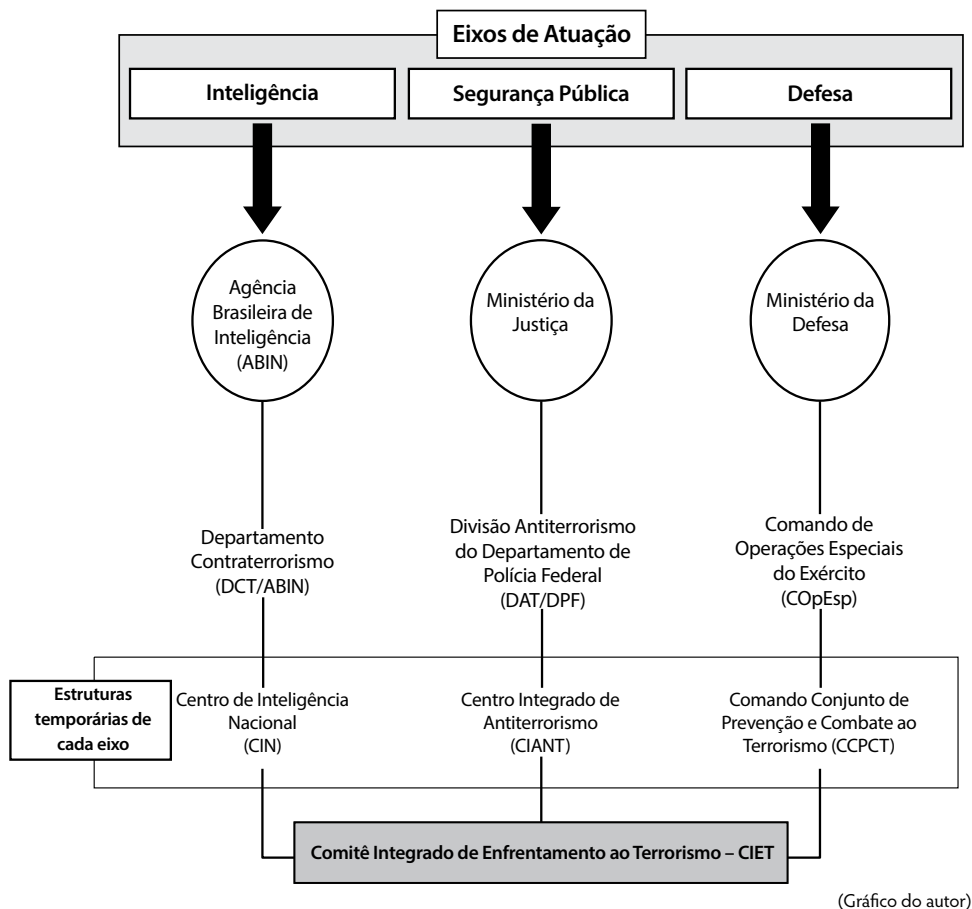
A fim de coordenar os meios e integrar as capacidades disponíveis no âmbito da segurança pública, o Ministério da Justiça criou a Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos (SESGE). O Ministério da Defesa, por sua vez, constituiu comandos conjuntos de defesa de área, apoiados por comandos conjuntos centralizados, conforme ilustra a figura 1.

As forças armadas brasileiras possuem uma longa tradição histórica de emprego na segurança interna do país. Elas dispõem de adequado respaldo jurídico, fornecido pela Constituição Federal, além de um conjunto de leis complementares, que regulam e normatizam sua forma de atuação doméstica.

Durante os Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016, o empenho do Ministério da Defesa se mostrou decisivo para que o Estado brasileiro, de fato, honrasse o compromisso

assumido perante a comunidade internacional. Mais de 43 mil militares foram empregados na segurança dos jogos, atendendo a um portfólio bastante diversificado de tarefas e missões, dentre as quais se destacaram:

- ◆ defesa aeroespacial;
- ◆ ações marítimas, fluviais e aeroportuárias;
- ◆ proteção de estruturas estratégicas;
- ◆ segurança de vias expressas e artérias vitais de escoamento urbano;
- ◆ fiscalização de explosivos e produtos controlados;
- ◆ defesa cibernética;
- ◆ colaboração com a Defesa Civil;
- ◆ apoio à segurança de dignitários;
- ◆ força de contingência;
- ◆ enfrentamento ao terrorismo e defesa química, biológica, radiológica e nuclear.



(Gráfico do autor)

Figura 2 – Composição do Comitê Integrado de Enfrentamento ao Terrorismo

Comitê Integrado de Enfrentamento ao Terrorismo

O terrorismo é um fenômeno político e social complexo, difícil de ser combatido e erradicado. Sua compreensão exige uma abordagem holística, que embora, necessária e impositivamente, deva incorporar também uma dimensão criminológica, não pode se restringir, tão somente, a ela. O combate ao terrorismo exige um esforço integrado, pois nenhuma agência do Estado tem, por si só, a capacidade de enfrentá-lo isoladamente. Por esse motivo, as chamadas operações interagências são vistas corretamente como a “pedra angular” da prevenção e da repressão ao terrorismo.

Fomentar os esforços interagências, “promovendo a articulação dos órgãos governamentais com interesse na questão”⁷, era a missão precípua do Núcleo do Centro de Coordenação das Ações de Prevenção e Combate ao Terrorismo do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República. Criado em junho de 2009,

durante a administração do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o Núcleo teve vida curta. O órgão foi desativado logo em fevereiro de 2011, durante o primeiro mandato da Presidente Dilma Rouseff.

Dessa forma, ao se aproximarem a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Copa das Confederações, a Jornada Mundial da Juventude e a Copa do Mundo FIFA, o Brasil não dispunha de um organismo interministerial, efetivamente, investido da autoridade e da responsabilidade de fomentar a cooperação interagências.

Em face de um volume muito grande de interesses institucionais, alguns deles

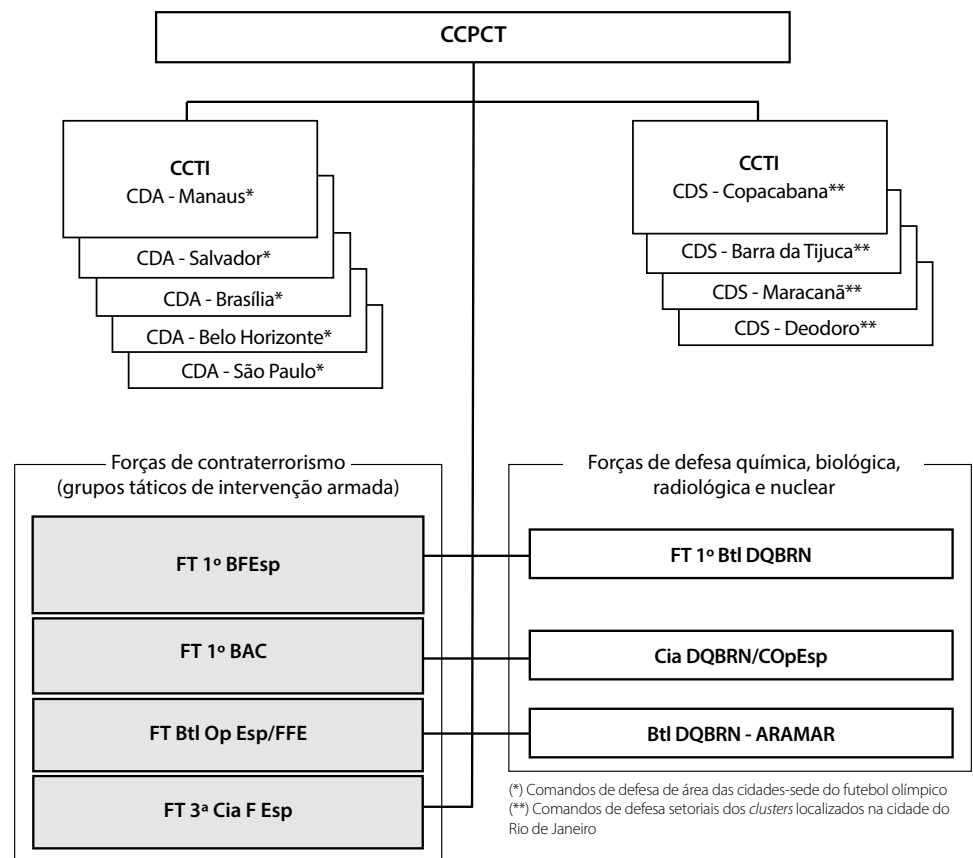
divergentes, o modelo de governança adotado buscou sua acomodação na definição de duas áreas de responsabilidades: Segurança Pública e Defesa. O eixo denominado Prevenção e Combate ao Terrorismo foi nominalmente atribuído aos militares. Todavia, esse arranjo não se mostrou adequado à realidade brasileira. Pois, em termos práticos, se limitou a atribuir ao Comando de Operações Especiais do Exército (COPEsp) a difícil tarefa de capitanear as ações conjuntas no âmbito do Ministério da Defesa e, em vão, liderar os esforços interagências nos níveis nacional e local. Assim sendo, com a aproximação dos jogos olímpicos, o modelo de governança adotado nos grandes eventos anteriores se tornou alvo de ponderadas críticas e, por fim, foi reavaliado.

O cerne do problema se encontrava, sobretudo, na unidade de comando — princípio de guerra muito caro aos soldados, que não estavam dispostos a abrir mão dele, de forma irrefletida, em nome de uma panaceia interagências. Entretanto, o contexto brasileiro revelou,

de forma clara e objetiva, que unidade de comando, simplesmente, não era uma opção, pois todas as instituições envolvidas se negavam a se subordinarem umas às outras. Ademais, o processo interagências não poderia servir de pretexto para a subtração de papéis institucionais claramente definidos no ordenamento jurídico vigente. Fazia-se necessário respeitar a vocação, a destinação e as atribuições legais tanto das forças singulares quanto das corporações policiais e demais agências de segurança do Estado. Além disso, eram inegáveis a *expertise* e o *know how* alcançados por alguns órgãos de inteligência e forças de operações especiais (militares e policiais) em suas respectivas áreas de atuação.

De acordo com o PESI Rio 2016, o CESI e os CESIR deveriam dedicar especial atenção à integração das ações de enfrentamento ao terrorismo, desenvolvidas pelos três grandes eixos de ação (inteligência, segurança pública e defesa)⁸. Para se atingir tal propósito, foi criada uma estrutura temporária, de caráter eminentemente consultivo, denominada Comitê Integrado de Enfrentamento ao Terrorismo (CIET) — figura 2.

A dinâmica interinstitucional do Comitê pautou-se em um conjunto de protocolos de atuação estratégicos de enfrentamento ao terrorismo, elaborados a partir dos princípios fundamentais constantes do PESI Rio 2016. Com o tempo e apesar das divergências, o ambiente CIET se revelou, de fato, adequado ao aprimoramento de mecanismos de cooperação interagências. O patamar de integração alcançado foi inédito, com o acesso compartilhado aos bancos de dados disponíveis, redistribuição de alvos e ênfase na complementaridade



(Gráfico do autor)

Figura 3 – Composição do Comando Conjunto de Prevenção e Combate ao Terrorismo

de capacidades. Esse processo levou ao engajamento efetivo do Centro de Inteligência do Exército na temática terrorismo ao lado do CCPCT e seus parceiros.

O CIET também foi responsável pela condução de uma campanha nacional prévia de sensibilização pública, uma vez que a população brasileira, de um modo geral, apresenta níveis muito baixos acerca da percepção da ameaça terrorista. O resultado desse esforço foi tangível. Durante as olimpíadas, por exemplo, foram registradas 78 ocorrências envolvendo denúncias de materiais suspeitos abandonados em locais públicos, nas seis cidades-sede.

Comando Conjunto de Prevenção e Combate ao Terrorismo

O Comando Conjunto de Prevenção e Combate ao Terrorismo (CCPCT) foi a estrutura temporária ativada no âmbito do Ministério da Defesa com o propósito de planejar, coordenar e conduzir ações de



enfrentamento ao terrorismo e de defesa química, biológica, radiológica e nuclear (DQBRN). Nada mais era do que um comando conjunto de operações especiais.

O CCPCT desempenhou papel relevante ao longo de todo o penoso processo de cooperação interagências, despendendo esforços significativos nos níveis estratégico, operacional e tático. Desde o início, se empenhou, junto aos representantes do Departamento de Polícia Federal e da Agência Brasileira de Inteligência, nas negociações que culminaram com a criação do CIET, bem como na assinatura dos protocolos estratégicos, que deram forma ao novo modelo de governança para o enfrentamento à ameaça terrorista.

Embora estivesse diretamente subordinado ao Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, o CCPCT adotou uma articulação de forças que o aproximou enormemente dos comandos conjuntos de defesa de área (vide novamente a figura 1). Além de desdobrar forças-tarefas de operações especiais e tropas de DQBRN em todas as seis cidades que sediaram eventos olímpicos, destacou equipes de ligação, denominadas Centros de Coordenação Tática Integrados (CCTI),

Integrantes do DQBRN executam varredura no Maracanã, Jogos Olímpicos Rio 2016, 25 Jul 16 (Foto cedida pelo Exército Brasileiro)

junto aos demais comandos que possuíam encargos de defesa territorial (CDA e CDS) — figura 3. Com isso, pôde atuar, também no nível local, como grande indutor de parcerias interagências, concomitantemente à manutenção de um elevado estado de prontidão e capacidade de pronta resposta a uma eventual crise.

Durante vinte meses, o CCPCT realizou uma intensa e meticulosa preparação, valendo-se, sobretudo, de sua própria experiência nos grandes eventos que precederam os jogos olímpicos. Um planejamento extenso e detalhado orientou a realização de adestramentos específicos e reconhecimentos em todas as cidades-sede, incluindo possíveis *soft targets*. Ensaios e exercícios conjuntos interagências foram realizados em hotéis, aeroportos, estações de metrô, *shopping centers*, pontos turísticos e arenas desportivas. As tropas foram efetivamente preparadas para o contexto específico dos jogos Rio 2016 — um cenário singular, significativamente distinto daquele vivido em 1972, durante as olimpíadas de Munique, por exemplo.

Arquitetura de Força Flexível

O ato de terror caracteriza-se, no nível tático, pela execução de uma ação de efeito cinético, como a detonação de explosivos em um atentado a bomba ou a abertura de fogos indiscriminados em locais públicos, por exemplo. Todavia, seus objetivos vão muito além da mera demonstração de barbárie que as brutais imagens, registradas de forma instantânea

a essência da assimetria entre terrorismo e contraterrorismo, conforme ilustra o quadro.

O problema se torna mais agudo em países como o Brasil, onde, a despeito de uma retórica inovadora, ainda prevalece, tanto nas corporações policiais quanto nas forças armadas, o modelo de contraterrorismo reativo dos anos 1970 — essencialmente, calcado no uso das consagradas alternativas táticas. Na era da informação,

a prevenção e o combate ao terrorismo devem fundamentar-se na combinação de capacidades letais e não letais, respaldadas em políticas de Estado destinadas a moldar o ambiente e erradicar a violência extremista em sua origem. Iniciativa, agressividade e proatividade devem ser buscadas, também (e sobretudo), no ambiente informacional.

Durante os Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016, a principal meta do CCPCT foi assegurar que, por meio da cooperação interagências, medidas defensivas de caráter eminentemente preventivo fossem combinadas de modo adequado com ações ofensivas de cunho re-

pressivo. Embora sua prioridade fosse evitar a ocorrência de um atentado, naturalmente, não foi descartada a possibilidade de reagir a um ataque levado a cabo de forma exitosa.

De acordo com as avaliações de risco produzidas pela Agência Brasileira de Inteligência, as potenciais ameaças à segurança dos jogos não eram provenientes de sofisticadas células terroristas, infiltradas em território nacional com o propósito transformar o Brasil em palco de um grande atentado. Ao contrário, os chamados “lobos solitários”, nativos autorradicalizados, representavam maior perigo. Portanto, o grau de imprevisibilidade de um eventual ataque se tornava significativamente maior. Por outro lado, a expectativa de ações letais, porém menos elaboradas ou menos sofisticadas, impunha que a primeira resposta do Estado fosse, também, decisiva.

A solução idealizada originalmente se baseava em “respostas por camadas legais”. Isto é, a adoção de medidas sucessivas de intensidade crescente, a partir do esgotamento das capacidades disponíveis nos órgãos de

	Terrorismo	Contraterrorismo
Nível	Político e estratégico	Tático
Dimensão	Informacional	Física
Objetivo	Não cinético	Cinético
Ação	Ato extremo de propaganda armada	Por analogia, deveria, em tese, ser um ato de contrapropaganda — mas não tem sido assim.

Quadro – Assimetria entre Terrorismo e Contraterrorismo

(Quadro do autor)

e repetidas incessantemente nos dias subsequentes, sugerem. O foco do terror está, de fato, no chamado “ambiente informacional”, pois visa, por meio da publicidade, à consecução de metas políticas e estratégicas bem mais amplas do que, tão somente, o sacrifício localizado de vidas inocentes. Ou seja, ao contrário do que possa parecer, a verdadeira arma de um terrorista não é o fuzil de assalto AK 47 ou o explosivo TATP ou C4. É a câmera de televisão e a mídia espontânea gerada a partir de imagens de um simples aparelho celular.

Tradicionalmente, em todo o mundo, o aparato de segurança estatal tem apresentado respostas satisfatórias no nível tático. Isto é, antepondo-se ao terrorismo por meio de ações de efeito cinético, definidas pelos verbos capturar, prender, neutralizar, eliminar, resgatar etc. Contudo, quase sempre, os Estados têm fracassado nos níveis político e estratégico, mostrando-se incapazes de oferecer respostas oportunas e eficazes no ambiente informacional, como o fazem no restrito cenário tático. Essa dicotomia representa

segurança pública. Esse tipo de manobra, certamente, divergia da natureza da ameaça descrita pelos analistas de inteligência. Com isso, formulou-se o conceito de “composição de capacidades”, destinado a oferecer a resposta mais adequada a cada tipo de cenário, por meio da estreita colaboração entre os diversos atores envolvidos. Para tanto, fez-se necessário realizar um mapeamento detalhado dos meios disponíveis, bem como um diagnóstico realista e pormenorizado das forças de operações especiais policiais e militares, identificando suas principais virtudes e deficiências, em termos de efetivos, equipamentos e capacitação técnica e tática. Procurou-se diminuir as distâncias entre os centros de comando e controle, desburocratizando as ligações interinstitucionais, a fim de proporcionar a agilidade requerida pela missão. Protocolos complementares foram firmados no nível tático, com o intuito de assegurar que as capacidades necessárias estariam, de fato, disponíveis nos locais e momentos cruciais. Ao término desse processo, obteve-se uma arquitetura de força flexível, capaz de responder de forma decisiva àquele que foi admitido como o pior cenário, qual seja: ataques múltiplos, simultâneos ou sucessivos, dispersos geograficamente, com ou sem o uso de agentes QBRN.

Operações

O Brasil não dispunha de um instrumento normativo que tipificava o crime de terrorismo até bem poucos meses antes da abertura dos jogos olímpicos. Em março de 2016, a Presidente Dilma Rousseff sancionou a lei nº 13.260, cognominada “Lei Antiterrorismo”, proporcionando a base legal para que ações preventivas fossem levadas a cabo com efetividade. Dessa forma, no dia 21 de julho, a Divisão Antiterrorismo da Polícia Federal desencadeou a primeira etapa da Operação *Hashtag*, com o propósito de dismantelar uma rede de indivíduos que se autodenominavam “Defensores da Sharia”. Membros do grupo, além de fazerem apologia à organização jihadista Estado Islâmico, demonstraram claramente, nas mídias sociais, possuir a intenção de perpetrar um ataque durante as olimpíadas. Ao todo, dezesseis pessoas foram detidas pela Polícia Federal em diferentes pontos do território nacional.

No decurso da primeira semana de realização dos jogos, um grave incidente envolvendo a Força Nacional de Segurança Pública colocou em cheque todo o robusto aparato de segurança reunido na cidade do Rio

de Janeiro. No dia 10 de agosto, uma viatura policial ingressou por engano em uma das comunidades do complexo de favelas da Maré — uma área densamente povoada, reduto de criminosos e narcotraficantes. O veículo foi alvejado por fogos de fuzis. O soldado Hélio Andrade morreu e outros dois policiais ficaram feridos. A enorme presença da mídia nacional e internacional deu grande visibilidade ao episódio, expondo a aguda crise de segurança pública instaurada naquela metrópole há décadas.

No início da noite, o Comando de Operações Especiais da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (COE/PMERJ) se reuniu no centro integrado de comando e controle regional, a fim de oferecer uma resposta imediata e eficaz. Durante a madrugada, a Força Nacional de Segurança Pública isolou a porção sul do complexo de favelas da Maré. Ao amanhecer do dia 11 de agosto, o COE/PMERJ desdobrou o Batalhão de Operações Policiais Especiais (BOPE) no interior da Vila do João, local do incidente. O Comando de Operações Táticas da Polícia Federal (COT/DPF) também foi chamado e suas equipes incursionaram no enclave urbano ao lado dos homens do BOPE. O CCPCT ofereceu sua contribuição determinando o emprego da Força-Tarefa 1º Batalhão de Forças Especiais, reforçada por uma companhia de fuzileiros paraquedistas e nove viaturas blindadas de transporte de pessoal sobre rodas. A operação, que reuniu as melhores forças de operações especiais policiais e militares do país, foi muito bem-sucedida e incidentes como esse não voltaram a se repetir até o encerramento dos jogos paralímpicos.

Conclusão

Em face da ameaça representada pela violência extremista em todo o mundo, o emprego recorrente de forças militares na segurança de grandes eventos públicos internacionais, constitui uma tendência que deve perdurar. Na verdade, podemos ir além e constatar que, em virtude da ação deletéria de atores armados não estatais, existe uma demanda crescente dos governos e da sociedade pela aplicação de capacidades disponíveis nas forças armadas dentro dos limites territoriais da nação.

Neste contexto, a ameaça proveniente de organizações terroristas foi reconhecida como um dos principais riscos à execução dos Jogos Olímpicos e

Paralímpicos Rio 2016. Para confrontá-la, o Estado brasileiro viu-se obrigado a buscar soluções originais, adequadas ao cenário doméstico e coerentes com a sua própria dinâmica interinstitucional. Nossas idiossincrasias sugeriam certa cautela na mera incorporação de dogmas e preceitos alienígenas, bem como na adoção de soluções pré-formatadas, sob pena de se criarem expectativas infundadas, absolutamente incompatíveis com a realidade nacional.

Os arranjos concebidos apresentaram nexos com a natureza da ameaça, traduzindo uma arquitetura de força flexível, apoiada em parcerias firmadas no heterogêneo ambiente interagências. Na elaboração de diagnósticos, foi observado que, a despeito de sérias deficiências, as instituições de segurança do Estado, incluindo as forças armadas, possuíam capacidades injeáveis, não encontradas em muitos países do hemisfério norte. O grande desafio era integrar, coordenar e

sincronizar todos os atores envolvidos, com o propósito de assegurar que as capacidades requeridas para a gestão satisfatória de uma eventual crise fossem aplicadas com precisão, nos locais e momentos decisivos.

Segundo a avaliação de um oficial do estado-maior do CCPCT, o fato de o Brasil não haver se tornado palco de um grande atentado terrorista durante os jogos olímpicos e paralímpicos não foi decorrente de uma análise de risco incorreta. Ao contrário, se deu em virtude do êxito de medidas preventivas e proativas levadas a bom termo, a exemplo da Operação *Hashtag* desencadeada pela Divisão Antiterrorismo da Polícia Federal. Todavia, convém destacar que, no atual quadro geopolítico, nenhum país do globo está imune à violência extremista. Embora tenhamos de reconhecer o sucesso das olimpíadas no Brasil em termos de enfrentamento ao terrorismo, ainda há muito que ser feito. ■

Referências

1. Foram eles: XV Jogos Pan Americanos Rio 2007, V Jogos Mundiais Militares Rio 2011, Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável Rio + 20 (2012), Copa das Confederações FIFA 2013, Jornada Mundial da Juventude (2013), Copa do Mundo FIFA 2014, Jogos Olímpicos Rio 2016 e Jogos Paralímpicos Rio 2016. Todavia, cabe destacar que, no Brasil, o emprego de tropas em missões dessa natureza possui como marco histórico recente a participação das forças armadas na segurança da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Eco 92), realizada na cidade do Rio de Janeiro, em junho de 1992.
2. Disponível em <<http://exame.abril.com.br/brasil/os-grandes-numeros-das-olimpiadas>> acesso realizado em 10 de dezembro de 2016 e <<http://epocanegocios.globo.com/Olimpiada/noticia/2016/08/os-jogos-olimpicos-do-rio-de-janeiro-em-numeros.html>>, acesso realizado na mesma data, 10 de dezembro de 2016.
3. Cronologia elaborada pelo Major Felipe Guimarães Rodrigues, do Comando de Operações Especiais do Exército Brasileiro.
4. Brasil, Presidência da República. *Plano Estratégico de Segurança Integrada para os Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016* (PESI Rio 2016). Brasília: Abin, 2015.
5. Foram eles: complementaridade, cooperação, discricção, eficiência, excelência técnica, integração, interoperabilidade, liderança situacional, e respeito à diversidade e à dignidade humana – Brasil, Presidência da República. Ibid, p. 7 e 8.
6. Brasil, Presidência da República. Ibid, p. 20.
7. Buzanelli, Márcio Paulo, "Porque é Necessário Tipificar o Crime de Terrorismo no Brasil", *Revista Brasileira de Inteligência*. Brasília: Abin, n.8, set. 2013, p. 16.
8. Brasil, Presidência da República. Ibid, p. 20 e 21.



Tripulantes do mais recente porta-helicópteros *DDH-184 Kaga*, classe *Izumo*, da Força Marítima de Autodefesa do Japão, postam-se diante da bandeira naval japonesa durante cerimônia de transferência pela empresa Japan Marine United Corporation, em Yokohama, Japão, 22 Mar 17. (Foto de Toru Hanai, Reuters)

Compreendendo o Papel do Japão na Segurança do Pacífico Ocidental

Ten Cel (Res) Peter D. Fromm, Exército dos EUA

O clima político-militar no Japão está passando por uma série de mudanças inéditas, que incluem um novo e amplo debate sobre o futuro relacionamento do país com o Artigo 9 de sua Constituição pós-guerra, concebida pelos Estados Unidos da América (EUA)¹. Surpreendentemente, o fato de o Artigo 9 já ter mais de 70 anos não parece ter diminuído sua força em projetar a *imagem* de um pacifismo intencional, como originalmente pretendido². A imagem pacifista do Japão ainda é e continuará a ser muito importante para a região nas próximas décadas.

Em um artigo publicado em 2001 no jornal *International Herald Tribune*, Michael Richardson citou previsões feitas pelo professor chinês Wu Xinbo, do Center for American Studies, da Fudan University, em Xangai:

Considerando as tendências políticas, de segurança e econômicas em evolução no Leste Asiático, o envolvimento dos EUA na segurança da região daqui a dez anos terá de ser transformado, tanto em forma quanto em substância. [...] A presença militar avançada dos EUA diminuirá; as alianças de segurança se tornarão menos relevantes como instrumento da política norte-americana; e é bastante provável que surja uma comunidade de segurança pluralista³.

O professor Wu estava, evidentemente, equivocado ao prever o declínio das alianças de segurança dos EUA com nações do Leste Asiático. A aliança bilateral com o Japão e as alianças com a maioria dos outros países na região continuam sólidas como sempre. Além disso, a cooperação dos EUA com o Japão se transformou em um dos relacionamentos de segurança mais fortes e importantes do mundo, fato que é destacado pelo redirecionamento da política externa norte-americana para o Pacífico. Contudo, Wu estava certo ao prever a evolução de uma comunidade de segurança pluralista. Além disso, essa comunidade de segurança, liderada em parte pelos EUA, visa a conter a hegemonia chinesa. Entretanto, as Forças Armadas norte-americanas precisam conduzir sua relação bilateral com o Japão de uma forma que fortaleça o papel deste último na comunidade de segurança do Leste Asiático e evite consequências imprevistas, como no caso das Filipinas, que hoje corteja a China.

A Futura Normalização do Japão

Apesar do recente debate sobre a reinterpretação do Artigo 9 da Constituição japonesa, uma verdadeira aliança de autodefesa coletiva entre os EUA e o Japão provavelmente está a décadas de distância⁴. Tal acordo envolveria mudanças ainda indeterminadas na situação política do Japão e uma alteração fundamental de sua Constituição; contudo, é inevitável que haja uma mudança significativa, por mais distante que ela esteja. Em suma, há várias razões pelas quais o Japão se movimentará, de maneira inevitável, ainda que lenta, em direção a uma verdadeira autodefesa coletiva junto aos EUA e outras nações. Entre elas estão as seguintes aspirações do Japão:

- Tornar-se, verdadeiramente, um “país normal”, que exerce o direito de autodefesa coletiva em conformidade com o direito internacional;
- Conquistar o respeito da comunidade internacional como uma nação disposta a compartilhar a responsabilidade pela estabilidade mundial;
- Melhorar suas credenciais como um legítimo membro do Conselho de Segurança das Nações Unidas;
- Demonstrar ao público norte-americano que está disposto a tornar-se um parceiro completo em uma aliança de defesa normal (o que evitaria que o Japão tivesse de se sujeitar à vontade e hegemonia da China na região, caso o público norte-americano viesse a se opor ao que enxerga como uma aliança unilateral);
- Em um aparente paradoxo, libertar-se de sua excessiva dependência em relação ao poderio norte-americano.

Mais uma vez, essas são as razões pelas quais o Japão se normalizará — como uma potência militar — em um futuro distante. Contudo, ele se movimentará tão lentamente que a imagem de “Constituição da Paz” persistirá.

Em uma versão preliminar de sua dissertação para o U.S. Army War College, em 1995, o Gen Bda K. Mochida, da Força Terrestre de Autodefesa do Japão (FTAJ), transmitiu um ponto de vista que não é incomum entre os principais formuladores de política japoneses hoje em dia:

O Japão não poderá tornar-se um parceiro ativo na construção da nova ordem mundial enquanto houver incerteza sobre sua futura

direção tanto dentro quanto fora do país. Sem uma direção claramente estabelecida e expressa, o Japão corre o risco de perder o respeito de outras nações e de se converter em nada mais do que um “assinante de cheque” internacional, que não é incluído nas discussões sobre como o “cheque” será utilizado⁵.

Esta é a condição descrita por John Dower como o problema especial do país em seu influente livro *Embracing Defeat*: “Os peculiares sonhos de paz do Japão passaram a envolver uma sensação persistente de estar preso em uma armadilha”⁶.

Essa “sensação” continua viva e forte quase duas décadas após a publicação de *Embracing Defeat*. A obra de Dower ainda é considerada atual, já que as condições mudaram muito pouco desde então. O livro é utilizado pelo Exército dos EUA no Japão (U.S. Army Japan) em seu Programa de Certificação e Desenvolvimento de Líderes para todos os novos oficiais, graduados mais antigos e funcionários civis de alto escalão.

Algo implícito na observação de Mochida, citada anteriormente, é a ideia de que a segurança do Japão está mais ligada a questões econômicas do que políticas e de que a disposição a compartilhar obrigações militares encerra uma responsabilidade moral que fica acima dos padrões constitucionais de não beligerância. A ligação entre segurança militar e vitalidade econômica não é, evidentemente, algo exclusivo do Japão. Entretanto, por ser a única nação que reconhece, mas rejeita, o direito de autodefesa coletiva, a ligação é perturbadora quando se considera a economia ainda forte do país (terceira mundialmente em 2015)⁷. O fato de um país tão forte e rico atuar como um mero “assinante de cheque” em lugar de ser um pleno participante na segurança mundial prejudica sua posição para seu interesse próprio e autônomo em assuntos mundiais. Entretanto, 18 anos após as observações de Dower, foram feitos avanços graduais. Vale notar esta observação sobre as divergências existentes, constante de “The Article 9 Debate at a Glance”:

Enquanto o Partido Liberal Democrata insiste que a Constituição deve ser modificada para refletir as realidades de hoje, políticos da esquerda respondem que as realidades da política de segurança japonesa devem ser alteradas para refletir as disposições

da Constituição pacifista. Enquanto isso, muitos moderados afirmam que a melhor forma de se adaptar a mudanças nas circunstâncias é continuar a aprovar novas leis em conformidade com as atuais disposições do Artigo 9. Além disso, alguns políticos liberais propõem uma revisão constitucional com um objetivo completamente diferente do expresso pelo Partido Liberal Democrata: definir mais estreitamente e delimitar o escopo de autodefesa e dos deveres das Forças de Autodefesa, incluindo a participação na segurança coletiva⁸.

Não existe um consenso sobre o melhor caminho a ser tomado, mas esse debate destaca o progresso obtido pelo Primeiro-Ministro Shinzō Abe rumo a uma verdadeira autodefesa coletiva, o qual, no entanto, só pode ser descrito, realisticamente, como limitado. Em 03 Mai 17, Abe divulgou um vídeo em que declarava seus esforços para acrescentar um terceiro parágrafo ao Artigo 9 até o ano de 2020, que definiria, claramente, a existência das Forças Armadas do Japão, mas até mesmo essa pequena mudança, que seria a primeira alteração à Constituição em seus 70 anos de história, foi, quando muito, recebida com ceticismo⁹.

Desde o fim da Segunda Guerra Mundial, nações do Leste Asiático, como China e Coreia, temem um Japão militarmente reincidente e agressivo; por isso, a lenta abordagem para ampliar o escopo do emprego de suas forças militares é pragmática. É difícil prever quando o mundo, em particular a China e a Coreia, aceitará o Japão como uma verdadeira potência militar e como um parceiro de defesa coletiva a par com a Coreia do Sul ou Austrália.

O Ten Cel Peter D. Fromm, da reserva remunerada do Exército dos EUA, é o Subchefe da Seção de Pessoal do Exército dos EUA no Japão, Camp Zama, Japão. É bacharel em Ciências Sociais pela San Jose State University e mestre em Filosofia pela Indiana University, em Bloomington. Serviu no 1º Batalhão (*Ranger*), 75º Regimento de Infantaria; na 82ª Divisão Aeroterrestre; na 1ª Divisão de Cavalaria; e na 2ª Divisão Blindada. Foi chefe de seção de estado-maior do Exército dos EUA no Japão. Lecionou Inglês, Filosofia e Ética durante vários anos na Academia Militar dos EUA, em West Point, Estado de Nova York.



Ainda assim, as preocupações regionais sobre um Japão agressivo são infundadas e, por mais estranho que pareça, as inquietações de seus vizinhos asiáticos não são, de modo geral, compreendidas ou reconhecidas pelos cidadãos japoneses¹⁰. Não obstante, em virtude dessas preocupações, o Japão continuará a parecer resistir a mudanças ao significado da Constituição ao mesmo tempo que visa à normalização, mantendo, assim, a fachada de postura pacifista (ou seja, conservando a *imagem* de pacifismo), a fim de aplacar os persistentes temores regionais (ou mero ressentimento).

O governo continuará a manter a imagem pacifista para reforçar seu poder político e econômico mundialmente, por mais irônico que pareça. Embora a lenta abordagem em relação à normalização seja algo positivo para a região e para o Japão, a pose de pacifismo do país — como uma fachada que vai desaparecendo pouco a pouco — pode parecer uma noção controversa. Entretanto, a lógica do interesse próprio está na base da conduta de todas as nações,

Soldados japoneses preparam-se para limpar a área durante um adiestramento bilateral em combate urbano em apoio ao Exercício *Orient Shield 16*, Área de Adiestramento Aibano, Japão, 18 Set 16. O Exercício *Orient Shield* é um adiestramento anual bilateral de armas combinadas, concebido para melhorar as operações conjuntas, aprestamento para o combate e interoperabilidade entre a Força Terrestre de Autodefesa do Japão, o Exército dos EUA no Japão e as forças da Guarda Nacional Aérea e do Exército dos EUA. (Foto da Cb Elizabeth Scott, Guarda Nacional do Exército dos EUA)

e aparentes contradições são apenas isso: algo na superfície apenas. O próprio fato de o debate sobre mudanças ser extremamente lento revela perspectivas orientais sobre a História e a estratégia nacional.

Essa lenta abordagem também decorre, em parte, do fato que existe, já há algum tempo, uma crença geral, dentro do Japão (e possivelmente em alguns países do Ocidente), de que a nação hoje é fundamentalmente pacifista e de que a Segunda Guerra Mundial de alguma forma transformou a alma cultural japonesa¹¹. Contudo, isso está longe ser verdade. O medo oriental de um Japão neoimperial no futuro representa o outro lado dessa forma de dissimulação. Nem o pacifismo, que o Japão sabe ser



algo logicamente incoerente, nem um imperialismo político, que é igualmente incoerente, serviriam aos futuros interesses do país ou de quem quer que seja. A lógica das circunstâncias sugere que — menos por razões ideológicas e mais por razões de interesse econômico próprio — é improvável que haja um retorno a um Japão politicamente imperialista.

Além disso, os EUA podem contribuir muito para minimizar os temores asiáticos quanto ao poder militar japonês ao manterem sua presença militar no Japão e ao apoiarem o país no ritmo de mudança que ele escolher seguir. Ao incentivarem o Japão a mudar de uma maneira equilibrada, os EUA podem ajudá-lo a conservar a aparência de arrependimento por sua história anterior de expansionismo na Ásia que tem, até hoje, estabilizado a região. O desafio que os EUA enfrentam ao cooperarem com o Japão consiste em como incentivar mudanças políticas sem implicar que eles queiram ver uma reinterpretação radical do Artigo 9 ou sua revogação, mesmo que os dirigentes norte-americanos acreditassem que modificá-lo fosse a melhor linha de ação no longo prazo.

Pressionar os japoneses nessa área não seria uma boa ideia; eles devem proceder no ritmo que escolherem para demonstrar que estão buscando uma mudança harmoniosa e previsível. Se os EUA calcularem mal e testarem a paciência japonesa com sua visão sobre o

Canhões anti-aéreos autopropulsados *Tipo 87*, da FTAJ, participam da parada militar anual das Forças de Autodefesa do Japão, em Camp Asaka, 23 Out 16. O Primeiro-Ministro do Japão Shinzō Abe passou em revista as tropas. (Foto de Honey Nixon, Exército dos EUA no Japão)

Pacífico Ocidental, o Japão pode se afastar da aliança e passar a se apoiar mais em seu potencial independente para ações unilaterais ou até mesmo na renovação de seu relacionamento com a Rússia ou com a China, por mais improvável que isso pareça hoje. Essas ações seriam desestabilizadoras para a região.

A Importância de uma Contínua Relação de Cooperação

A parceria entre o Japão e os EUA é de vital importância para ambos os países. Também pode ser, para o resto do mundo, a melhor chance de promover a prosperidade do planeta, considerando as economias e a força combinada das duas nações. Desperdiçar esse relacionamento por descuido e arrogância seria uma questão moral que poderia ter, rapidamente, implicações estratégicas. Por ser uma questão do bem comum mundial, a parceria norte-americana com o Japão torna-se de interesse geral para a comunidade de Estados, pois ela representa uma fusão de duas civilizações decisivamente dominantes, no auge de seu desenvolvimento.

Não há nada mais profundo em jogo entre os dois países do que o mero interesse próprio. Em outras palavras, não se trata, fundamentalmente, de um relacionamento de amizade, algo que os norte-americanos costumam associar com um afeto incondicional. A parceria bilateral dos EUA com o Japão representa a coexistência pacífica e a cooperação baseadas no interesse próprio, ao longo da principal linha de divisão da civilização no mundo moderno. Superficialmente, falamos de amizade com o Japão, que é uma metáfora útil. Podemos ter amigos no Japão no âmbito individual, o que pode ajudar. Como nação, porém, o Japão é nosso parceiro bilateral acima de tudo e — como os chineses bem sabem e talvez tentem aproveitar — ele pode deixar de ser a qualquer momento. Um ambiente político nos EUA que busque minimizar ou até mesmo penalizar o Japão de alguma forma poderia ser o primeiro passo para a destruição da parceria¹².

Essa parceria não é frágil, mas também é algo que os formuladores de política norte-americanos não devem dar como garantido. Os japoneses são um povo ao qual os EUA deram um ultimato duas vezes em meados do século XX. A primeira vez foi em 1941, quando lhes dissemos que saíssem das colônias que haviam anexado ou sofreriam embargos; a segunda vez foi em 1945, quando exigimos sua rendição incondicional. Para os japoneses, a Guerra do Pacífico foi uma guerra que “adquiriu as qualidades de um choque de civilizações”¹³. O autor dessas palavras, Mochida, afirmou: “Com isso, quero dizer que não havia uma ideia de coexistência; ao contrário, o combate tinha como base a intensificação da desconfiança mútua, que não tinha fusão/harmonia. Pode-se dizer que essa foi uma repetição do conflito entre Roma e Cartago”¹⁴. Em outras palavras, segundo a explicação de Mochida, o Japão tinha em jogo arraigados interesses culturais e ideológicos, assim como interesses econômicos, naquele confronto.

Seu envolvimento na Segunda Guerra Mundial foi, pelo prisma dos japoneses, uma guerra pela sobrevivência, travada ao longo de uma linha divisória entre visões de mundo que determinaria como as civilizações do planeta evoluiriam. Posturas como essas mostram como os próprios japoneses enxergam profundas diferenças entre Oriente e Ocidente. O fato de Mochida não mencionar, em sua analogia, a infame sina que Roma impôs a Cartago implica, por

sua ausência, que o Japão jamais se permitiria sofrer um semelhante eclipse total nas mãos do Ocidente. Assim, se o professor Jay Parker, um analista do Exército, estiver certo em sua conjectura de que o Japão acabará optando por apoiar a China, essa seria uma medida para evitar ser eclipsado pelo Ocidente¹⁵.

Por sua vez, essa medida sinalizaria uma nova polarização do Oriente em relação ao Ocidente. O professor Paul Bracken adverte contra essa possibilidade em *Fire in the East: The Rise of Asian Military Power and the Second Nuclear Age*, ressaltando que “as fontes de conflito na Ásia surgem de Estados-nação, e não de civilizações [...] uma retirada [por parte dos EUA] seria desastrosa para os EUA e para a Ásia”¹⁶.

O que resta aos atuais decisores norte-americanos é a tarefa de encontrar a “fusão/harmonia” de que fala Mochida. O Japão buscará encontrar harmonia independentemente de como a situação mundial evoluir, e — como quase todos concordam — seria melhor para o mundo como um todo se essa harmonia fosse com os EUA, e não com a próxima alternativa. Como a História tem demonstrado desde o fim da Segunda Guerra Mundial, tem sido de interesse para os EUA persuadir o Japão a deixar seu pacifismo de concepção norte-americana e a movimentar-se, até certo ponto, a um fortalecimento militar racional. Entretanto, é preciso considerar a questão da forma, que é tão importante quanto o conteúdo no Leste Asiático quando se lida com o legado da Segunda Guerra Mundial e os efeitos do governo militar, e isso significa que movimentos bruscos não seriam bons para ninguém. A forma é mais importante do que a substância no desenvolvimento do Japão como um “país normal” com capacidades militares que pudessem comunicar uma disposição a empregar operações ofensivas. A palavra japonesa para “coração” é “kokoro”. O modo pelo qual os japoneses saírem de seu legado do século XX precisa refletir o “kokoro” de paz que eles querem comunicar.

Ao menos para a Coreia e a China, o Japão precisa manter o semblante de benevolência, docilidade e pacifismo, em prol não apenas das aparências, mas também de realidades políticas práticas. Quanto mais tempo ele mantiver uma forte aliança com os EUA, mais tempo ele poderá levar para deixar seu suposto pacifismo publicamente, e menos provável será que surja tensão entre seus países vizinhos.



A Importância da História

A principal diferença entre as culturas ocidental e oriental consiste em suas perspectivas filosóficas fundamentais — até mesmo essa expressão é reveladora. No Ocidente, temos o que chamamos de “visão” de mundo, uma certa perspectiva, e, embora existam muitas, todas elas se originam da mesma fonte (isto é, as tradições judaico-cristãs). No Oriente, as pessoas têm um “modo” de ser no mundo, e embora existam muitos, eles têm uma origem comum diferente da ocidental (os textos originais do hinduísmo, budismo e das filosofias confucionista e taoista). Ambas as perspectivas, oriental e ocidental, sofrem dos males do medo, ignorância e preconceito entre os pobres e os de pouca instrução. Superar esses obstáculos à efetiva cooperação por parte do lado ocidental da divisão cultural é uma obrigação dos EUA para com a aliança. A História indica que os norte-americanos têm dificuldade nessa área. Bracken, em *Fire in the East*, chama a tendência ocidental de moldar as coisas segundo sua ótica o “desafio da autoconcepção”¹⁷. Ao trabalhar com os japoneses, assumir essa postura intencionalmente ou não pode ter consequências indesejáveis para a aliança.

Integrantes da Força Marítima de Autodefesa do Japão retiram suprimentos humanitários simulados de uma aeronave de rotores basculantes MV-22B Osprey, do Corpo de Fuzileiros Navais dos EUA, 31ª Unidade Expedicionária do CFN, Base Aérea de Oruma, Nagasaki, Japão, 18 Nov 16. (Foto do Cb Darien J. Bjorndal, CFN dos EUA)

No Japão, séculos de domínio pelo ethos militar de uma elite política e moral moldaram os discursos da nação, as ideologias predominantes que formam a alma de um povo e a maneira pela qual ele se conduz no mundo em todos os campos. O acadêmico de Harvard Thomas Cleary lembra ao desatento Ocidente que algo “crucial para entender a mentalidade e o comportamento japonês é uma avaliação da influência de séculos de governo militar”¹⁸. Nem mesmo o bombardeio de Hiroshima e Nagasaki em 1945, que culminou na capitulação japonesa e no término da Segunda Guerra Mundial, e as mudanças bruscas que se seguiram a esses acontecimentos desastrosos, podem mudar essa característica. Esperar tal mudança seria como dizer aos ocidentais que parassem de usar a tradição judaico-cristã como prisma para olhar o mundo.

Contudo, conforme mencionado anteriormente, esse legado de governo e derrota militar não indica que o Japão se tornará militarista novamente, o persistente

temor de algumas nações na região. O país tem uma tendência histórica a adaptar, pragmaticamente, os modos e ideias de outras civilizações (por exemplo, como no caso de adoção da religião e tecnologia chinesa nos séculos VI e VII e das tecnologias militares ocidentais nos séculos XVI e XIX). Esse histórico implica, na verdade, que os japoneses têm uma boa razão para continuar fingindo pacifismo, porque essa é, pragmaticamente, a melhor linha de ação para a segurança e estabilidade econômica da região na atualidade, e para deixar para trás a percepção de relativa impotência político-militar da maneira que melhor sirva aos interesses do país e seu lugar no mundo.

A história do Japão mostra uma clara progressão de elites religiosas para imperadores, ditadura militar, oligarquia militar e, enfim, governo representativo. Os norte-americanos precisam lembrar quanto tempo o Japão foi regido por um governo militar — cerca de 900 anos. A paciência, autossuficiência e autodeterminação fazem parte da ética do *Bushido* (samurai), que se difundiu na população¹⁹. Essas virtudes marciais persistem e são tão importantes para o país quanto para seus cidadãos individuais, e o Japão vê a necessidade de preservá-las para manter seus próprios interesses sob consideração em futuros discursos de poder.

A Argamassa da Aliança de Segurança entre EUA e Japão

Não há como exagerar a importância do engajamento bilateral militar dos EUA no Japão, junto às Forças de Autodefesa e à sociedade japonesa. A aliança depende do relacionamento militar e civil no nível mais básico, em que soldados e comandantes japoneses e norte-americanos se adestram juntos em missões de cooperação; em que os estados-maiores planejam e conduzem exercícios juntos; e em que os políticos e burocratas locais trabalham e interagem com as bases dos EUA. Embora o Japão reúna os melhores fatores geográficos e geopolíticos como local mais adequado para o centro de comando e controle militar dos EUA no Pacífico Ocidental, há melhores razões para se refletir sobre uma futura melhoria da estrutura e qualidade da presença norte-americana no país. Como o Japão representa o fator econômico e cultural de interesse central para o futuro dos EUA e é seu mais importante aliado na Ásia, se não no mundo, as relações com a nação anfitriã devem ser a prioridade máxima das forças

militares norte-americanas, e os exercícios devem passar para um plano secundário em relação à natureza qualitativa da manutenção da aliança. Os exercícios militares devem servir à manutenção do relacionamento, e não o contrário. As operações servem à estratégia, e não há espaço para o provincianismo por parte dos planejadores dos exercícios.

O Exército detém a maior parte da responsabilidade por essa manutenção do relacionamento, apesar da menor dimensão de sua presença entre as forças norte-americanas no Japão. A FTAJ é, de longe, a maior e, possivelmente, a mais influente das Forças Armadas japonesas²⁰. Por esse aspecto, o Exército dos EUA tem uma significativa parcela de responsabilidade na manutenção da aliança bilateral — provavelmente a parcela mais crucial entre as Forças Singulares, considerando a atual situação. Além disso, o Exército dos EUA é bem-vindo no Japão. Não há significativos movimentos ou opinião pública negativa para retirá-lo do país, e é improvável que surjam esforços nesse sentido. O desafio para os militares do Exército dos EUA será manter o relacionamento com a FTAJ em um patamar que comunique o respeito que o país merece como nosso aliado. Ao considerar o futuro, o programa de engajamento bilateral do Exército deveria receber renovada ênfase do Departamento do Exército, expressa como uma estrutura de oficiais de grau hierárquico mais elevado no Japão.

Há 15 anos, quando passei para a reserva como oficial do estado-maior do Exército dos EUA no Japão, escutei um comandante mais antigo da FTAJ comentar: “O Exército dos EUA continua a não ter interesse no Japão; continuam cegos como sempre — não veem nenhuma relevância”. Isso talvez ainda seja verdade, considerando a preocupação do Exército dos EUA com o Oriente Médio; se for o caso, isso precisa mudar. Entender o Japão e seu provável futuro papel na segurança da Ásia é de extrema importância para obter os melhores resultados para o mundo como um todo. ■

O autor gostaria de agradecer ao CF Mark L. Kreuser, da reserva remunerada da Marinha dos EUA, por suas perspectivas e gentil assistência, na qualidade de Chefe da Seção de Assuntos Político-Militares, do Exército dos EUA no Japão. Quaisquer erros cometidos neste artigo são de responsabilidade exclusiva do autor e não se refletem em Kreuser ou no comando. As opiniões expressas neste artigo são exclusivamente do autor.

Referências

1. "Japan: Article 9 of the Constitution", Library of Congress website, última atualização em 29 set. 2015, acesso em 21 mar. 2017, <https://www.loc.gov/law/help/japan-constitution/article9.php>. Veja também Kitaoka Shinichi, "The Turnabout of Japan's Security Policy: Toward 'Proactive Pacifism'", Nippon.com website, última atualização em 2 abr. 2014, acesso em 3 mai. 2017, <http://www.nippon.com/en/currents/d00108/>.
2. "The Constitution of Japan", Prime Minister of Japan and His Cabinet website, acesso em 16 mai. 2017, http://japan.kantei.go.jp/constitution_and_government_of_japan/constitution_e.html.
3. Michael Richardson, "China Developing a Navy that Could Confront U.S.", *International Herald Tribune*, 5 Jan. 2001.
4. "The Article 9 Debate at a Glance", Nippon.com website, 31 Aug. 2016, acesso em 4 mai. 2017, <http://www.nippon.com/en/features/h00146/>.
5. K. Mochida, "The Dawn of a Second Pacific Era" (trabalho não publicado, 1995), versão preliminar em posse do autor.
6. John W Dower, *Embracing Defeat* (New York: W. W. Norton, 1999), p. 563.
7. "Gross Domestic Product 2015", World Bank data, 2015, acesso em 21 mar. 2017, <http://databank.worldbank.org/data/download/GDP.pdf>.
8. "The Article 9 Debate at a Glance".
9. "PM's Call for Revision to Article 9 of Constitution Puzzle Even Ruling Parties", *Mainichi*, 4 May 2017, acesso em 16 mai. 2017, <https://mainichi.jp/english/articles/20170504/p2a/00m/0na/010000c>.
10. Observação do autor com base em 16 anos vivendo predominantemente no Japão e em suas conversas pessoais com representantes de vários segmentos da sociedade, incluindo parentes, amigos e colegas de turma da International Christian University, assim como colegas de trabalho desde 1972 até o presente.
11. O pacifismo formou o núcleo da política externa do Japão na era pós-guerra. Essa política tem como base os horrores da Guerra no Pacífico e o trauma sofrido durante a guerra, incluindo o bombardeio nuclear de Hiroshima e Nagasaki. O Artigo 9 da Constituição pós-guerra, elaborado durante a ocupação norte-americana em 1947, declara que o povo japonês "para sempre renuncia a guerra como um direito soberano da nação". Veja Matt Ford, "Japan Curtails its Pacifist Stance", *The Atlantic*, 19 Sept. 2015, acesso em 4 mai. 2017, <https://www.theatlantic.com/international/archive/2015/09/japan-pacifism-article-nine/406318/>. Depois do sucesso de Abe em reinterpretar o Artigo 9, "dezenas de milhares de estudantes se manifestaram contra o projeto de lei em Tóquio, e o líder da oposição, Tatsuya Okada, advertiu que o projeto de lei e outras medidas relacionadas à segurança 'deixariam uma grande cicatriz na política democrática japonesa'".
12. Veja a discussão sobre a arrogância ocidental em relação aos países orientais em E. Valentine Daniel, "The Arrogation of Being by the Blind-Spot of Religion", *Hitotsubashi Journal of Social Studies* 33 (2001): p. 83-102, acesso em 1 mai. 2017, https://www.jstor.org/stable/43294582?seq=1#page_scan_tab_contents. O professor Daniel, antropólogo da Columbia University, proferiu uma palestra na Hitotsubashi University em Tóquio sobre as distinções antropológicas entre o Oriente e o Ocidente. Ele crê que um esclarecimento completo do mal-entendido cultural é mais profundo do que permitiria uma explicação. Ele alega que conceber as diferenças segundo ideias típicas ocidentais sobre "visões" de mundo é um erro categórico, um erro lógico. Ele fala da "arrogância inocente" do povo ocidental impondo a ideia de "visão" ao resto do mundo.
13. Mochida, "The Dawn of a Second Pacific Era". Como sua opinião reflete o que muitas pessoas no Japão acreditam, mas não diriam abertamente, o que o Gen Mochida afirmou sobre a guerra a partir da ótica japonesa é revelador e importante para entender a atual perspectiva do Japão sobre sua própria história: "Havia muitos japoneses que acreditavam nos ideais refletidos na ideia japonesa de libertar outras nações dos grilhões da colonização ocidental e no plano japonês de construir uma esfera de coexistência e prosperidade mútua. Acredito que, considerando a atual situação na Ásia, esse plano idealista não é nada de que os japoneses devam se envergonhar hoje [...] o Japão acabou sendo derrotado, mas, em decorrência da guerra, muitos países asiáticos foram libertados de seus grilhões coloniais e se tornaram nações independentes. Estamos perto demais do arco-íris para reconhecer o que ele é, mas, com o tempo, será importante avaliar e entender, com calma e objetividade, as ações japonesas desde a Guerra Russo-Japonesa até a Segunda Guerra Mundial. [...] É importante ter em mente que a derrota do Japão na Segunda Guerra Mundial serviu como um simbólico ponto de virada histórico, que fez os japoneses entenderem como era impróprio o emprego de força para tentar dominar outros países. A ideia de que seria legítimo empregar a força para realizar os desejos nacionais se baseava na história antiga, e a prática havia continuado desde então. Contudo, com base em nossa experiência durante a Segunda Guerra Mundial, nós, japoneses, viemos a reconhecer que esse modo de pensar não resultou em nada a não ser causar sofrimento e atrasar o progresso humano. Essa é a lição que deveria ser aprendida não apenas pelo Japão, mas também pelos países que foram vitoriosos na guerra. [...] Embora haja várias fontes de atrito entre os EUA e o Japão atualmente, nós, japoneses, estamos nos esforçando para abrir nossos mercados no espírito de harmonia, e não de confronto".
14. *Ibid.*
15. Jay M. Parker, "Japan at Century's End: Climbing on China's Bandwagon?" *Pacific Focus* 15, no. 1 (2000): p. 6. O professor (Cel) Parker acredita que, das três opções para o Japão (seguir contando com o acordo de segurança com os EUA, rearmar-se como uma superpotência tecnológica ou atender aos interesses da China), o Japão se afastará dos EUA e se aproximará da China. Isso não aconteceu nos 15 anos desde a publicação do artigo, mas continua sendo uma possibilidade.
16. Paul Bracken, *Fire in the East* (New York: Perennial, 1999), p. 163.
17. *Ibid.*, p. 170.
18. Thomas Cleary, *The Japanese Art of War: Understanding the Culture of Strategy* (Boston: Shambhala, 1991), p. 123. Nesse sentido, como observa Cleary: "A frente óbvia não é a medida do que ela, supostamente, representa, embora a existência de fachadas seja um fato inevitável da vida quando se lida com a cultura japonesa como uma realidade política".
19. Edwin O. Reischauer, *The Japanese* (Boston: Harvard, 1977), p. 214. Veja também Inazo Nitobe, *Bushido: The Soul of Japan* (Tokyo: Tuttle, 1963), p. 63.
20. U.S. Army Japan, "Command Brief" (Camp Zama, Japan, 2016).



Dirigente norte-coreano Kim Jong-un inspeciona o Complexo Científico Tecnológico em Pyongyang, Coreia do Norte, 28 Out 15. (Foto disponibilizada pela Agência Central de Notícias da Coreia do Norte)

O Apoio Cibernético nas Operações de Combate da Coreia do Norte

1º Ten Scott J. Tosi, Exército dos EUA

Ainda em 2014, alguns especialistas ocidentais descreveram as capacidades cibernéticas da Coreia do Norte (República Popular Democrática da Coreia, ou RPDC) com visível indiferença, como Jason Andress e Steve Winterfield em *Cyber Warfare: Techniques, Tactics and Tools for Security Practitioners*, que caracterizaram a capacidade da RPDC para executar ataques cibernéticos como sendo “[...] duvidosa, mas possivelmente existente”¹. O conhecido ataque cibernético de novembro de 2014, atribuído à RPDC e executado contra a Sony Corporation em resposta ao filme “A Entrevista,” ajudou a mudar a impressão que os EUA tinham em relação às capacidades cibernéticas norte-coreanas — de uma insignificante perturbação local dirigida contra a Coreia do Sul (República da Coreia, ou RC) a uma grande ameaça estratégica global².

Além do fato de que a RPDC seja vista como uma importante ameaça cibernética estratégica desde o ataque contra a Sony, cabe considerar o potencial emprego tático de capacidades cibernéticas como uma extensão de sua estratégia de combate. O pouco conhecido emprego tático de ataques cibernéticos como um meio de combate representa uma ameaça maior às forças da RC e dos EUA do que seria qualquer ataque cibernético estratégico conduzido por motivos políticos. O material bélico das Forças Armadas da RPDC é considerado tecnologicamente obsoleto no nível tático. Entretanto, as evidências indicam que o Exército Popular da Coreia (EPC) conduzirá operações cibernéticas como um meio de guerra assimétrica para desorganizar o comando e controle inimigo e compensar suas desvantagens tecnológicas durante as operações de combate; portanto, as forças norte-americanas e aliadas devem se preparar para essa ameaça³.

Estratégia Militar da Coreia do Norte

Para entender o modo pelo qual a RPDC provavelmente conduziria operações cibernéticas táticas em apoio a unidades de combate durante a guerra, vale considerar os objetivos históricos e a presumida teoria militar dessa nação, marcada por um isolamento cada vez maior e pelo declínio tecnológico. Após o fracasso da tentativa de unificar a península coreana entre 1950 e 1953, o lema *kukka mokp'yo* — isto é, a comunização da RC, pelo emprego de força militar, se necessário — passou e continua a ser um dos principais objetivos

da RPDC, segundo James M. Minnich, especialista em assuntos coreanos⁴. Entretanto, conforme indicou um relatório elaborado para o Congresso em 2012, o verdadeiro objetivo da política militar e agressividade política da RPDC passou a ser o de controlar e subjugar sua própria população e manter-se no poder, em vez de unificar a península coreana⁵. Não obstante, acontecimentos como o bombardeamento da Ilha de Yeonpyeong, em 2010, e a troca de fogos de artilharia em Yeoncheon, em 2015, demonstraram que pequenas provocações têm o potencial de desencadear um combate aberto. Por sua vez, um combate poderia converter-se em uma guerra em larga escala. Seja por uma escalada acidental de força ou por uma premeditada invasão surpresa, a RPDC pode estar plenamente disposta a iniciar uma guerra⁶.

Após seu fracasso na Guerra da Coreia, a RPDC ampliou e reorganizou suas Forças Armadas adotando características das Forças militares soviéticas e chinesas. Subsequentemente, tem continuado a receber influência, equipamentos e doutrina da Rússia e da China, segundo Minnich⁷. Para evitar sofrer a mesma sina que a prolongada invasão da RC, as Forças Armadas da RPDC parecem ter formulado uma estratégia conhecida como *kisub chollyak*, que propõe uma guerra rápida e decisiva conduzida com táticas mistas contra as forças da RC e dos EUA na península⁸. Essa abordagem tornou-se mais intransigente com o tempo, em virtude da crescente incapacidade econômica da RPDC para suportar uma guerra prolongada. Portanto, para alcançar seus objetivos táticos o mais rápido possível, a RPDC organizou suas Forças Armadas para iniciar o combate com “pesados bombardeios de canhões e mísseis convencionais e químicos empregando, ao mesmo tempo, equipes das Forças de Operações Especiais [F Op Esp]”, segundo Minnich⁹. Estimativas sobre o efetivo das F Op Esp da RPDC o colocam entre 80 mil e 180 mil militares aptos a conduzir ataques assimétricos no sul, destinados a possibilitar o ataque em larga escala de tropas de infantaria leve que viriam em seguida¹⁰.

Inicialmente, a RPDC provavelmente considerou bombardeios e operações especiais, seguidos de uma força de invasão de larga escala, suficiente para rapidamente desorganizar, confundir, superar em manobra e sobrepujar as tropas da RC e dos EUA baseadas na península antes que reforços norte-americanos

pudessem chegar. Entretanto, a estratégia sofreu um choque no início dos anos 90 após o colapso da União Soviética e a retirada do apoio em material bélico que ela fornecia. Esse choque foi, sem dúvida, intensificado em 1991 com a derrota inesperadamente fácil e rápida imposta pelos EUA ao Exército iraquiano de Saddam Hussein, que tentou empregar táticas e armas semelhantes às que a RPDC há muito planejava utilizar contra a RC¹¹. A derrota do exército de Hussein, que dispunha de maior efetivo, para as Forças Armadas dos EUA serviu como um sinal de alerta para a China e a RPDC, que acreditavam que a superioridade numérica de suas forças, apesar de sua inferioridade tecnológica, pudesse sobrepujar seus inimigos rapidamente. Comprovou-se que, no combate entre forças convencionais, a tecnologia era superior a enormes efetivos. Concomitantemente, a probabilidade de que as forças da RPDC viessem a ser facilmente sobrepujadas pelas vantagens tecnológicas dos EUA foi acompanhada de um rápido declínio dos setores econômico e agrícola norte-coreanos, o que diminuiu ainda mais sua capacidade para projetar e manter suas forças militares¹².

A resposta da RPDC a esses acontecimentos incluiu o desenvolvimento de seu programa nuclear¹³. Enquanto o êxito norte-americano na Operação *Desert Storm* implicava que as Forças Armadas da RPDC poderiam ser derrotadas de maneira rápida e decisiva pelos EUA em uma guerra convencional, ainda que a um custo possivelmente alto em vidas de civis coreanos, o programa nuclear norte-coreano introduziu um elevado risco de destruição em massa de alvos da RC e dos EUA, caso estes países provocassem a guerra.

Não obstante, embora apoiasse objetivos políticos defensivos da RPDC, o desenvolvimento de uma opção de dissuasão nuclear contribuiu pouco para a perspectiva de *kukka mokpyo*. Para isso, a RPDC parece ter imitado as aparentes mudanças doutrinárias da China, efetuadas após a Operação *Desert Storm*.

Após os EUA derrotarem o Exército iraquiano — quinto maior do mundo em 1990 — em apenas cinco semanas, as Forças Armadas chinesas reavaliaram, aparentemente, sua estratégia e táticas de combate¹⁴. Nos anos 90, a China formulou uma estratégia de guerra híbrida que se apoiava em métodos tecnológicos relativamente econômicos para neutralizar a superioridade militar qualitativa dos EUA por meio de ataques

indiretos. Em 1999, evidências da nova abordagem das Forças Armadas chinesas apareceram em *Unrestricted Warfare: China's Master Plan to Destroy America* (uma versão resumida em inglês, baseada em uma publicação de 1999 por dois coronéis do Exército chinês), que descreveu a utilização de várias medidas assimétricas para derrotar os EUA, incluindo a condução de guerra da informação destinada a negar visibilidade do campo de batalha às Forças Armadas dos EUA por todos os meios necessários¹⁵. [Há uma versão em português intitulada “A guerra além dos limites: conjecturas sobre a guerra e a tática na era da globalização”, tradutor desconhecido, disponível em <https://www.egn.mar.mil.br/arquivos/cepe/GUERRAALEMLIMITES.pdf>, da qual foram extraídos alguns termos. — N. do T.] Os especialistas em segurança nacional Richard A. Clarke e Robert Knake afirmam que essa estratégia resultou na adoção, pela China, da guerra cibernética de larga escala, que incluiria o furto de informações tecnológicas e a seleção de meios de Inteligência, Reconhecimento e Vigilância como alvos táticos para equalizar o campo de batalha em qualquer ação de combate entre forças convencionais¹⁶.

Crendo que seu programa nuclear dissuadiria adversários de atacar seu território e tendo sobrevivido à crise econômica e agrícola dos anos 90, a RPDC enfrentava, no início da década de 2000, um dilema semelhante ao que a China encarou após a Guerra do Golfo, quando ficou claro que ela estaria vulnerável a ser derrotada pela avançada tecnologia bélica dos EUA. A resposta geral da RPDC a esse dilema incluiu três componentes: aumentar a quantidade de F Op Esp para conduzir a guerra não convencional; expandir seus meios de guerra eletrônica e Inteligência de Sinais para conduzir operações de interferência; e, o que é mais importante, criar operações cibernéticas táticas e estratégicas no âmbito das entidades

O 1º Ten Scott J. Tosi, do Exército dos EUA, é o Oficial Executivo da Companhia A, 310º Batalhão de Inteligência Militar, 902º Grupo de Inteligência Militar. Serviu, anteriormente, como Oficial Executivo de Companhia e Companhia de Comando, 501ª Brigada de Inteligência Militar em Yongsan, Coreia. É bacharel em Educação em História e Ciências Sociais pela Illinois State University, tendo lecionado História e Educação Cívica no ensino médio em Bloomington, Illinois.

conhecidas como Bureau 121, Escritório Número 91 e Lab 110¹⁷. Como no caso de qualquer aspecto da RPDC, é difícil verificar as informações sobre essas organizações sigilosas.

Organização Cibernética Norte-Coreana

Alega-se que o Bureau 121, Escritório Número 91 e Lab 110 fazem parte de seis componentes do Escritório Geral de Reconhecimento (RGB, na sigla em inglês), que se especializa na busca de Inteligência, sob a administração do Departamento do Estado-Maior Geral. Embora o Departamento do Estado-Maior Geral seja responsável pelo comando e controle do EPC, ele se enquadra no Ministério das Forças Armadas Populares, segundo Andrew Scobell e John M. Sanford¹⁸. Essa estrutura concederia ao RGB direto controle operacional a partir do topo da cadeia de comando e possibilitaria que o componente cibernético conduzisse operações de maneira independente e em apoio ao EPC com base na necessidade operacional.

O Bureau 121, ao que consta, compreende um componente de busca de Inteligência e um componente de ataque. Acredita-se que ele opere principalmente de Pyongyang e do Hotel Chilbosan, em Shenyang, na China¹⁹. Aparentemente, o Escritório Número 91 está localizado em Pyongyang e conduz ações de *hacking* para o RGB²⁰. Por sua vez, afirma-se que o Lab 110 conduz reconhecimento técnico, infiltração de redes de computadores, busca de Inteligência por *hacking* e introdução de vírus em redes inimigas²¹.

Embora pareça haver muitas outras organizações cibernéticas na RPDC, as entidades não pertencentes ao RGB se concentram, principalmente, no controle político interno ou na disseminação de propaganda política a países estrangeiros. Portanto, seu trabalho



De acordo com as informações disponíveis, *hackers* do Exército da Coreia do Norte trabalham no Hotel Chilbosan (foto de 17 Abr 05), em Shenyang, na China, o qual pertence, em parte, ao governo norte-coreano. Esses relatos são plausíveis devido, entre outros fatores, às evidentes vantagens de se trabalhar a partir de uma base na China, incluindo a pronta disponibilidade de múltiplas linhas de comunicação, para não mencionar os equipamentos modernos, treinamento, apoio logístico e confiável fonte de energia. (Veja, por exemplo, James Cook, "PHOTOS: Inside The Luxury Chinese Hotel Where North Korea Keeps Its Army of Hackers", Business Insider website, 02 Dec 14, acesso em 12 Jun 17, <http://www.businessinsider.com/photos-chinese-hotel-where-north-korea-keeps-hackers-2014-12>). (Foto de tack well, Flickr)

não está muito relacionado ao apoio cibernético tático ou operacional a operações de combate.

As estimativas sobre a dimensão da força cibernética da RPDC variam entre 1.800 e cerca de 6.000 *hackers* e especialistas em informática, o que a tornaria a terceira

maior agência cibernética do mundo, atrás dos EUA e da Rússia²². A estimativa mais elevada teria sido fornecida pelo setor de Inteligência da RC no início de 2015, mas não é possível confirmar o número citado. Também não está claro se os efetivos do Escritório Número 91 e do Lab 110 fizeram parte do cálculo, mas, considerando o desejo da RC de induzir os EUA a priorizarem as ameaças cibernéticas advindas da RPDC, é provável que tenham sido incluídos (alguns consideram as estimativas da RC incorretas em virtude de sua parcialidade). Além disso, a estimativa da RC apresentada dados de 2013 e, como boa parte da Inteligência sobre a Coreia do Norte, já está desatualizada.

Independentemente disso, a escassez de conhecimentos concretos sobre as organizações cibernéticas da RPDC é agravada pela natureza de seu acesso à internet. A RPDC dividiu suas redes em dois componentes. Apenas os órgãos governamentais e militares podem acessar a rede voltada ao exterior e roteada através da China, que os *hackers* utilizam para conduzir ataques cibernéticos. O outro componente é a rede *kwangmyong*, uma intranet monitorada, com conteúdo selecionado pelo governo²³. Em janeiro de 2013, foi identificado um “cyber café” na RPDC, em Pyongyang, onde os cidadãos podem, segundo consta, acessar apenas a *kwangmyong*²⁴. O uso de redes chinesas para acessar a internet global fornece proteção aos *hackers* norte-coreanos, permitindo-lhes negar responsabilidade por suas intrusões e ataques. Além disso, eles podem conduzir, com segurança, ataques externos ao mesmo tempo que evitam ataques oriundos da RC ou dos EUA²⁵.

Entretanto, o uso de terceiros para acessar a internet externa também torna as operações cibernéticas da RPDC dependentes de uma contínua cooperação

por parte da China e de outros parceiros. Apesar do apoio cada vez menor para o isolado Estado nos últimos anos, o respaldo da China parece estar garantido durante tempos de paz; não está garantido, porém, se a guerra eclodir.

Como o baixo nível de conectividade funciona como proteção contra ataques oriundos do exterior, a RPDC pode se concentrar no desenvolvimento de capacidades cibernéticas ofensivas. Caso comprometidos, poucos sistemas ou redes da RPDC reduziram as capacidades de combate²⁶. Os notórios ataques cibernéticos atribuídos a seus *hackers* têm servido, principalmente, a propósitos estratégicos e políticos. Entretanto, é provável que o apoio cibernético a unidades

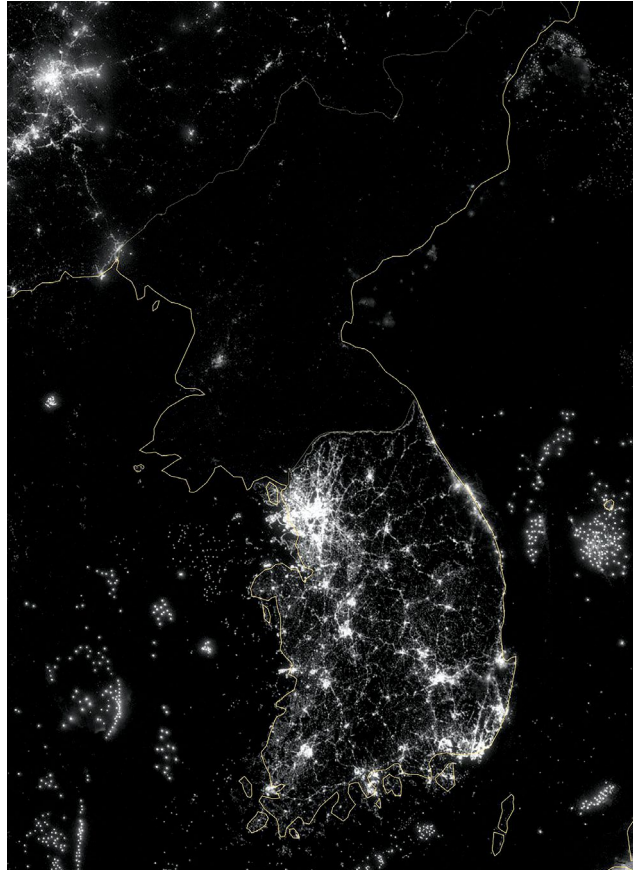


Imagem de satélite da Coreia do Norte comparada à Coreia do Sul à noite. Segundo consta, o atraso tecnológico obriga os *hackers* do Exército norte-coreano a buscar locais fora da Coreia do Norte, como o Hotel Chilbosan, na China, onde o acesso à tecnologia e a linhas de comunicação está prontamente disponível para a condução de ataques cibernéticos. (Imagem cedida pela NASA)

de combate, no caso de uma guerra em larga escala, continue a ser um importante componente estratégico da RPDC.

A guerra cibernética é peculiar pelo fato de que, uma vez que uma nova metodologia ou técnica tenham sido utilizadas, a vítima pode criar contramedidas relativamente rápido para prevenir futuros ataques. Por essa razão, talvez, a RPDC não conduziu ataques cibernéticos táticos ou operacionais de larga escala contra a RC ou os EUA — e muito provavelmente não conduzirá, a não ser em caso de guerra. Em vez disso, a RPDC conduziria apenas o reconhecimento em pequena escala e testes de metodologias contra as redes inimigas. Essa abordagem minimizaria o risco de que os inimigos

criassem contramedidas que fossem comprometer quaisquer vantagens que a RPDC quisesse conservar para uma guerra em larga escala.

Embora as forças norte-americanas e aliadas saibam relativamente pouco sobre as capacidades cibernéticas da RPDC, a China e a Rússia podem ser estudadas como modelos. A China, na qualidade de mais próximo (e talvez único) aliado da Coreia do Norte fornece não apenas redes conectadas ao exterior às unidades cibernéticas norte-coreanas, como também bases de operações, como o Hotel Chilbosan, e treinamento. As ações cibernéticas chinesas de que se tem conhecimento têm se concentrado, principalmente, na espionagem tecnológica, algo em que a RPDC deve ter pouco interesse, por não contar com a infraestrutura para construir ou manter armas tecnologicamente avançadas como a China. Em contrapartida, as atividades cibernéticas da Rússia durante sua invasão da Geórgia, em 2008, e sua ação militar na Ucrânia, em 2014, indicam quais serão as prováveis ações cibernéticas táticas da RPDC no caso de uma guerra na península coreana.

O Apoio Cibernético Tático ao Combate Norte-Coreano

Enquanto uma guerra terrestre, aérea e marítima na península coreana teria início — ou se intensificaria — a partir de uma data específica, a guerra cibernética começaria muito antes que qualquer tiro fosse disparado²⁷. Embora se possa afirmar que a guerra cibernética com a RPDC já esteja em curso, ela teria de aumentar a frequência e a intensidade das ações de reconhecimento e ataques cibernéticos antes de uma guerra geral, para conseguir apoiar unidades de combate convencionais. No período anterior e estágios iniciais da guerra, as unidades cibernéticas assimétricas norte-coreanas visariam as comunicações civis por meio da simples negação de serviço.

Em 2008, a Rússia precedeu sua ofensiva contra a Geórgia com ataques distribuídos de negação de serviço (*distributed denial of service* — *DDOS*) durante semanas, antes que suas tropas cruzassem a fronteira, para testar suas capacidades e conduzir reconhecimento das redes georgianas, planejando atacá-las de novo posteriormente. A Rússia atacou as comunicações da Geórgia, prejudicando a capacidade do governo para se comunicar e coordenar ações contra as forças russas²⁸. Os ataques cibernéticos russos conjugaram simplicidade

com sofisticação na execução; permitiram que a Rússia derrubasse, de uma forma econômica, o comando e as comunicações da Geórgia. O que teria levado dias, se não semanas, de bombardeamento e coordenação entre Inteligência e poder aéreo levou minutos, a partir da segurança dos computadores russos, mas produziu o mesmo resultado. Seria razoável para as forças norte-americanas e aliadas presumir que, como uma nação tecnologicamente inferior, provida de uma força aérea e marinha obsoletas, a RPDC fosse conduzir ataques semelhantes.

Além disso, a RPDC parece ter demonstrado essa capacidade. Entre 2014 e 2016, a RPDC, ao que consta, efetuou o *hacking* de “mais de 140 mil computadores” pertencentes ao governo e a empresas na RC, tentando, ainda, atacar a rede de controle de seu sistema de transporte²⁹. Os ataques, provavelmente executados pelo Bureau 121, capacitaram a RPDC a acessar e monitorar as comunicações do governo e empresas da RC.

Se isso tivesse ocorrido durante uma invasão, a RPDC talvez houvesse desligado todos os 140 mil computadores, cessando as comunicações dessas organizações. Talvez fosse capaz de paralisar ou gerar o caos na rede de transporte da RC.

Se ampliados em alcance e agressividade, esses ataques poderiam interromper as capacidades de comunicação e compartilhamento de informações da RC com suas Forças Armadas. Paralelamente à destruição de sistemas físicos de comunicação da RC pelas F Op Esp, a RPDC poderia incapacitar as comunicações da RC e dos EUA, deixando as tropas no campo de batalha às cegas. O corte de comunicações nos estágios iniciais da guerra enfraqueceria a capacidade da RC e dos EUA para coordenar meios de artilharia e aéreos, concedendo às forças da RPDC tempo e espaço para sobrepujar as tropas sul-coreanas e norte-americanas na zona desmilitarizada.

Embora ataques contra as comunicações e redes essenciais sul-coreanas fossem dificultar os esforços da RC e dos EUA, meios alternativos de comunicação talvez ainda permitissem que as duas nações respondessem à agressão da RPDC. Contudo, vitais meios de comunicação secundários poderiam ser neutralizados mediante um ataque à rede elétrica sul-coreana, potencialmente anulando as vantagens da RC e dos EUA sobre as forças da RPDC ao retardar uma oportuna resposta coordenada à agressão. Há alguns anos, tal ataque



teria sido considerado impossível para uma nação tão atrasada tecnologicamente como a RPDC. Atualmente, é quase certo que ela execute um ataque como esse no caso de guerra.

Por exemplo, em dezembro de 2015, *hackers* russos provocaram uma interrupção de energia na Ucrânia por meio de um ataque cibernético. Instalaram *malware* na rede de usinas elétricas da Ucrânia e controlaram os disjuntores remotamente para cortar a eletricidade de mais de 225 mil pessoas³⁰. Em seguida, a Rússia inundou a central de atendimento da companhia elétrica ucraniana com chamadas falsas para impedir que a empresa recebesse ligações de seus verdadeiros clientes³¹. Considerando o grau de sofisticação que as unidades cibernéticas da RPDC parecem ter alcançado e o relacionamento que ela mantém com a Rússia, é provável que tenha recebido apoio russo para potencialmente conduzir ataques semelhantes contra as usinas elétricas da RC.

Em essência, os ataques cibernéticos seriam uma abordagem assimétrica para compensar o fato de que a força aérea da RPDC é praticamente inexistente. Eles

Alunos operam computadores na Escola Revolucionária de Mangyongdae, em Pyongyang, Coreia do Norte, 13 Abr 13. A escola é administrada pelas Forças Armadas, e seus gestores afirmam que ela foi originalmente estabelecida em 1947 para crianças que haviam perdido os pais durante a luta da Coreia por sua libertação da ocupação japonesa. (Foto da Associated Press)

poderiam infligir danos táticos e operacionais à RC para reforçar os bombardeios de “choque e pavor” que provavelmente precederiam uma intervenção militar. Ao destruir infraestruturas críticas de comunicações, transporte e apoio, a RPDC provocaria confusão e desordem, que ajudariam suas tropas de infantaria convencionais a sobrepujar as forças da RC e dos EUA.

Não obstante, ainda que esses métodos pudessem ser eficazes, é improvável que o Bureau 121 fosse capaz de deixar a rede da RC completamente fora de operação, embora uma pequena interrupção pudesse prejudicar gravemente as ações da RC e dos EUA no campo de batalha. Para neutralizar, totalmente, a superioridade tecnológica da RC e dos EUA, a RPDC precisaria empregar ataques cibernéticos mais sofisticados contra sistemas de GPS, radar e apoio logístico e sistemas de

visada de armas. O modo exato pelo qual a RPDC conduziria esses ataques foge ao âmbito desta discussão. Entretanto, essa ameaça deve ser levada a sério, como adverte o Defense Science Board (Conselho Científico de Defesa): “[C]aso os EUA se vejam em um conflito em larga escala contra um adversário com poder de combate equivalente [...] as armas, mísseis e bombas norte-americanos podem não funcionar ou podem ser dirigidos contra nossas próprias tropas. O ressuprimento, incluindo alimentos, água, munição e combustível, pode não chegar quando ou onde necessário”³².

O *hacking* ou retirada de radares e GPS de operação mesmo que apenas por alguns dias até que as forças da RC e dos EUA pudessem se reorganizar, poderia manter em terra o poder aéreo, conferindo liberdade de manobra às tropas da RPDC no campo de batalha. Além disso, a interferência com o GPS não só impediria o uso de sistemas de armas guiadas com esse recurso, mas, o que é mais perigoso, também poderia fazer com que as armas disparassem com as coordenadas incorretas. O *hacking* de satélites norte-americanos, que a China, ao que consta, já demonstrou ser capaz de realizar, poderia cegar a Inteligência da RC e dos EUA aos movimentos da RPDC no terreno³³.

Se a RPDC invadisse as redes logísticas automatizadas que apoiassem as forças da RC e dos EUA na península, essas forças teriam dificuldade em manter capacidades de combate. O rastreamento, requisição e entrega de aprovisionamentos essenciais de guerra poderiam ser abalados por um simples ataque distribuído de negação de serviço que paralisasse sistemas ou corrompesse dados, fazendo com que suprimentos logísticos fossem enviados incorretamente. Os militares da RC e dos EUA poderiam ver-se rapidamente sem os recursos necessários para combater.

Portanto, a RPDC poderia empregar ataques cibernéticos para garantir que sua superioridade numérica e enorme volume de poder de fogo pudessem triunfar apesar da inferioridade de seus materiais bélicos. Quando aliado à guerra eletrônica e à atuação das F Op Esp atrás das linhas de combate, isso faria — de modo coerente com os ideais descritos em *Unrestricted Warfare* — com que as forças da RC e dos EUA perdessem a impulsão e mantivessem uma postura defensiva e reativa.

O documento *Unrestricted Warfare* descreve a regra da “proporção áurea” e a regra “colateral-principal”. A

ideia é de que a proporção áurea — 0,618 ou aproximadamente dois terços —, normalmente aplicada à arte, arquitetura e matemática, pode ser aplicada à guerra. Os autores indicam que, depois de ter sido reduzido pela Força Aérea dos EUA para 0,618 de seu efetivo original, o Exército iraquiano entrou em colapso e a guerra teve fim³⁴. A regra colateral-principal é, em essência, a ideia de que a guerra pode ser vencida por meio de ações de não guerra. Quando essas duas teorias são consideradas em conjunto, fica evidente que, embora possam não se considerar capazes de derrotar os EUA pelo combate convencional, os chineses provavelmente creem poder derrotá-los se ações de não guerra fossem utilizadas para reduzir o efetivo das Forças Armadas norte-americanas para cerca de dois terços de seu poder de combate.

Para a China, há muitas opções para concretizar essa possibilidade, pois ela vem aumentando os recursos de que pode valer-se para conduzir ações de não guerra por períodos prolongados, sejam elas cibernéticas, financeiras ou políticas. Para a RPDC, com seu objetivo de *kukka mokp'yo* e seus recursos extremamente limitados, há menos opções. A RPDC provavelmente aplicaria a regra da proporção áurea e a regra colateral-principal reduzindo as forças da RC e dos EUA em um terço por meio de ataques cibernéticos, aliados a vários outros meios assimétricos. Caso os sistemas dos EUA e da RC fossem tirados de operação ou corrompidos, as capacidades de combate dos dois países ficariam reduzidas ou prejudicadas a ponto de, teoricamente, possibilitar que o Exército da RPDC iniciasse uma invasão terrestre maciça. Portanto, o ataque cibernético é um meio pelo qual a RPDC provavelmente atingiria os sistemas de apoio ao combate inimigos, o que proporcionaria às suas Forças Armadas numericamente superiores o espaço, o tempo e a liberdade de manobra para sustentar o combate na península.

Um ataque cibernético poderia incluir um pulso eletromagnético por detonação nuclear que desativaria dispositivos eletrônicos em um raio de 450 milhas (cerca de 725 km)³⁵. A RPDC poderia, teoricamente, realizar isso por meio da detonação de um dispositivo nuclear na atmosfera a uma altitude de 30 milhas (cerca de 48 km). Esse ataque poderia neutralizar as vantagens tecnológicas de forças amigas na península, inutilizando equipamentos dotados de um componente eletrônico. Entretanto, considerando a ameaça

de retaliação nuclear e a maior probabilidade de apoio norte-americano a uma guerra prolongada, que muito provavelmente resultaria na derrota da RPDC, essa opção tende a permanecer como último recurso antes de um ataque nuclear tático.

Soluções para Neutralizar as Capacidades Cibernéticas Norte-Coreanas

A liderança norte-coreana acredita, provavelmente, que a RPDC poderia reverter o equilíbrio de poder tático para o que existia nos anos 50, empregando suas capacidades cibernéticas para ganhar uma vantagem. Em junho de 1950, as forças terrestres táticas dos EUA foram derrotadas de forma constrangedora por um inimigo em condições de superioridade numérica, mas menos adestrado, menos equipado e considerado menos preparado para a guerra. Ao continuarem a retirar suas unidades de combate permanentes da RC e reassumirem um papel de apoio, deixando suas forças na península despreparadas para organizar uma defesa em grande escala, os EUA deverão tomar medidas para evitar enfrentar uma situação semelhante à de 1950.

As capacidades cibernéticas da RPDC têm suas vulnerabilidades. Em 2014, em represália pelo *hacking* da Sony, os EUA conduziram um ataque distribuído de negação de serviço contra a RPDC que tirou a *kwangmyong* do ar³⁶. Entretanto, esse ataque não visou as unidades cibernéticas, baseadas, predominantemente, na China; em vez disso, interrompeu o funcionamento da intranet. Esse fato destaca uma importante vulnerabilidade da RPDC no caso de uma guerra em larga escala. A operabilidade cibernética da RPDC estaria,

provavelmente, à mercê do governo chinês. Se o governo chinês chegasse à conclusão de que continuar a apoiar a RPDC fosse algo politicamente insustentável, a capacidade cibernética norte-coreana poderia tornar-se insignificante.

Para mitigar o risco de ameaças cibernéticas da RPDC, os meios do Exército dos EUA devem estabelecer parcerias ativas com as forças da RC e reavaliar o modo pelo qual enxergam operações cibernéticas. Como medida preventiva, seus meios cibernéticos devem monitorar as redes norte-americanas dentro da RC e as redes de unidades prestes a serem enviadas para aquele país, devido à maior probabilidade de que sejam visadas pelos meios da RPDC. Em vez de neutralizarem, ativamente, as ameaças cibernéticas identificadas da RPDC, os comandantes precisam avaliar as vantagens obtidas em termos de Inteligência ao concederem uma limitada liberdade de ação aos adversários, a fim de estudarem suas táticas, técnicas e procedimentos no domínio cibernético.

Os comandantes deveriam começar a estudar as operações cibernéticas como um multiplicador de força de uma perspectiva ofensiva e defensiva, e não como uma disciplina fora do domínio tático ou operacional. Além disso, as tropas do Exército estacionadas na RC devem criar planos de contingência junto às forças sul-coreanas antevendo ataques cibernéticos da RPDC semelhantes aos descritos neste artigo, e devem se adestrar em ambientes caracterizados pelo emprego da guerra cibernética. Dessa forma, as forças dos EUA e da Coreia do Sul poderão mitigar a significativa ameaça representada pelas forças cibernéticas da Coreia do Norte. ■

Referências

1. Jason Andress e Steve Winterfield, *Cyber Warfare: Techniques, Tactics and Tools for Security Practitioners*, 2nd ed. (Waltham, MA: Syngress, 2013), p. 73. Andress e Winterfield citam Jung Kwon Ho, "Mecca for North Korean Hackers", Daily NK online, 13 Jul. 2009.
2. Clyde Stanhope, "How Bad is the North Korean Cyber Threat", Hackread website, 20 Jul. 2016, acesso em 2 mai. 2017, <https://www.hackread.com/how-bad-is-the-north-korean-cyber-threat/>; Office of the Secretary of Defense (OSD), "Military and Security Developments Involving the Democratic People's Republic of Korea: 2015", A Report to Congress Pursuant to the National Defense Authorization Act for Fiscal Year 2012, acesso em 4 mai. 2017,

https://www.defense.gov/Portals/1/Documents/pubs/Military_and_Security_Developments_Involving_the_Democratic_Peoples_Republic_of_Korea_2015.PDF.

3. James M. Minnich, *The North Korean People's Army: Origins and Current Tactics* (Annapolis, MD: Naval Institute Press, 2005), p. 68.
4. Ibid.
5. OSD, "Military and Security Developments Involving the Democratic People's Republic of Korea: 2012", A Report to Congress Pursuant to the National Defense Authorization Act for Fiscal Year 2012, 15 Feb. 2013, acesso em 6 mai. 2017, <http://archive.defense.gov>.

[gov/pubs/Report_to_Congress_on_Military_and_Security_Developments_Involving_the DPRK.pdf](#).

6. Daniel Wagner e Michael Doyle, "Scenarios for Conflict Between the Koreas", *Huffington Post*, 25 Feb. 2012, acesso em 2 mai. 2017, http://www.huffingtonpost.com/daniel-wagner/scenarios-for-conflict-be_b_1169871.html.
7. Minnich, *The North Korean People's Army*, p. 53–54.
8. *Ibid.*, p. 73.
9. *Ibid.*, p. 73–74.
10. *Ibid.*; Blaine Harden, "North Korea Massively Increases Its Special Forces", *Washington Post* website, 9 Oct. 2009, acesso em 3 mai. 2017, <http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/content/article/2009/10/08/AR2009100804018.html>; OSD, "Military and Security Developments Involving the Democratic People's Republic of Korea: 2015".
11. Joseph Bermudez, *North Korea's Development of a Nuclear Weapons Strategy* (Washington, DC: US-Korea Institute at SAIS [Johns Hopkins School of Advanced International Studies], August 2015), acesso em 4 mai. 2017, http://uskoreainstitute.org/wp-content/uploads/2016/02/NKNF_Nuclear-Weapons-Strategy_Bermudez.pdf.
12. *Ibid.*
13. *Ibid.*
14. James M. Broder e Douglas Jehl, "Iraqi Army: World's 5th Largest but Full of Vital Weaknesses", *Los Angeles Times* online, 13 Aug. 1990, acesso em 8 mai. 2017, http://articles.latimes.com/1990-08-13/news/mn-465_1_iraqi-army.
15. Richard A. Clarke e Robert Knake, *Cyber War: The Next Threat to National Security and What to Do about It* (New York: HarperCollins, 2010), p. 28–29; Qiao Liang e Wang Xiangsui, *Unrestricted Warfare: China's Master Plan to Destroy America*, resumo traduzido (Panama City, Panama: Pan American Publishing, 2002). [Há uma versão em português intitulada "A guerra além dos limites: conjecturas sobre a guerra e a tática na era da globalização", tradutor desconhecido, disponível em <https://www.egm.mar.mil.br/arquivos/cepe/GUERRAALEMLIMITES.pdf> — N. do T.]
16. Clarke e Knake, *Cyber War*, p. 30–32.
17. Harden, "North Korea Massively Increases Its Special Forces"; Stanhope, "How Bad is the North Korean Cyber Threat".
18. Andrew Scobell e John M. Sanford, *North Korea's Military Threat: Pyongyang's Conventional Forces, Weapons of Mass Destruction, and Ballistic Missiles* (Carlisle, PA: Strategic Studies Institute, 2007), p. 14–16; Hewlett-Packard [HP] Enterprise SR [Security Research]-FI_Team, "Profiling an Enigma: The Mystery of North Korea's Cyber Threat Landscape", HP Security Briefing, Episode 16, August 2014, HP Enterprise Community website, acesso em 6 mai. 2017, http://community.hpe.com/hpeb/attachments/hpeb/off-by-on-software-security-blog/388/2/HPSR%20SecurityBriefing_Episode16_NorthKorea.pdf.
19. SR_FI Team, "Profiling an Enigma: The Mystery of North Korea's Cyber Threat Landscape".
20. Pierluigi Paganini, "Concerns Mount over North Korean Cyber Warfare Capabilities", *Infosec Island* website, 11 Jun. 2012, acesso em 14 fev. 2017, <http://www.infosecisland.com/blogview/21577-Concerns-Mount-over-North-Korean-Cyber-Warfare-Capabilities.html>.
21. "North Korea Launched Cyber Attacks, Says South", *The Guardian* website, 11 Jul. 2009, acesso em 4 mai. 2017, <https://www.theguardian.com/world/2009/jul/11/south-korea-blames-north-korea-cyber-attacks>.

22. Ju-min Park e James Pearson, "In North Korea, Hackers are a Handpicked, Pampered Elite", *Reuters* website, 5 Dec. 2014, acesso em 6 mai. 2017, <http://www.reuters.com/article/us-sony-cybersecurity-northkorea-idUSKCN0J108B20141205>; Darren Pauli, "NORKS Hacker Corps Reaches 5,900 Sworn Cyber Soldiers—Report", *The Register* website, 7 Jul. 2014, acesso em 6 mai. 2017, http://www.theregister.co.uk/2014/07/07/north_korea_employs_6000_leet_hackers_source_claims/.
23. Ashley Moreno, "Social Media in North Korea: The AP Bureau Chief from Pyongyang on Cell Service, Instagram, Etc.", *Austin Chronicle* website, 11 March 2013, acesso em 4 mai. 2017, <http://www.austinchronicle.com/daily/sxsw/2013-03-11/social-media-in-north-korea/>.
24. Olga Khazan, "North Koreans Shouldn't Count on Using the New Google Maps", *Washington Post* website, 29 Jan. 2013, acesso em 3 mai. 2017, <https://www.washingtonpost.com/news/worldviews/wp/2013/01/29/north-koreans-shouldnt-count-on-using-the-new-google-maps/>.
25. OSD, "Military and Security Developments Involving the Democratic People's Republic of Korea: 2015".
26. Duk-Ki Kim, "The Republic of Korea's Counter-Asymmetric Strategy", *Naval War College Review* 65, no. 1 (Winter 2012): p. 68, acesso em 8 mai. 2017, <https://www.usnwc.edu/getattachment/8e-487165-a3ef-4ebc-83ce-0ddd7898e16a/The-Republic-of-Korea-s-Counter-asymmetric-Strateg.aspx>.
27. Uma outra perspectiva sobre a guerra cibernética norte-coreana consta de Kim, "The Republic of Korea's Counter-Asymmetric Strategy", p. 58.
28. John Markoff, "Before the Gunfire, Cyberattacks", *New York Times* website, 12 Aug. 2008, acesso em 3 mai. 2017, http://www.nytimes.com/2008/08/13/technology/13cyber.html?_r=0.
29. Jack Kim, "North Korea Mounts Long-Running Hack of South Korea Computers, Says Seoul", *Reuters* website, 13 Jun. 2016, acesso em 14 fev. 2017, <http://www.reuters.com/article/us-northkorea-southkorea-cyber-idUSKCN0Y20BE>.
30. Dustin Volz, "U.S. Government Concludes Cyber Attack Caused Ukraine Power Outage", *Reuters* website, 25 Feb. 2016, acesso em 14 fev. 2017, <http://www.reuters.com/article/us-ukraine-cybersecurity-idUSKCN0VY30K>.
31. *Ibid.*
32. Defense Science Board, *Task Force Report: Resilient Military Systems and the Advanced Cyber Threat* (Washington, DC: Office of the Undersecretary of Defense for Acquisition, Technology and Logistics, January 2013), p. 5, acesso em 3 mai. 2017, <http://www.dtic.mil/docs/citations/ADA569975>.
33. Mary Pat Flaherty, Jason Samenow e Lisa Rein, "Chinese Hack U.S. Weather Systems, Satellite Network", *Washington Post* website, 12 Nov. 2014, acesso em 3 mai. 2017, https://www.washingtonpost.com/local/chinese-hack-us-weather-systems-satellite-network/2014/11/12/bef1206a-68e9-11e4-b053-65cea7903f2e_story.html.
34. Qiao Liang e Wang Xiangsui, *Unrestricted Warfare: China's Master Plan to Destroy America*, p. 153–69.
35. Andress e Winterfield, *Cyber Warfare*, p. 147.
36. Cecilia Kang, "North Korean Web Goes Dark Days after Obama Pledges Response to Sony Hack", *Washington Post* website, 22 Dec. 2014, acesso em 3 mai. 2017, https://www.washingtonpost.com/business/economy/north-korean-web-goes-dark-days-after-obama-pledges-response-to-sony-hack/2014/12/22/b76fa0a0-8a1d-11e4-9e8d-0c687bc18da4_story.html.

Colocando Limites no “Comandante- Helicóptero” Como Superar a Aversão ao Risco e Estimular a Iniciativa Disciplinada no Exército dos EUA



Maj Lynn Marie Breckenridge, do Exército dos EUA

O Comando de Missão é um conceito que aponta para a liderança descentralizada e enfatiza o exercício de iniciativa local para cumprir tarefas dentro do enquadramento da orientação e da intenção do comandante. O Comando de Missão é baseado em vários princípios, incluído o “exercício da iniciativa disciplinada” e a “aceitação de risco calculado”¹. O primeiro é exigido do comandante subordinado, enquanto o último é requerido do comandante superior. Uma relação delicada existe entre as duas variáveis, que raramente é discutida em detalhes. Sem a vontade do comandante superior de aceitar risco calculado, o subordinado nunca se sentirá autorizado a exercer a iniciativa disciplinada. Por outro lado, se o comandante subordinado não exibe a competência para exercer a iniciativa disciplinada, o superior irá avaliar o nível de risco como demasiadamente elevado para permitir liberdade de ação ao subordinado.

Em alguns casos, a baixa avaliação por parte do comandante sobre o nível de proficiência do comandante

subordinado pode estar correta e um certo grau de supervisão e de amadurecimento profissional necessita ocorrer antes de que a filosofia do Comando de Missão possa ser bem-sucedida. No entanto, há vários fatores que podem levar o comandante a abandonar a filosofia do Comando de Missão e escolher o microgerenciamento como um estilo de liderança. Esses fatores inter-relacionados incluem um ambiente de trabalho de “zero defeitos”, aversão ao risco, desenvolvimento deficiente de líderes e falta de confiança mútua em uma equipe.

A doutrina de liderança do Exército descreve seis princípios para o Comando de Missão bem-sucedido: formar equipes coesas por meio da confiança mútua, criar entendimento compartilhado, prover uma intenção do comandante clara, exercer a iniciativa disciplinada, usar ordens de missão e aceitar o risco calculado². Um artigo recente da *Military Review* escrito por Robert Scaife e Packard Mills sugere outros fatores que precisam estar presentes para o Comando de Missão ser bem-sucedido: confiança, iniciativa,

diálogo e liberdade de ação dentro da intenção [do comandante]³. Além disso, voltando às origens alemãs do Comando de Missão no *Auftragstaktik* (tática da missão pela finalidade), é notório que certos fatores sempre têm sido reconhecidos como essenciais para o seu êxito: obediência, proficiência, independência de ação e autoestima⁴. Contudo, apesar de todas essas “receitas para o sucesso,” comandantes continuam a ter dificuldade com a liderança descentralizada. Uma área particular de problemas para eles é a capacidade de permitir que subordinados ajam e fracassem, antes de encontrar seu próprio caminho.

A maioria dos comandantes do Exército concorda que, na teoria, deve-se permitir que os subordinados aprendam com seus fracassos para que possam se tornar líderes ágeis e adaptáveis que consigam cumprir missões complexas em ambientes desconhecidos e incertos⁵. Pôr a teoria em prática é uma coisa completamente diferente. De fato, comandantes não estão sozinhos em sua hesitação em deixar que os seus subordinados fracassem. Uma grande quantidade de artigos publicados sugere que a cultura americana tem se voltado para a aversão ao risco. Isso foi demonstrado particularmente pelo que tem sido denominado “pais-helicópteros.” Como o microgerenciamento de comandantes, os pais-helicópteros não acreditam na capacidade de seus filhos de resolver problemas por conta própria e permitem que a aversão ao risco controle o seu estilo parental. O nome vem da sua tendência de pairar acima dos filhos, pronto para pousar no primeiro sinal de problemas. A premissa

deste artigo é que o Exército dos EUA está passando por uma época de “comandantes-helicópteros,” ocasionada pela tecnologia de comunicações aperfeiçoada e pela percepção aumentada de riscos. Eles se comportam de maneira semelhante aos pais-helicópteros, pairando acima dos subordinados, prontos para oferecer maior orientação, a cada momento.

O termo “comandante-helicóptero” talvez pareça jocoso, mas o problema é preocupante. Com o tempo, o resultado do comando-helicóptero são

líderes menos competentes, com menores probabilidades de tomar iniciativa e incapazes de exercer uma liderança ágil e adaptável. O comando-helicóptero é praticado, frequentemente, com boas intenções, mas prejudica o Exército dos EUA e a Nação, aos quais servimos.

A presente conceitualização do microgerenciamento como “comando-helicóptero” serve como uma forma de examinar os fatores que impactam a execução do Comando de Missão, ressaltar as semelhanças com a pesquisa psicológica no campo de pais-helicópteros e sugerir como comandantes podem aplicar esse conhecimento para desenvolver líderes mais ágeis e adaptáveis.

A Necessidade do Comando de Missão

Em julho de 2015, o Subcomandante do Exército Gen Ex Allyn compareceu à conferência da Association of the United States Army (AUSA) e apresentou a atual situação operacional do Exército dos EUA: mais de 140.000 militares da Força Total [do Serviço Ativo, da Reserva e da Guarda Nacional — N. do T.] preposicionados ou servindo em



mais de 150 localizações por todo o mundo. Muitos desses dedicados militares operam em pequenas unidades comandadas por profissionais confiáveis, em estruturas de comando descentralizadas. Com nossas forças tão dispersas, ele observou, o Comando de Missão é mais importante do que nunca. Allyn prosseguiu reconhecendo que as operações atuais “exigem muito da qualidade, amplitude e profundidade de nossos esforços de desenvolvimento de líderes, em todos os escalões”⁶. Os comandantes terão que estar continuamente se aprimorando e se diversificando para satisfazer esses desafios à defesa da Nação e terão de fazer isso com menos efetivo e recursos limitados, devido à redução das forças.

O Paralelo entre o Exército de Zero Defeitos e o Estilo Parental do Século XXI

Deve notar-se que embora os desafios representados pelo complexo e emergente ambiente operacional façam com que o Comando de Missão seja mais importante do que nunca, uma mentalidade ressurgente de zero defeitos representa uma ameaça à capacidade do Exército para adotar o Comando de Missão⁷. Estamos vivenciando a segunda era do “Exército de zero defeitos”. A primeira ocorreu no final da Guerra Fria, em 1989, até o começo das operações de combate, em 2001. Vários artigos foram publicados sobre os efeitos perniciosos que ele tinha na capacidade dos oficiais de exercer o comando descentralizado. Tipicamente, quando ocorreu uma redução de forças, comandantes se engajaram em certos processos mentais e ações, tanto manifestados quanto insinuados, em uma tentativa de garantir que absolutamente nenhum defeito, erro ou falha ocorresse sob a sua liderança. Como resultado, as decisões foram centralizados em um nível mais elevado do que necessário e comandantes minimizaram ou eclipsaram o controle dos subordinados⁸.

Em 1997, em um esforço para mudar a mentalidade cultural de “zero defeitos”, o Exército começou a ocultar todas as avaliações de oficiais subalternos nos arquivos oficiais do pessoal militar, depois que eram promovidos ao posto de capitão ou ao *chief warrant officer three* (oficial especialista de 3º grau). O ato de encobrir as avaliações transmitiu a mensagem que é esperado que oficiais subalternos corram riscos e que os comandantes superiores sejam mais complacentes em relação



O Cadete Douglas MacArthur e a sua mãe, Mary Pinkney Hardy MacArthur, posam para uma foto em West Point, em 1899, o ano em que entrou na academia militar. Para garantir que seu filho se dedicasse aos estudos, ela residiu por dois anos no West Point Hotel, para que ela pudesse monitorar pessoalmente as atividades dele. (Foto cortesia da Biblioteca do Congresso dos EUA)

a fracassos desses subalternos, durante esses anos de aprendizagem⁹.

No entanto, em 2015, o Exército começou a reincorporar essas avaliações — evidência de um retorno ao Exército de zero defeitos¹⁰. Com uma redução de efetivo de mais de 189.000 pessoas, comandantes estão passando pelo mesmo escrutínio que estava presente durante a redução de efetivos anteriores¹¹. Eles percebem que qualquer “mancha” (em termos de um fracasso visível por eles ou pelo subordinado) talvez seja o suficiente para destruir suas carreiras. Depois de mais de uma década de guerra, a maioria dos comandantes bem-sucedidos está confortável, operando com autoridade, flexibilidade e recursos, sem paralelo. Contudo, conforme fazemos a transição das operações de combate para a vida administrativa na sede da unidade, o Exército enfrenta uma supervisão adicional de autoridades externas, incluindo o Congresso e organizações de veteranos. Os comandantes estão sendo



(Gráfico por Arin Burgess, *Military Review*)

A Vista de 5.000 Pés de Altitude É Sempre Perfeita

progressivamente mais criticados em relação ao seu uso de recursos e é esperado deles que estejam mais atentos à saúde e ao bem-estar físico e mental dos soldados¹². A confluência desses fatores faz que comandantes reconsiderem se devem permitir flexibilidade aos seus oficiais subalternos ou se devem microgerenciar e restringi-los para evitar fracassos.

Enquanto o Exército de zero defeitos instila nos oficiais o medo de não “passar no corte” para a promoção,

o estilo parental helicóptero é conduzido pelo *medo de não fazer o suficiente*. Os pais-helicópteros têm medo que algo catastrófico vá ocorrer se não tomarem todas as possíveis precauções para manter seus filhos seguros e garantir o seu êxito. Semelhante aos comandantes que microgerenciam, eles não têm a confiança que seus filhos tenham a capacidade de tomar conta de si mesmos e de encontrar o seu próprio caminho para o sucesso.

Influenciados por programas da mídia planejados para criar conscientização sobre crianças perdidas e criminosos à solta, e os sentimentos que crianças americanas estavam ficando para trás, academicamente, os “baby boomers” [nascidos entre 1945 e 1964 — N. do T.] foram a primeira geração reconhecida pelo seu estilo parental helicóptero, mas, sem dúvida alguma, não eram os primeiros pais que pairavam sobre os filhos. Em 1899, a mãe do Gen Ex Douglas MacArthur mudou-se para [a Academia Militar de] West Point com ele. Ela morava em um hotel vizinho, com vista para a escola, e o observava por um telescópio para assegurar que estudasse¹³. Como comandantes dos tempos atuais, os pais sofrem pressão para serem altamente envolvidos, demasiadamente diretivos, conscientes e responsáveis por cada ação tomada pelos filhos.

Os comandantes temem investigações sob o Regulamento do Exército 15-6 por deixar um segundo-tenente agir independentemente; pais rejeiam inquéritos da Child Protective Services (Agência de Proteção à Criança) se permitirem que o seu filho de nove anos de idade vá sozinho ao playground¹⁴. É uma tendência que implora por intervenção.

Considerando que MacArthur acabou sendo o primeiro da sua turma em West Point, pode-se

argumentar que altos níveis de envolvimento parental podem ser benéficos¹⁵. Na terminologia comum do Exército, o estilo parental helicóptero *consegue resultados*. Contudo, esses são apenas ganhos a curto prazo. Ao privar crianças ou subordinados da oportunidade de experimentar coisas novas e de fracassar, pais e comandantes desperdiçam a chance de desenvolver uma característica psicológica essencial, a autossuficiência. Albert Bandura descreveu a autossuficiência como a crença nas próprias capacidades de organizar e executar ações requeridas para controlar e realizar situações desejadas, uma característica necessária para qualquer comandante do Exército¹⁶.

Embora haja uma escassez de evidência documentada que prove os efeitos deletérios de comandantes do Exército que microgerenciam, há bastante evidência que isso é verdade entre pais-helicópteros. Pesquisas têm descoberto que estudantes com pais-helicópteros estavam menos prontos para receber novas ideias ou maneiras de se comportar, e estavam mais ansiosos, vulneráveis, inseguros e deprimidos¹⁷. Os estudantes criados no estilo parental helicóptero eram excelentes nos exames e nas tarefas concretas, mas se tornavam ansiosos em relação à tomada de decisão independente e aos projetos que não envolviam instruções específicas¹⁸. É fácil entender como resultados semelhantes podem ser desastrosos nas Forças Armadas.

O Comando de Missão: seu Histórico ao seu Contexto Atual

As raízes da filosofia atual do Comando de Missão podem ser rastreadas, no mínimo, a partir de 1806. Oficiais prussianos começaram a repensar o seu método de comando após observar a capacidade de Napoleão de conseguir um elevado ritmo operacional por meio da comunicação rápida de ordens e intenção, da tolerância à iniciativa pelos oficiais subalternos e de um entendimento compartilhado da doutrina básica¹⁹. Desde o início, oficiais prussianos tinham dificuldade com o conceito de conceder aos comandantes subalternos mais liberdade para a tomada de decisões. Por meio de debates rigorosos e intensos e dos conselhos de Helmut von Moltke, o Velho, a “iniciativa limitada” foi desenvolvida. Central a essa filosofia era a crença que erros eram preferíveis à hesitação e que o papel do comandante era apenas orientar ações destemidas para a direção certa²⁰. Em particular, a iniciativa limitada

de Moltke e seu sucessor, o *Auftragstaktik*, presumiam um investimento significativo no desenvolvimento de oficiais subalternos para que pudesse existir a fé de que eles agiriam devidamente mesmo quando proporcionados apenas ordens básicas.

A iniciativa limitada exigia uma premissa que tem sido, recentemente, questionada na literatura psicológica popular. Todas as formas de comando descentralizado estão baseadas na premissa que oficiais jovens podem, e irão, tomar a iniciativa, quando forem dadas as ferramentas corretas. No entanto, estudos recentes sugerem que muitos adultos jovens da geração do “milênio” têm dificuldade em tomar a iniciativa, possivelmente como resultado do estilo parental helicóptero. Muitos empregadores já manifestaram preocupações de que os adultos nascidos entre, aproximadamente, 1980 e 2000 tenham mais dificuldade com independência e a tomada de iniciativa do que as gerações anteriores²¹. Considerando que aproximadamente 57% dos oficiais e 86% das praças do Serviço Ativo do Exército são milenares, essa afirmação é preocupante²².

Em virtude de unir-se às Forças Armadas, os militares invalidam muitos dos estereótipos milenares, que incluem a falta de rumo na escolha de carreira, transição prolongada para a fase adulta e maior necessidade de apoio emocional e tangível dos pais²³. Contudo, ironicamente, as reclamações dos comandantes sobre os oficiais subalternos são, frequentemente, semelhantes ao que são características dos milenares com excessiva supervisão parental: ambivalência; altas expectativas em termos de orientação, ajuda excessiva e explicação; uma falta de

A Major Lynn

Breckenridge é psicóloga clínica do Exército dos EUA e Diretora do Programa de Atendimento Ambulatório Intensivo no Centro de Saúde do Exército Madigan, na Base Conjunta de Lewis-McChord. É bacharel em Educação pela Shippensburg University of Pennsylvania, mestre em Psicologia Médica e Clínica pela Uniformed Services University of the Health Sciences, em Bethesda, Maryland, e doutorada em Psicologia Clínica pela Uniformed Services University of the Health Sciences. Antes de tornar-se psicóloga, serviu como analista de Inteligência e oficial de administração de serviços de saúde. Este artigo conquistou o primeiro lugar no Concurso de Redação sobre Liderança Militar Douglas MacArthur.



iniciativa; e dificuldades para resolução de problemas. A pesquisa tem mostrado que quando uma criança está acostumada a receber as respostas, quando nunca se esforça para enfrentar dificuldades, ela tende a crescer menos engajada, menos autônoma, menos confiante e menos independente²⁴.

Considere o milenar com excessiva supervisão parental recrutado nas Forças Armadas e colocado em uma posição de liderança: ele exhibe as qualidades listadas acima e, assim, não obtém a confiança do seu comandante. O comandante não confia nas habilidades de tomar decisões do oficial subalterno e, assim, não lhe dá poder para exercer a iniciativa disciplinada. Ao pairar acima do oficial subalterno e se recusar a permitir que fracassos ocorram, o comandante nega ao subordinado a oportunidade para crescer e ser um líder confiante, ágil e adaptável. Esse ciclo precisa ser interrompido.

O que Precisa Mudar

Para superar a tendência de comando-helicóptero, comandantes precisam aprender a ser menos aversos ao

Um sargento emite ordens enquanto seu pelotão consolida a posição e se reorganiza depois de um ataque durante um exercício no terreno, em Fort Hunter Liggett, na Califórnia, 12 Jun 15. O pelotão faz parte do 160º Regimento de Infantaria. O desenvolvimento profissional só pode ocorrer quando soldados e seus oficiais recebem liberdade e autoridade para tomar decisões durante eventos de treinamento como esse que podem resultar em erros honestos, sem o prejuízo de um ambiente de comando de "zero defeitos". (Exército dos EUA)

risco, enfatizar o desenvolvimento profissional de seus subordinados e fomentar um ambiente de confiança dentro de sua equipe.

Aversão ao risco. Em seu ensaio sobre a primeira era do Exército de zero defeitos, o Ten Cel Robert Kissel definiu a aversão ao risco como o resultado do comando centralizado, quando "o subordinado, percebendo um custo (castigo) por cometer um erro, evita correr riscos, não fazendo nada ou transferindo, deliberadamente, a maioria de suas decisões para o seu superior"²⁵. A Publicação Doutrinária do Exército, *O Adestramento de Unidades e o Desenvolvimento de Líderes* (ADP 7-0, *Training Units and Developing Leaders*), adverte comandantes para evitar isso, declarando que "a experiência vem de experimentar ambos,

o êxito e o fracasso. Um ambiente que permite que comandantes subordinados cometam erros honestos — em lugar de repetidos ou negligentes — sem prejuízo é essencial para o desenvolvimento de líderes e o crescimento pessoal²⁶.

Uma das competências de liderança do Exército é “liderar pelo exemplo”²⁷. Os comandantes superiores aversos ao risco produzem subalternos aversos ao risco. Estudos sobre estilos paternos confirmam isso. Ter pais avessos ao risco era um preditor significativo de crianças avessas ao risco, e crianças relataram que o seu maior medo ao cometer erros era a reação dos seus pais²⁸.

Ao presumir que isso é, também, frequentemente o caso dos oficiais, há uma conjectura importante que pode ser feita: ao reagir duramente a uma decisão arriscada ou a erros, um comandante ensina oficiais subalternos a tomar decisões com base na probabilidade da reação negativa do comandante, não na probabilidade de sucesso ou em uma avaliação do benefício para a organização. É provável que um subalterno com um comandante avesso ao risco evite agir simplesmente devido à possibilidade de que o comandante não gostará da ação.

Desenvolvimento profissional. Os comandantes que microgerenciam para obter resultados imediatos em vez de desenvolver profissionalmente seus subalternos fazem isso às custas do Exército e da nossa Nação. Cada comandante é responsável pelo desenvolvimento profissional de seus comandantes subordinados. O desenvolvimento de líderes é um investimento; exige tempo e recursos, mas pode render exponencialmente a longo prazo. Quando um comandante subordinado está treinado, proficiente e confiável, o comandante é capaz de delegar autoridade e responsabilidade, assim permitindo a execução mais eficiente de ordens de missão.

A ADP 7-0 declara que “crescimento ocorre quando são proporcionadas oportunidades para os subordinados superarem obstáculos e tomarem decisões difíceis. Eles melhoram a sua capacidade de se adaptar por meio da exposição a — e da intuição obtida de — situações múltiplas, complexas e inesperadas em condições desafiadoras, desconhecidas e desconfortáveis”²⁹. Isso é coerente com a literatura de pesquisa sobre estilos paternos. Contudo, há mais para ser aprendido com situações desafiadoras e inesperadas: a tomada de iniciativa. Os comandantes devem estar conscientes de que talvez falte à geração atual de oficiais as habilidades

de tomada de iniciativa e, assim, devem incorporar desafios que estimulem a iniciativa em todos os programas de desenvolvimento profissional.

Reed Larson, um especialista em psicologia adolescente, sugere que para um adolescente aprender a ter iniciativa, três elementos precisam estar presentes: motivação intrínseca, em associação com interação ambiental, ao longo do tempo³⁰. Larson acredita que para desenvolver a iniciativa, adolescentes precisam exercer “atenção construtiva em um campo de ação envolvendo os tipos de limitações, regras, desafio e complexidade que caracterizam a realidade externa”³¹. Ele explica que apesar do seu nome, a iniciativa é mais do que apenas a capacidade de iniciar uma ação. Envolve um arco temporal de esforço que, provavelmente, incluirá reveses, reavaliações e ajustes da estratégia. Estudantes precisam ser ensinados que a iniciativa é “o esforço cumulativo ao longo do tempo para realizar uma meta”, sem ser dissuadido por obstáculos³². Os comandantes precisam esforçar-se para incorporar esses princípios em um programa de desenvolvimento profissional, tanto teoricamente quanto na prática.

Falta de confiança dentro de uma equipe coesa.

Para que subordinados se sintam confortáveis exercendo a iniciativa disciplinada e aceitando riscos calculados, eles devem confiar que o comandante irá mostrar apoio e reagir de maneira previsível e racional. Para que comandantes aceitem risco e concedam a iniciativa, precisam confiar nos seus subordinados.

Charles Allen e William Braun sugerem que há quatro componentes da confiança: credibilidade na competência, benevolência dos motivos, integridade com o sentido de um bem maior e comum e previsibilidade do comportamento³³. Quando comandantes se engajam com subordinados em um desenvolvimento profissional de alta qualidade, eles criam, simultaneamente, uma equipe coesa baseada nesses componentes. Scaife e Mills sugerem que unidades precisam ter uma “base de confiança, confiança e diálogo, por meio de um forte programa de desenvolvimento profissional”³⁴.

O comando-helicóptero é uma forma de controle motivada pela falta de confiança e, conseqüentemente, não é necessário, uma vez que a confiança é estabelecida. Os comandantes precisam, conscientemente, tomar a decisão de confiar e estimular a confiança entre os seus subordinados. O Comando de Missão não pode existir sem ela³⁵.

Além disso, estudos relacionados a adolescentes indicam que há uma correlação positiva entre a concessão da autonomia, a comunicação entre os pais e o filho e a confiança do jovem nos pais, mas há uma correlação negativa entre o controle parental e a confiança do adolescente nos pais³⁶. Se isso fosse aplicado, também, às relações de comando, sugeriria que comandantes que permitem a liberdade de ação dos seus subordinados e se engajam em diálogo com eles, têm relacionamentos com mais confiança, e que comandantes que microgerenciam têm relacionamentos com baixos níveis de confiança. Embora a causalidade não possa ser provada, parece que o diálogo aberto, a confiança e a vontade de permitir iniciativa são, todos, fatores significativos e interrelacionados no estabelecimento de relações positivas.

Conclusão

Considerando a atual redução do efetivo da Força, comandantes estão mais inclinados a serem avessos ao risco e se engajarem no comando-helicóptero, como uma alternativa ao Comando de Missão. Os comandantes precisam esforçar-se para desenvolver a confiança em seus subordinados, para estimular a iniciativa disciplinada e a aceitação de riscos prudentes. Ao incorporar estudos sobre como superar o estilo parental helicóptero, comandantes podem melhorar seus programas de desenvolvimento profissional. O desenvolvimento de liderança deve ser desafiador, complexo e realista e deve conceder aos subordinados oportunidades para fracassar e superar obstáculos, sem intervenção. Fazer isso é essencial para o desenvolvimento de líderes ágeis, adaptáveis e competentes. ■

Referências

1. Army Doctrine Publication (ADP) 6-0, *Mission Command* (Washington, DC: U.S. Government Publishing Office [GPO], May 2012), p. 4–5.
2. *Ibid.*, p. 2–5.
3. Robert B. Scaife e Packard J. Mills, "A Paradigm of Dialogue and Trust: Army Mission Command Training," *Military Review* 95, no. 1 (January-February 2015): p. 31–41.
4. Bruce Condell e David T. Zabecki, eds., *On the German Art of War: Truppenführung: German Army Manual for Unit Command in World War II* (Mechanicsburg, PA: Stackpole Books, 2009), p. 27–38.
5. Demetrios A. Ghikas, "Taking Ownership of Mission Command," *Military Review* 93, no. 6 (November-December 2013): p. 23–30.
6. Daniel B. Allyn, "VCSA's Remarks" (presentation, Association of the United States Army's Institute of Land Warfare Hot Topic Army Networks, Washington, DC, 9 Jul. 2015), acesso em: 22 fev. 2017, http://www.army.mil/article/152036/July_09_2015_VCSA_s_remarks_at_AUSA_ILW.
7. Richard D. Heyward, *Embedding Mission Command in Army Culture* (Carlisle Barracks, PA: U.S. Army War College, 2013), p. 5.
8. Robert Kissel, *The Hidden Cost of Downsizing: A Zero Defects and Risk Avoidance Mentality* (Quantico, VA: U.S. Marine Corps War College, 1999), p. 12–13.
9. Claire E. Steele, "Zero-Defect Leaders: No Second Chance?" *Military Review* 84, no. 5 (September-October 2004): p. 66–70.
10. Jim Tice, "New Policy: Boards Will See Junior Officer Black Marks," *Army Times*, 2 Feb. 2015, acesso em: 31 mar. 2017, <https://www.armytimes.com/story/military/careers/army/2015/02/02/-army-evaluations-masked-rule-change/22739073/>.
11. Martin E. Dempsey, *Chairman's Strategic Direction to the Joint Force* (Washington, DC: U.S. Joint Chiefs of Staff, 6 February 2012), p. 3.
12. Heyward, *Embedding Mission Command*, p. 5–7.
13. Julie Lythcott-Haims, *How to Raise an Adult* (New York: Henry Holt and Company, 2015), p. 5.
14. Army Regulation 15-6, *Procedures for Administrative Investigations and Boards of Officers* (Washington, DC: U.S. GPO, 1 Apr. 2016).
15. Lythcott-Haims, *How to Raise an Adult*, p. 6.
16. Albert Bandura, "Self-Efficacy: Toward a Unifying Theory of Social Change," *Psychological Review* 84 (1977): p. 191–215.
17. Chris Segrin, Michelle Givertz e Neil Montgomery, "Erratum to: Overparenting is Associated with Child Problems and a Critical Family Environment," *Journal of Child and Family Studies* 24 (2015): p. 470–79.
18. Terri LeMoyné e Tom Buchanan, "Does 'Hovering' Matter? Helicopter Parenting and Its Effect on Wellbeing," *Sociological Spectrum* 31 (2011): p. 4.
19. Stephen Bungay, "The Road to Mission Command: The Genesis of a Command Philosophy," *The British Army Review* 137 (Summer 2005): p. 22–29.
20. Keith G. Stewart, *The Evolution of Command Approach*, Paper 192 (Toronto: Defence Research and Development Canada, 2009), p. 2–4.
21. Phillip Bump, "Here is When Each Generation Begins and Ends, According to the Facts," *The Atlantic*, 25 Mar. 2014, acesso em: 22 fev. 2017, <http://www.theatlantic.com/national/archive/2014/03/here-is-when-each-generation-begins-and-ends-according-to-facts/359589/>; Karen Smola e Charlotte D. Sutton, "Generational Differences: Revisiting Generational Work Values for the New Millennium," *Journal of Organizational Behavior* 23 (2002): p. 363–82; Jeffrey Arnett, "Suffering, Selfish, Slackers? Myths and Reality about Emerging Adults," *Journal of Youth and*

Adolescence 36 (2007): p. 23–29.

22. U.S. Department of Defense, *2014 Demographics: Profile of the Military Community* (Washington, DC: Office of the Assistant Secretary of Defense, 2014), acesso em: 22 fev. 2017, <http://download.militaryonesource.mil/12038/MOS/Reports/2014-Demographics-Report.pdf>.

23. Arnett, "Suffering, Selfish, Slackers?," p. 23–29.

24. Laura Padilla Walker e Larry J. Nelson, "Black Hawk Down? Establishing Helicopter Parenting as a Distinct Construct from Other Forms of Parental Control during Emerging Adulthood," *Journal of Adolescence* 35, no. 5 (2012): p. 1177–90; Evie Kins, Bart Soenens e Wim Beyers, "Separation Anxiety in Families with Emerging Adults," *Journal of Family Psychology* 27 (2013): p. 495–505.

25. Kissel, *The Hidden Cost of Downsizing*, p. 12–13.

26. ADP 7-0, *Training Units and Developing Leaders* (Washington, DC: U.S. GPO, August 2012), p. 8.

27. ADP 6-22, *Army Leadership* (Washington, DC: U.S. GPO, August 2012), p. 7.

28. Dmytro Hryshko, María José Luengo-Prado e Bent E. Sørensen, "Childhood Determinants of Risk Aversion: The Long Shadow of Compulsory Education," *Quantitative Economics* 2, no. 1 (2011): p. 37–72; Randy Cale, "Discover the Secrets to Terrific Parenting!,"

Terrific Parenting website, acesso em: 22 fev. 2017, <http://terrificparenting.com>.

29. ADP 7-0, *Training Units and Developing Leaders*, p. 8.

30. Reed W. Larson, "Toward a Psychology of Positive Youth Development," *American Psychologist* 55, no. 1 (January 2000): p. 170–83.

31. *Ibid.*, p. 172.

32. *Ibid.*

33. Charles D. Allen e William G. "Trey" Braun III, "Trust: Implications for the Army Profession," *Military Review* 93, no. 5 (September-October 2013): p. 73–85.

34. Scaife and Mills, "A Paradigm of Dialogue and Trust," p. 31–41.

35. Tom Guthrie, "Mission Command: Do We Have the Stomach For What Is Really Required?," *ARMY* (June 2012), p. 26–28, acesso em: 22 fev. 2017, https://www.ausa.org/sites/default/files/FC_Guthrie_0612.pdf.

36. Liuhua Ying et al., "Parental Monitoring, Parent-Adolescent Communication, and Adolescents' Trust in Their Parents in China," ed. Valsamma Eapen, *PloS One* 10, no. 8 (2015), acesso em: 22 fev. 2017, <http://ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC4536221/>.

Em Defesa do Exército de Campanha

Ten Cel Nicholas R. Simontis, Exército dos EUA

A capacidade do Exército de preparar o teatro de operações é essencial para prevenir conflito e, se a dissuasão fracassar, permite que a Força Conjunta obtenha a iniciativa enquanto protege a força e limita as opções do inimigo.

— The U.S. Army Operating Concept (“O Conceito Operativo do Exército dos EUA”)

O exército de campanha e as forças adjudicadas para o teatro de operações preparam a região e a área de operações conjuntas para o emprego do poder terrestre em contingências e em campanhas.

— As Operações do Exército de Campanha, do Corpo de Exército e da Divisão

Os exércitos de campanha possuem uma história rica e longa, evocando imagens de Courtney Hodges no comando do 1º Exército, George Patton do 3º Exército e Alexander “Sandy” Patch do 7º Exército, junto com o 8º Exército comandado por Robert Eichelberger nas Filipinas durante a Segunda Guerra Mundial e, depois, por Matthew Ridgeway na Coreia¹. Com o fim das operações de combate, os papéis dos exércitos de campanha evoluíram para se adaptar às novas exigências operacionais e estratégicas, executando missões que variavam de deveres como força de ocupação a treinamento de unidades da Reserva do Exército e da Guarda Nacional. Em um exemplo mais recente, o 3º Exército serviu como o força terrestre componente das forças interaliadas (combined forces land component command — CFLCC) durante as Operações *Enduring Freedom* e *Iraqi Freedom*, e depois como o força terrestre componente das forças conjuntas e interaliadas (combined joint forces land component command — CJFLCC) para a Operação *Inherent Resolve* (OIR). Apesar dessa história e do papel singular que os exércitos de campanha preenchem,

esses comandos operativos são um alvo constante para medidas de redução e possível eliminação durante os esforços continuados para reduzir a estrutura da Força.

Segundo a doutrina, as responsabilidades do exército de campanha são claras. No entanto, possivelmente devido ao fato de que a maioria de oficiais possui pouca experiência com os exércitos de campanha, há uma grande quantidade de equívocos em relação aos seus papéis². Por isso, os exércitos de campanha têm sido um alvo de conveniência na busca por formas de redução da Força, no entanto as recomendações recentes vão ainda mais longe, eliminando papéis e funções vitais por eles desempenhados. Na realidade, as responsabilidades dos exércitos de campanha são mais abrangentes, exigindo conjuntos especializados de capacidades.

Ao contrário dos mal-entendidos em relação ao seu papel doutrinário no ambiente atual, os exércitos de campanha estão tornando-se estrategicamente mais necessários do que antes. Devido às suas capacidades singulares, os exércitos de campanha podem formar a espinha dorsal das forças conjuntas ou multinacionais, servindo como o integrador e fornecendo uma base que facilita a interdependência da força conjunta.

Este artigo defende que os exércitos de campanha devam ser mantidos. Eles têm proporcionado e podem continuar a proporcionar opções viáveis para a condução de operações significativas usando o princípio de Comando de Missão. Essas opções incluem:

Um militar do 783º Batalhão de Polícia do Exército, gesticula ao comboio “Red Ball Express” para avançar, acelerando o envio de material prioritário para a área avançada, perto de Alençon, França, 5 Set 44. Esses comboios de caminhões, tripulados principalmente por tropas afro-americanas, realizavam entrega de carga por todo o Teatro de Operações Europeu, incluindo combustível e munição críticos ao 3º Exército do Gen Patton, durante o seu avanço para a Alemanha, no Leste. (Foto cortesia do Arquivo Nacional)

To-day's
TONNAGE
TARGET

RED BALL HIGHWAY

20,000	TONS
19,000	"
18,000	"
17,000	"
16,000	"
15,000	"
14,000	"
13,000	"
12,000	"
11,000	"
10,000	"
9,000	"
8,000	"
7,000	"
6,000	"
5,000	"
4,000	"
3,000	"
2,000	"
1,000	"



STAY ON THE



KEEP 'EM ROLLING!



a manutenção de uma presença avançada contínua e vital; a condução de operações secundárias por meio de cooperação em segurança e engajamento militar no teatro de operações; o fornecimento de *expertise* regional; e o estabelecimento de uma base e de uma via de acesso pela qual as forças terrestres e conjuntas subsequentes podem ser desdobradas e combater, conforme seja necessário.

De Redução a Eliminação

As recomendações para modificar a estrutura organizacional dos exércitos de campanha/comandos do componente do Exército (ASCC, na sigla em inglês) têm estado em destaque durante algum tempo. Os esforços iniciais de redução originalmente visaram apenas as responsabilidades associadas ao Comando de Missão dos exércitos de campanha, agindo sobre a sua capacidade de conduzir as forças operacionais, particularmente por períodos prolongados. Em 2011, o Manual de Campanha 3-93, *Operações dos*

O Tenente-Coronel

Nicholas R. Simontis, um estrategista do Exército dos EUA, é o Chefe da Seção de Estratégia do 3º Exército/Exército do Comando Central. É bacharel em Engenharia pela University of South Carolina, mestre em Estudos de Segurança pela Kansas State University, e mestre em Operações de Teatro de Operações pela Escola de Estudos Militares Avançados, em Fort Leavenworth, Kansas. Antes de seu posto atual, era o Chefe da Seção de Planejamento do Comando de Forças Combinadas/U.S. Forces Korea e serviu anteriormente no 3º Exército/Componente do Exército do Comando Central e na Força-Tarefa Conjunta Combinada para a Operação *Inherent Resolve*.

Exércitos de Campanha (FM 3-93, *Theater Army Operations*), sinalizou essa intenção. Recomendou a eliminação dos postos de comando operacionais, que foram originalmente estabelecidos para formar a estrutura fundamental das forças-tarefa conjuntas ou dos componentes terrestres das forças conjuntas criados para conduzir as grandes operações³. Em 2014, o Manual de Campanha 3-94, *Operações dos Exércitos de Campanha, Corpos de Exército e Divisões* (FM 3-94, *Theater Army, Corps, and Division Operations*), que substituiu o FM 3-93, repetiu esse mesmo sentimento, declarando que “os exércitos de

campanha possuem capacidades limitadas para servir como uma força-tarefa conjunta ou uma força terrestre componente das forças conjuntas e, mesmo assim, apenas em uma operação de contingência limitada ou de breve duração⁴. No entanto, o FM 3-94 omitiu um elemento essencial de informação contextual encontrado no FM 3-93: a proposta de criação de um quarto comando operativo de escalão corpo de exército na estrutura do Exército dos EUA para permitir que o exército de campanha “fosse exonerado da sua responsabilidade anterior de se transformar em um quartel-general de força-tarefa conjunta, força terrestre componente das forças conjuntas ou ARFOR [Forças do Exército]”⁵. Este quarto comando operativo de corpo de exército permitiria uma estrutura rotacional de Comando de Missão ao mesmo tempo que manteria um quartel-general de corpo de exército pronto para as necessidades de contingência. Claramente, a intenção do FM 3-93 e do FM 3-94 era não mexer com os quartéis-generais dos ASCC, simplesmente removendo as responsabilidades diretas de Comando de Missão para as operações e dependendo, em vez disso, do quartel-general dos corpos de exército para executar essas responsabilidades, quando necessário. O Departamento do Exército, de fato, eliminou os postos de comando operacionais nos anos subsequentes, mas sem estabelecer um quarto comando operativo de corpo de exército, como originalmente recomendado. Agora, alguns observadores recomendam a eliminação total dos ASCC.

O *Elihu Root Study: The Total Army* (“O Estudo Elihu Root: O Exército Total”, em tradução livre) propôs a eliminação dos exércitos de campanha e a substituição deles por comandos operativos de corpo de exército⁶. Vários meses depois, David Barno e Nora Bensahel fizeram a mesma recomendação, propondo a substituição dos exércitos de campanha por “quartéis-generais operacionais de dupla função, também, com capacidades de combate”, o que pode ser traduzido como comandos operativos de corpo de exército⁷. Na realidade, contudo, a substituição dos exércitos de campanha por quartéis-generais ampliados de corpo de exército simplesmente embaralha as cartas enquanto reduz a capacidade expedicionária geral do Exército, a menos que adicionais quartéis-generais de corpo de exército sejam criados, uma exigência que é contrária ao objetivo atual de reduzir a estrutura.



Todas essas propostas são míopes e deixam de considerar os papéis atuais e potenciais dos exércitos de campanha.

Entender os Papéis e Responsabilidades do Exército de Campanha

Os requisitos para os exércitos de campanha e as suas várias relações de comando são delineados no Regulamento do Exército 10-87, *Comandos do Exército, Comandos do Componente do Exército e Unidades Diretamente Subordinadas* (AR 10-87, *Army Commands, Army Service Component Commands, and Direct Reporting Units*), e doutrinariamente descritos no FM 3-94. Esses requisitos se concentram na execução do controle administrativo sobre as forças do Exército no teatro de operações; na assunção de responsabilidades extensivas de apoio no teatro; na provisão de controle operacional sobre as forças do Exército adjudicadas ao teatro; no apoio à cooperação em segurança e planos de engajamento no teatro; e na preparação do teatro — estabelecendo e mantendo as condições para o emprego de forças terrestres e o apoio às forças conjuntas no

Um militar bloqueia a luz solar enquanto outro escaneia o íris de um homem com o aparelho portátil Handheld Interagency Identity Detection Equipment, durante uma patrulha liderada por afegãos, na Província de Ghazni, Afeganistão, 29 Abr 12. Os dois são paraquedistas da 1ª Brigada de Combate, 82ª Divisão Aeroterrestre. Uma função essencial do exército de campanha é estabelecer a infraestrutura de Inteligência necessária para apoiar as forças terrestres. (Sgt Michael J. MacLeod, Exército dos EUA)

teatro⁸. Mesmo assim, uma análise simples de uma lista dessas exigências extensivas e abrangentes não oferece uma apreciação holística dos papéis únicos preenchidos pelos exércitos de campanha. Uma maneira alternativa para entender os papéis do exército de campanha é em termos de um *tubo conector* e *quatro infraestruturas*, como descrito nos seguintes parágrafos.

Um exército de teatro/ASCC serve a dois senhores — o Departamento do Exército e o comando operacional geográfico (GCC, na sigla em Inglês), agindo como um elo de ligação entre esses dois comandos. Nesse papel de tubo conector, o exército de campanha se esforça para equilibrar as exigências do comando operacional geográfico, no teatro de operações, ao mesmo tempo que mantém o Exército informado sobre os requisitos específicos do teatro de operações

que ajudam a moldar a força, influenciando decisões sobre estrutura, alocação de pessoal e equipamentos. Essa entrada de informações, moldada pelo ambiente operacional atual e futuro do teatro de operações, pode, então, influenciar o desenvolvimento e contribuir para o processo de Planejamento, Programação, Preparação de Orçamento e Execução do Exército. Esse papel como tubo conector entre o Departamento do Exército e o comando operacional geográfico é, dessa forma, essencial para ajudar o Exército a adaptar a sua estrutura para executar a sua missão de “fornecer pronta e contínua dominância através de toda a gama de operações militares e do amplo espectro de conflito em apoio aos comandos conjuntos”⁹.

Além de agir como um tubo conector, uma maneira mais prática para entender os papéis do exército de campanha é em termos da sua responsabilidade de estabelecer e manter quatro infraestruturas gerais para apoiar o teatro de operações. Por meio de comandos subordinados, ele mantém o apoio geral às forças desdobradas; apoio de saúde; apoio de comunicações; e manutenção e operação das infraestruturas de Inteligência necessárias para as forças terrestres, em todo o teatro de operações¹⁰. Juntas, essas infraestruturas dão suporte ao plano de campanha do comando operacional geográfico no teatro de operações e formam a base necessária para executar toda a gama de operações militares, desde exercícios combinados com rodízio de forças até operações de contingência em resposta a crises ou conflitos militares.

Em essência, essas infraestruturas compõem a arquitetura do teatro de operações para as forças terrestres, bem como apoia a força conjunta por meio de funções de apoio às outras Forças Singulares. Além disso, particularmente nas áreas de responsabilidade

do Comando Central dos EUA e do Comando do Pacífico dos EUA, as atividades logísticas de preparação do teatro de operações e as plataformas avançadas realizam o trabalho preparatório para a projeção estratégica da força, que pode variar de equipes de



Médicos do 28º Hospital de Apoio ao Combate, do Forte Bragg, na Carolina do Norte, operam um militar iraquiano que foi ferido durante um bombardeio de um caminhão na cidade de Mosul, no norte do Iraque, 1 Abr 07. Uma função essencial do exército de campanha é estabelecer a infraestrutura médica necessária para apoiar as forças terrestres. (Exército dos EUA)

operações especiais a divisões de exército convencionais. Essas atividades garantem acesso às regiões em disputa, superando os esforços continuados de negação de área que buscam limitar esse acesso às tropas norte-americanas.

As Funções Concomitantes

Em termos gerais, além de lidar com as responsabilidades legais do Título 10 [códigos legais que definem as missões do Exército dos EUA — N. do T.], o exército de campanha fornece as quatro infraestruturas citadas acima e serve como um conector entre o Departamento do Exército e o comando operacional geográfico. Essas atividades descrevem as funções gerais do exército de campanha. Contudo, há vários outros encargos específicos incluídos nessas amplas funções que merecem atenção particular¹¹.

Comando de Missão. A primeira e a mais importante entre essas funções é o Comando de Missão. A doutrina anterior e atual descreve os exércitos de campanha como possuindo uma capacidade de Comando de Missão de duração limitada, contudo, o componente do Exército do Comando Central (USARCENT), que é um comando operativo nível exército de campanha, tem executado continuamente essa responsabilidade, controlando as operações terrestres no Afeganistão, entre 2001 e 2002, como força terrestre componente das forças interaliadas, e depois desempenhando essa mesma função no Iraque, em 2002¹². Mais recentemente, o Comando Central dos EUA designou o USARCENT como força terrestre componente das forças conjuntas e interaliadas para as operações no Iraque e na Síria, em setembro de 2014, e depois como a Força-Tarefa Conjunta Combinada para a Operação *Inherent Resolve*, em Outubro de 2014¹³. Embora tenha sido necessário o acréscimo da capacidade “conjunta” ao comando operativo, a velocidade em que o USARCENT estabeleceu a Força-Tarefa Conjunta Combinada só foi possível devido à presença avançada do posto de comando operacional no Kuwait, junto com os comandos de apoio que forneceram a estrutura necessária para a rápida recepção e integração dos parceiros conjuntos e da coalizão. Ao contrário da doutrina, o USARCENT executou papéis duplos, como o exército de campanha e como Força-Tarefa Conjunta Combinada, por 15 meses, até ser substituído pelo III Corpo de Exército¹⁴. Isso sugere que uma melhor maneira de pensar sobre o papel desempenhado pelos exércitos de campanha no Comando de Missão é como uma opção viável para o estabelecimento rápido de um componente terrestre das forças conjuntas e interaliadas ou uma força-tarefa conjunta combinada, assim provendo resposta rápida e estabelecendo as condições para que um corpo de exército ou outro comando possa desdobrar-se e assumir responsabilidade, quando apropriado.

Coordenador de segurança conjunta. Uma segunda capacidade importante dos exércitos de campanha se traduz no seu papel potencial como o coordenador de segurança conjunta para o comando operacional geográfico, se assim for designado. A célula de proteção do exército de campanha, geralmente, assume a responsabilidade de estado-maior por essa função, a menos que um centro de coordenação de segurança

conjunta seja estabelecido. A célula de proteção analisa riscos; desenvolve planos; e integra e sincroniza ações e atividades, com o objetivo de proteger a força. Frequentemente, o exército de campanha fornece recursos para muitas das capacidades necessárias para o coordenador de segurança conjunta e, frequentemente, esse papel do coordenador de segurança conjunta inclui responsabilidade pelas forças conjuntas e multinacionais. Cabe ressaltar que necessidade e a importância do papel do coordenador de segurança conjunta provavelmente aumentará conforme existir a tendência contínua e crescente de conflitos híbridos e não declarados¹⁵.

Fogos. Uma terceira, e frequentemente desconsiderada, capacidade do exército de campanha envolve os fogos, especificamente a defesa antiaérea integrada e os fogos conjuntos em múltiplos domínios. A célula de defesa antiaérea integrada do exército de campanha facilita o planejamento dessa função pela perspectiva terrestre, em íntima coordenação com o coordenador de defesa antiaérea de área, apoiando as prioridades antiaéreas do comandante da força conjunta. Elementos da célula de defesa antiaérea integrada, junto com brigadas de defesa antiaérea subordinadas, frequentemente trabalham com parceiros regionais (dentro dos limites de divulgação) para garantir a sincronização e a integração geral das capacidades da defesa antiaérea integrada, bem como para construir a capacidade dos parceiros. Essa é uma área de progressiva preocupação em face às ameaças de antiacesso/negação de área e ao crescimento das capacidades de mísseis e de foguetes de potenciais inimigos. A célula de fogos e sua seção de fogos conjuntos exercem um papel semelhante, integrando as capacidades de fogos conjuntos e do Exército focados no planejamento regional; apoiando o planejamento de contingências e do teatro de operações do comando operacional geográfico; e tirando proveito de oportunidades para construir a capacidade dos parceiros e conduzir treinamento combinado e em múltiplos domínios.

A integração de [helicópteros] AH-64 *Apache* do Exército operando de plataformas navais, que ocorre frequentemente na área de responsabilidade do Comando Central dos EUA, proporciona um bom exemplo da capacidade em múltiplos domínios praticada pelo USARCENT e pela Marinha do Comando Central dos EUA. Essa é uma área propícia para mais desenvolvimento.

Planejamento. Finalmente, uma importante capacidade dos exércitos de campanha se refere ao planejamento focado no teatro de operações sob a perspectiva de uma força terrestre. O comandante e o estado-maior do exército de campanha mergulham diariamente nos eventos relacionados a sua área, interagindo frequentemente com seus correspondentes de outros componentes; planejadores do comando operacional geográfico e parceiros regionais; e, frequentemente, com os planejadores da divisão e do corpo de exército fazendo contribuições nos planos de contingência. Um exército de campanha, por sua natureza, é um quartel-general de planejamento, olhando continuamente para o ambiente e perguntando sobre o futuro, “E se?” Esse papel de planejamento é particularmente importante considerando o papel de tubo conector do exército de campanha descrito anteriormente. As interações entre o exército de campanha, o comando operacional geográfico e o Departamento do Exército devem aprimorar a efetividade do planejamento feito por esses três comandos.

Pensamentos Adicionais

A estrutura e a organização do exército de campanha podem, e devem, ser melhoradas, mais isso não implica em uma redução geral da estrutura, como a eliminação dos postos de comando operacionais, ou o descarte total das estruturas do ASCC e substituindo-as por um corpo de exército ampliado, como recomendado por alguns. No caso do USARCENT, o comando mitigou a eliminação do posto de comando operacional por meio da designação de um comando operativo formado por uma divisão da Guarda Nacional em rodízio¹⁶. Embora isso seja um arranjo viável interinamente, não há uma economia real em pessoal; há simplesmente uma mudança na sua origem e no processo de financiamento, transferindo o ônus do Componente da Ativa para a Guarda Nacional. Além disso, a longo prazo acarreta maiores custos na qualidade das relações regionais e dos engajamentos militares devido à rotação de pessoal dos postos de comando operacionais. Da mesma forma, a substituição dos exércitos de campanha por ampliados comandos operativos de corpo de exército simplesmente troca quartéis-generais e reorganiza pessoal, com o efeito real de reduzir a capacidade de expedição do Exército, a menos que novos

comandos operativos de corpo de exército sejam criados, que é, na melhor das hipóteses, pouco provável. A substituição dos exércitos de campanha por algum outro tipo de quartel-general é desnecessariamente disruptiva e não proporciona evidência demonstrável de melhorias estruturais, eficiência e efetividade aprimorada.

A alternativa é tirar proveito de uma das qualidades únicas dos exércitos de campanha — a capacidade de adaptá-los apropriadamente ao teatro de operações em que servem, ajustando a sua organização para refletir eficientemente as exigências do teatro e do comando operacional geográfico. Isso já ocorre, mais existem oportunidades para melhorias. Um exemplo é alinhar e sincronizar as várias funções de apoio entre o E/4 [4ª Seção - Logística], o Comando de Apoio Logístico de Teatro de Operações, o Comando Expedicionário de Apoio Logístico e as brigadas de apoio logístico, para eliminar duplicações de funções. Do mesmo modo, as funções de apoio logístico devem ser integradas com as outras Forças Singulares para melhorar a interoperabilidade e a eficiência do apoio ao mesmo tempo que elimina a duplicação de esforços por toda a força conjunta. Oportunidades significativas para o desenvolvimento de tal “interdependência da força conjunta” existem e devem ser exploradas¹⁷.

Um pensamento final sobre os exércitos de campanha é que eles proporcionam uma plataforma singular para o desenvolvimento de líderes estratégicos, bem como aumentam a competência do estado-maior em assuntos estratégicos e conjuntos. Devido aos papéis abrangentes do exército de campanha, o comandante e o estado-maior interagem regularmente com o Departamento do Exército e o comando operacional geográfico; os comandos componentes funcionais; os outros componentes; as unidades do Exército diretamente subordinadas, como o Comando de Saúde, o Network Enterprise Technology Command (Comando de Tecnologia e de Empreendimentos de Redes) e o Intelligence and Security Command (Comando de Inteligência e de Segurança do Exército dos EUA); bem como os seus correspondentes regionais no teatro de operações. Assim, os oficiais de mais alto escalão contam com oportunidades para interagir regularmente com as outras Forças Singulares e outros quartéis-generais, o que não ocorre em outros lugares no Exército.

A amplitude de foco necessária para estabelecer e manter as quatro infraestruturas citadas anteriormente obriga o comandante dos exércitos de campanha e o seu estado-maior a aceitar uma visão mais abrangente dessas funções do que é possível na maioria de outros postos do Exército. O papel único do exército de campanha; as numerosas capacidades especializadas que preenche para o comando operacional geográfico; e as responsabilidades e funções designadas a ele sob o código legal Título 10, que incluem o apoio do Exército às outras Forças Singulares, exigem que oficiais de estado-maior do exército de campanha interajam regularmente com os quartéis-generais superiores e equivalentes, conjuntos e do Exército. O exército de campanha serve como uma ponte do estratégico ao tático, servindo aos comandos operacionais geográficos e à força conjunta, e proporciona a seus comandantes e estado-maior um ponto de vista que é único no Exército.

Conclusão

Ao reconhecer a necessidade de projetar forças ao redor do mundo, o documento *Army Operating Concept* (“O Conceito Operativo do Exército”) descreve como o Exército pretende prevenir os conflitos, moldar os ambientes de segurança e vencer guerras, tudo enquanto opera como parte da força conjunta e trabalha com

múltiplos parceiros¹⁸. Consequentemente, o documento descreve 20 capacidades requeridas, incluindo funções como o desenvolvimento de um alto grau de entendimento da situação; a condução de assistência às forças de segurança; a integração de capacidades com parceiros conjuntos, interorganizacionais e multinacionais; e a preparação do teatro de operações para prover agilidade estratégica¹⁹. Os exércitos de campanha executam 11 das 20 capacidades listadas e contribuem, de alguma maneira, à maioria das restantes, demonstrando que são essenciais para manter a credibilidade estratégica²⁰.

O exército de campanha é a face do componente terrestre para nossos parceiros regionais, demonstrando o compromisso dos EUA, garantindo acesso pela presença avançada e mantendo a capacidade para projetar as forças terrestres, quando e onde for necessário. Claramente, o papel único e as capacidades dos exércitos de campanha somente irão tornar-se cada vez mais importantes no ambiente atual e futuro. Por isso, eles não podem, e não devem, ser substituídos. ■

Os autores são gratos ao Gen Div (Res) James L. Terry, Exército dos EUA; Dr. John A. Bonin, Professor, U.S. Army War College; e Cel Jin H. Pak, Exército dos EUA, pelos seus esclarecimentos e comentários valiosos para este artigo.

Referências

Epígrafe. U.S. Army Training and Doctrine Command (TRADOC) Pamphlet (TP) 525-3-1, *The U.S. Army Operating Concept: Win In A Complex World* (Fort Eustis, VA: TRADOC, 31 Oct. 2014), p. 23.

Epígrafe. Field Manual (FM) 3-94, *Theater Army, Corps, and Division Operations* (Washington, DC: U.S. Government Publishing Office [GPO], 2014), parágrafo 2-10.

1. Em relação à terminologia, embora muitas das recomendações sobre a estrutura da força pertençam, geralmente, aos comandos do componente do Exército, este artigo se concentra mais especificamente naqueles comandos adjudicados pelo Departamento do Exército aos comandos operacionais geográficos, os quais executam papéis duplos, como exércitos de campanha e comandos do componente do Exército. Este documento emprega o termo “exército de campanha” em referência a esses comandos particulares.

2. Nelson L. Emmons, *Transforming the Army Service Component Command to a Theater Army* (Carlisle Barracks, PA: U.S. Army War College, March 2013), p. 1.

3. FM 3-93, *Theater Army Operations* (Washington, DC: U.S. GPO, 2011 [já revogado]), p. x.

4. FM 3-94, *Theater Army, Corps, and Division Operations*, parágrafo 2-1.

5. FM 3-93, *Theater Army Operations*, p. x.

6. Syed Najeeb Ahmed et al., *Elihu Root Study: The Total Army* (Carlisle Barracks, PA: U.S. Army War College, 2016).

7. David Barno e Nora Bensahel, *The Future of the Army: Today, Tomorrow, and the Day After Tomorrow* (Washington, DC: The Atlantic Council, 2016), p. 18.

8. Army Regulation 10-87, *Army Commands, Army Service Component Commands, and Direct Reporting Units* (Washington, DC: U.S. GPO, 2007), p. 1-2, 4-13; FM 3-94, *Theater Army, Corps, and Division Operations*, parágrafos 2-1 a 2-12.

9. “Mission,” Army.mil website, acesso em: 24 mai. 2017, <https://>

www.army.mil/info/organization/.

10. James L. Terry, Exército dos EUA, Reserva, empregou esse exemplo várias vezes durante seu tempo como Comandante, Comando Central dos EUA/3º Exército, 2013–2015. Usado com permissão.

11. Working-Capital Funds, 10 U.S.C. § 2208 (2015).

12. "USARCENT [U.S. Army Central] Historical Summary (1918–Present)," USARCENT website, acesso em: 24 mai. 2017, <http://www.usarcent.army.mil/About-USARCENT/History/>.

13. James L. Terry, "Curtain's Always Rising For Theater Army," *Army Magazine* 66, no. 2 (February 2016): p. 49, acesso em: 11 jul. 2017, <https://www.ansa.org/articles/curtain%E2%80%99s-always-rising-theater-army>.

14. Ibid.

15. Para mais informações sobre os deveres e responsabilidades do coordenador de segurança conjunta, veja Joint Publication 3-10, *Joint Security Operations in Theater* (Washington, DC: U.S. GPO, 13 Nov. 2014).

16. Dr. John Bonin (Professor, U.S. Army War College), e-mail ao autor, 7 dez. 2016. Usado com permissão.

17. Adm. Jonathan Greenert, "Navy Perspective on Joint Force Interdependence," *Joint Force Quarterly* 76 (1st Quarter, January 2015): p. 11, acesso em: 11 jul. 2017, <http://ndupress.ndu.edu/Portals/68/Documents/jfq/jfq-76/jfq-76.pdf>.

18. TP 525-3-1, *The U.S. Army Operating Concept*, p. i.

19. Ibid., p. 31-33.

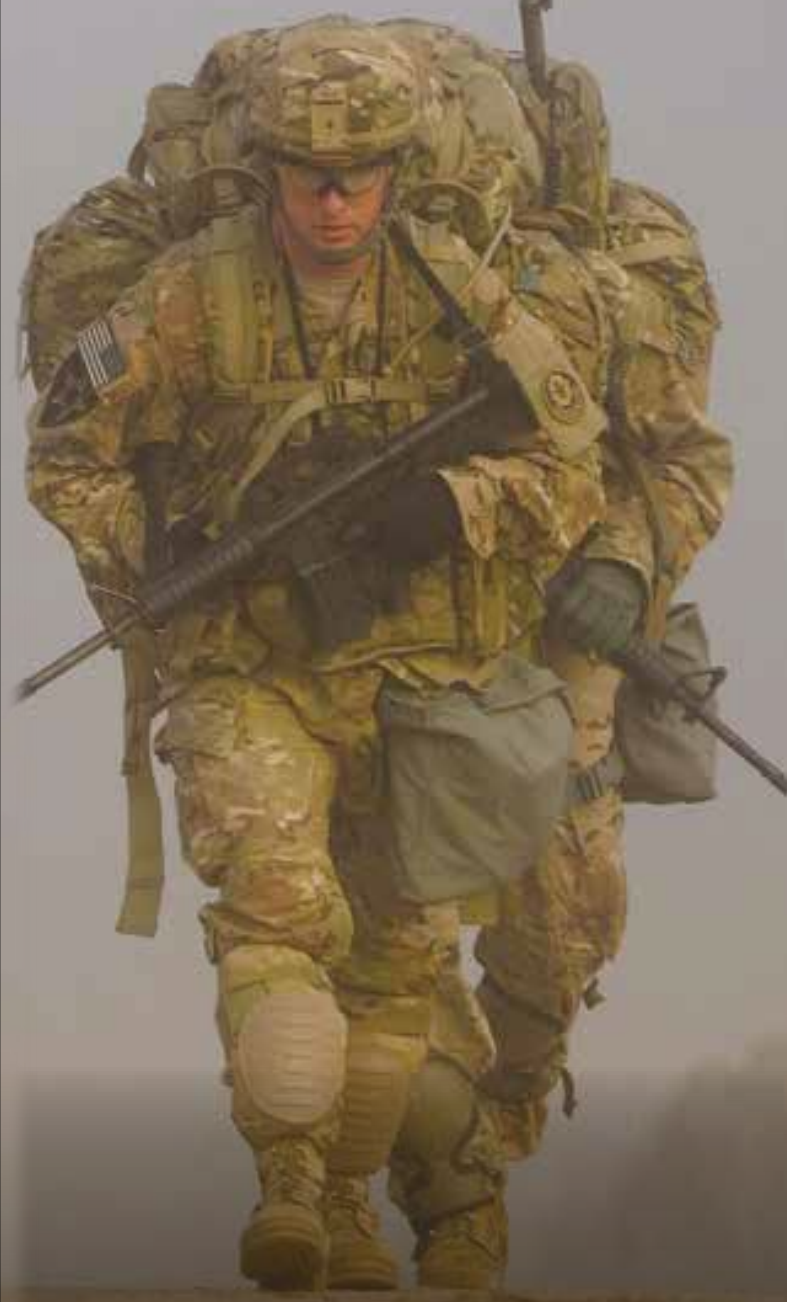
20. Ibid. As 11 capacidades são [em forma abreviada]: (1) desenvolver e manter um alto grau de conhecimento da situação; (2) moldar e influenciar os ambientes de segurança; (3) fornecer assistência às forças de segurança; (4) prevenir, reduzir, eliminar e mitigar o uso e os efeitos de armas de destruição em massa e aparelhos químicos, biológicos, radiológicos, nucleares e explosivos; (5) garantir acesso ininterrupto às ligações críticas de comunicações e de informações; (6) desenvolver líderes ágeis, adaptáveis e inovadores; (7) proteger as forças; (8) estabelecer e manter a segurança de áreas amplas; (9) integrar as capacidades de parceiros conjuntos, interorganizacionais e multinacionais; (10) preparar o teatro de operações; e (11) coordenar e integrar os fogos conjuntos, interorganizacionais, multinacionais e do Exército.

A Lista de Leitura Profissional do Comandante do Exército é dividida em seis categorias: Ambiente Estratégico, Estudos Regionais, História e História Militar, Liderança, Profissão Militar e Ficção. A intenção dessas sublistas é orientar os leitores para os assuntos em que tenham mais interesse. Qualquer livro é aceitável para leitores de qualquer posto ou grau hierárquico.

Os livros oferecem pontos de entrada para a leitura abrangendo a arte e a ciência militar. São apresentados como trabalhos selecionados que podem ajudar militares, funcionários do Departamento do Exército e qualquer interessado no Exército a aprender mais sobre a Profissão Militar e aprimorar seu conhecimento sobre a longa e relevante História do Exército, bem como o papel decisivo desempenhado pelo poder terrestre em conflitos através de séculos.

Um comprometimento pessoal continuado com o estudo crítico de uma ampla gama de leituras se constitui em uma responsabilidade essencial para os integrantes da Profissão Militar. Atualmente, o Exército dos EUA encara uma complexidade extraordinária no ambiente estratégico com novas e emergentes missões competindo com as exigências tradicionais do combate que desafiam os profissionais do Exército. A lista de leitura serve como um guia para os vários assuntos que merecem uma consideração profissional, contemplação e discussão séria.

A inclusão de um título nesta lista não implica que o Comandante aprova o ponto de vista ou as interpretações do autor. Não obstante, esses livros contêm ideias e pontos de vista estimulantes que são relevantes para nosso Exército. Para ver a lista de leitura, veja http://www.history.army.mil/html/books/105/105-1-1/CMH_Pub_105-5-1_2017.pdf.



Lista de Leitura Profissional

HOT TOPICS

Assuntos Prioritários



Em um esforço continuado para concentrar atenção, pesquisa e discussões esclarecidas em um número limitado de áreas geográficas ou assuntos emergentes prioritários de interesse sobre a segurança nacional, a Army University Press (AUP) tem estabelecido, e continua a desenvolver, um website onde agrega as publicações da organização e as de outras fontes que são relevantes a cada assunto ou área. Os dois propósitos desse site são prover aos leitores uma visão geral dos temas relacionados aos assuntos ou áreas sobre os quais os autores da AUP já têm abordado e incentivar autores prospectivos a contribuir com adicionais artigos ou estudos mais elaborados à coleção. Para ver esse website, veja <http://www.armyupress.army.mil/Special-Topics/Hot-Topics/>.

A *Military Review* está especialmente interessada nos seguintes focos de conflito:

- 1 — Conflito na Península Coreana
- 2 — Venezuela
- 3 — Mar da China Meridional
- 4 — Conflito na Síria
- 5 — Conflito no Iraque
- 6 — Conflitos patrocinados pela Rússia
- 7 — Embate entre Rússia e a Região Báltica
- 8 — Estado Islâmico na África
- 9 — Conflito entre Arábia Saudita e Irã
- 10 — Insurgência ideológica de extremistas islâmicas na Europa
- 11 — Antagonismo entre os EUA e México ao longo da fronteira
- 12 — Impacto de imigração não controlada na segurança e na estabilidade de diversos países e regiões





Um vídeo de propaganda do Estado Islâmico (EI) no YouTube supostamente mostra combatentes estudando o Alcorão em um local não revelado no Iraque, (c. Março de 2015). Dizem que esses combatentes estão de férias após um período prolongado de conquista territorial, que incluíam ataques contra yazidis, curdos e diversas denominações de cristãos iraquianos. Subsequentemente, o vídeo foi removido. (Captura de tela de vídeo do EI no YouTube)

O Comando de Missão no Estado Islâmico

A Desconstrução do Mito sobre “Lobos Solitários” no Combate em Profundidade

1º Ten Michael P. Ferguson, Exército dos EUA

Mas quando os meses sagrados houverem transcorrido, matai os idólatras, onde quer que os acheis; capturai-os, acossai-os e espreitai-os.

— At Taubah 5

Algumas pessoas do mundo ocidental imaginam, aparentemente, que os atacantes individuais que reivindicam lealdade ao Estado Islâmico (EI) — mas não recebem ordens formais dos seus chefes — são “lobos solitários” ou terroristas totalmente “autorracionalizados”. No entanto, ao usar os princípios doutrinários do Exército dos EUA para conduzir uma análise cuidadosa conclui-se que a ideologia teocrática do EI influencia atacantes individuais a se considerarem dirigidos pela organização militante, apesar de não serem integrantes formalmente registrados. Isso ocorre porque o EI emprega uma forma simplificada, mas altamente eficiente, de Comando de Missão ideológico que orienta tais seguidores, por todo o mundo, a planejar ataques que tenham repercussões estratégicas. Esses atacantes individuais que visam civis, que eles provavelmente consideram como forças inimigas não engajadas, caracterizam um combate em profundidade que tem se tornado, efetivamente, a operação decisiva do EI¹.

A minimização da importância de tais ataques por falta de conexões diretas, sejam físicas ou de comando, ao EI é contraproducente no esforço de limitar seu poder de recrutamento. Ao examinar a literatura da organização terrorista, no contexto de sua grande estratégia apocalíptica, podemos observar como o EI, às vezes chamado Daesh, vincula a arte operacional aos objetivos estratégicos por meio de uma filosofia típica do Comando de Missão². Mais importante, essas conclusões contribuem com a busca de uma solução possível para a questão mais urgente: Como se pode derrotar uma ideia?

O Comando de Missão e o Estado Islâmico

O Comando de Missão é uma antiga filosofia que a doutrina do Exército começou a enfatizar na Publicação Doutrinária do Exército 6-0, *Comando de Missão (ADP, Mission Command)*, de 2012. Essa ADP foi, em parte, uma resposta à aumentada incerteza dos ambientes operacionais e ao crescimento de grupos terroristas transnacionais que se beneficiam de uma

organização altamente adaptável e descentralizada³. No Exército, o Comando de Missão dá poder de decisão aos comandantes subordinados, promovendo uma estrutura para a condução disciplinada de operações. Mais especificamente, a ADP 6-0 descreve como comandantes, apoiados por seus estados-maiores, “combinam a arte de comando e a ciência de controle para entender a situação, tomar decisões, direcionar a ação e cumprir as missões”⁴.

Por outro lado, o emprego de uma filosofia de Comando de Missão pelo EI depende de um entendimento compartilhado da História, jurisprudência teocrática e *fatwas* emitidas por líderes históricos, como o Imame Ahmad ibn Hanbal (morreu em 855), Ibn Taymiyyah (1263–1328), Sayyid Qutb (1906–1966) e Abdullah Yusuf Azzam (1941–1989), muitos dos quais justificam a escolha de civis, incluindo muçulmanos, como alvos na guerra⁵. Enquanto vivia sob o domínio de mongóis islamizados, Ibn Taymiyyah se distanciou do pensamento islâmico tradicional e emitiu várias *fatwas* que legitimavam a morte de tiranos muçulmanos. Certos salafistas usaram essas *fatwas* para validar o assassinato do Presidente egípcio Anwar Sadat, em 1981, e continuam a citá-las atualmente⁶. Conforme os chefes do EI fortalecem tais ideias, terroristas individuais, às vezes erroneamente rotulados no Ocidente como “lobos solitários” ou “autorracionalizados”, têm tomado a iniciativa para operacionalizar sua ideologia.

Esses termos têm ganhado tanta força que há situações em que líderes políticos têm estruturado suas propostas políticas em torno de como lidar com o “assunto da autorracionalização” e os “ataques de lobos solitários”⁷. Tais propostas operam sob a premissa falsa

O Primeiro-Tenente

Michael P. Ferguson, do Exército dos EUA, é Ajudante de Ordens do Subchefe de Estado-Maior para Operações e Inteligência do Comando da Força Conjunta Aliada em Brunssum, Holanda. É bacharel e mestre com uma tese publicada que analisa a convergência operacional e ideológica da teoria revolucionária leninista e o feudalismo islâmico durante o Século XX. Ensinou na U.S. Army Ranger School (Escola de Comandos do Exército dos EUA) e operações de combate contra o precursor do Estado Islâmico em Ramadi, entre 2005 e 2006, estão incluídas em seus rodízios no Iraque e no Afeganistão.

que esses problemas são isolados, e portanto devem ser tratados de maneira diferente de ataques em solo americano direcionados formalmente, à distância, por um comandante, embora se originem da mesma fonte: a ideologia. Embora as operações militares e a segurança doméstica sejam, sem dúvida, assuntos distintos, tanto no aspecto político quanto legal, a natureza ideológica da ameaça terrorista contra o país e contra as nossas forças no exterior não difere conforme o ambiente. Um jihadista que toma iniciativa com base no seu entendimento da intenção do comandante não é menos perigoso e suas ações não são menos significativas que um que recebe uma ordem verbal ou escrita. A filosofia do Comando de Missão é caracterizada por tal iniciativa e realizada dentro do quadro de um entendimento compartilhado. Este artigo aborda essas falsas premissas enquanto analisa os princípios do Comando de Missão.

Embora a abordagem de Comando de Missão do EI demonstre como seus seguidores compreendem a situação e cumprem as missões, essa filosofia seria de pouco valor se a organização não fosse capaz de sincronizar esses ataques aleatórios em profundidade com os objetivos estratégicos do grupo. Antes de analisar os princípios do Comando de Missão, precisamos primeiro examinar a conexão entre a arte operacional dos ataques terroristas ideologicamente motivados e a ideologia estratégica do EI.

A Arte Operacional e os Objetivos Estratégicos do Estado Islâmico

O Exército descreve a arte operacional como “a busca de objetivos estratégicos, na totalidade ou em parte, por meio do arranjo de ações táticas no tempo,

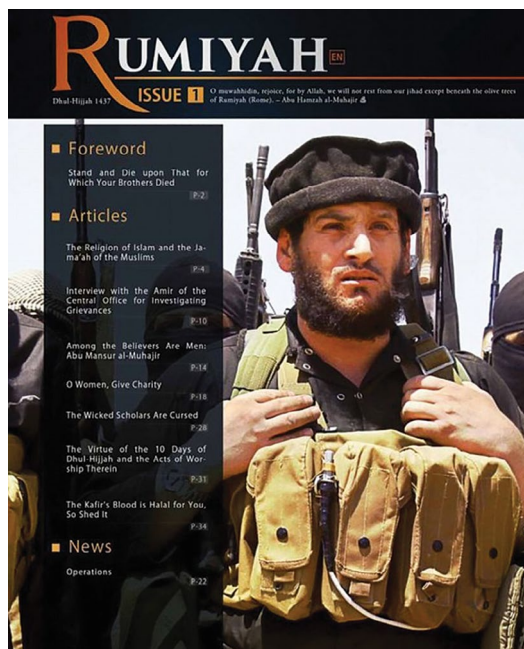
no espaço e de acordo com a finalidade”⁸. Os ataques orientados pela ideologia do EI são exemplos de tais ações táticas. O objetivo estratégico fundamental identificado na ideologia salafi-jihadista (a ideologia do EI e da Al Qaeda) é o desencadeamento do Armagedom muçulmano. Supostamente, esse evento apocalíptico

é desencadeado por meio de uma guerra de atrito prolongada contra o Ocidente, suas ideias e seus sistemas de governo, culminando na sua destruição. Todos os objetivos são suplementares à concretização da profetizada derrota de um grande exército “cruzado” em Dabiq (no norte da Síria) que, supostamente, leva à queda de Roma e de Constantinopla⁹.

Essa profecia é tão central à ideologia do EI que a sua primeira revista no idioma inglês tem o nome da cidade de Dabiq. O nome da sua outra revista on-line, *Rumiyah*, se refere à queda inevitável de Roma e do Vaticano. Cada edição da revista *Dabiq* começa com uma citação do seu pioneiro intelectual moderno, ex-chefe da Al Qaeda no Iraque, Abu Musab al-Zarqawi: “A fagulha foi acesa aqui no Iraque e a sua chama continuará a intensificar-se ... até incendiar o exército dos cruzados em Dabiq”¹⁰. Por

meio do surgimento de uma desordem generalizada, o EI espera fazer com que as populações estejam mais simpáticas ao controle absoluto da *sharia* (lei religiosa islâmica) e, no final, suscetíveis à imposição de um califado global, uma vez que o Ocidente for levado a sua queda em Dabiq¹¹.

Na *fatwa*, de 75 páginas, *In Defense of Muslim Lands* (“A Defesa das Terras Muçulmanas”), o jihadista palestino Abdullah Yusuf Azzam declarou o *jihad* ofensivo como a responsabilidade individual de cada muçulmano, na ausência de um califado¹². Agora, com a



A *Rumiyah* é a revista on-line formal atual do Estado Islâmico (EI). Apareceu inicialmente como um substituto para a *Dabiq*, a antiga revista on-line oficial do EI, em setembro de 2016, provavelmente devido à perda iminente da cidade de Dabiq para as forças lideradas pelos turcos. A cidade de Dabiq é o suposto local da batalha final entre as forças islâmicas e não islâmicas no final do mundo, segundo a profecia e tradição islâmicas. Da mesma forma, *Rumiyah* é uma alusão à destruição profetizada do cristianismo simbolizado pela conquista e destruição de Roma. (Foto cortesia da Wikipedia)



Uma captura de tela de uma câmera de vigilância mostra Zale Thompson, rotulado um muçulmano autorradicalizado, levantando uma machadinha pouco antes de atacar um grupo de quatro policiais não fardados do Departamento de Polícia de Nova York (NYPD), em Jamaica, Queens, Nova York, 23 Out 14. Thompson morreu baleado por dois desses policiais. (Foto cortesia do NYPD)

existência do EI, essa *fatwa* conta com mais legitimidade no pensamento de seus seguidores, na medida que os chefes do EI defendem o *jihād* global na forma de ataques realizados no campo de batalha em profundidade.

O Brigadeiro paquistanês S. K. Malik chega a conclusões semelhantes no seu livro popular, de 1979, *The Quranic Concept of War* (“O Conceito da Guerra do Alcorão”, em tradução livre). Nesse livro, ele sustenta que, enquanto o sistema herético de nações-Estado permaneça em vigor e a *sharia* não seja a lei universal, é responsabilidade de todos os muçulmanos lutar pela soberania de Deus na terra¹³.

No Século XXI, os radicais se concentram cada vez mais em uma interpretação livre das leis islâmicas relacionadas ao homicídio. Especificamente, eles ressaltam aquelas leis que responsabilizam os indivíduos civis de Estados democráticos por “supostos crimes cometidos pelo seu governo” porque têm dado o consentimento para esses líderes governarem por meio do processo democrático¹⁴. Essa perspectiva reforça a crença salafista

que só pode haver um Estado e um sistema de governo (um EI sob a lei *sharia*), assim estigmatizando a autoridade de qualquer outro Estado como ilegítima. São ideias como essa que levam alguns islamistas a considerarem a realização de ataques ideologicamente influenciados como uma obrigação, no combate em profundidade contra governos seculares e seus cidadãos. Dessa forma, ideias assim funcionam como o vínculo entre as ações táticas e os objetivos estratégicos. Sua meta é induzir o Ocidente a um combate aproximado por meio de ataques de inquietação no combate em profundidade, assim permitindo que a profecia apocáptica se manifeste.

Embora os ataques ideologicamente motivados talvez não representem uma ameaça a nossa existência no mesmo grau, vamos dizer, da Coreia do Norte, ainda influenciam as políticas ocidentais e não devem, portanto, ser tratados com eufemismos equivocados como “lobo solitário” na tentativa de minimizar o alcance da ideologia¹⁵. Já em 2014, o Gen James Mattis,

do Corpo de Fuzileiros Navais, atual Secretário de Defesa, declarou que o EI tinha “crescido como uma ameaça estratégica” que usaria seu território como uma “plataforma de lançamento para ataques transnacionais”. Ele continuou, alertando contra o menosprezo ou a desconsideração das ameaças do EI, mesmo que seus seguidores “ainda não [pudessem] realizar suas ambiciosas declarações”¹⁶. Apesar disso, a maneira como eles empregam uma forma organizada de Comando de Missão é essencial para a maneira como eles podem propagar a sua arte operacional em busca de seus objetivos estratégicos.

Os Princípios do Comando de Missão do Estado Islâmico

A filosofia do Comando de Missão oferece seis princípios, delineados na doutrina do Exército dos EUA. Cada um desses princípios é compatível com a ideologia do EI. Iremos nos concentrar nos primeiros cinco princípios e explicar por que o sexto, *ordens de missão*, não parece ser caracterizado.

Formar equipes coesas por meio da confiança mútua. Embora a confiança precise ser cultivada continuamente em um exército tradicional, o EI estabelece essa conexão por meio de lealdade à sua ideologia religiosa. A doutrina do Exército explica que há “poucos atalhos para conquistar a confiança de outros”, e essa confiança é “obtida ou perdida nas ações cotidianas”¹⁷. Ao discutir os atributos principais do Comando de Missão em seu documento, de 2012, o Gen Ex Martin Dempsey descreve a confiança como “a força moral” que mantém nossa Força unida, “capacitando muitos para agir como um todo” no emprego do poder de combate¹⁸. Ele continua, reiterando a importância do papel do comandante no desenvolvimento dessa confiança por meio da integração do Comando de Missão em “arte operacional, planejamento e execução”, um processo complexo que exige uma abrangência e uma profundidade de conhecimento, para ser eficaz.

No caso do EI, a linhagem alegada de Abu Bakr al-Baghdadi da tribo *Quraysh*, da qual o Profeta Maomé era integrante, visa a obrigação de lealdade religiosa entre os fiéis. A alegação de uma conexão de sangue com Maomé é planejada para promover confiança mútua e identidade comum entre os integrantes do EI, independentemente dos fatores culturais, étnicos, econômicos ou de diversidade geográfica, ao explorar

a narrativa de um legado compartilhado que consiste em séculos de apoio às declarações legais islâmicas¹⁹. Como resultado, não há necessidade do comando desperdiçar tempo construindo equipes fora da organização da liderança central porque os terroristas formam equipes, independentemente de serem conduzidos por um líder ou não.

Os ataques terroristas são instrumentos de comunicação global que funcionam como veículos da ideologia dos atacantes. A mensagem, comunicada por meio dos sistemas modernos da mídia, atinge milhões de pessoas instantaneamente e atrai indivíduos simpáticos à radicalização²⁰. Quanto mais chocante for o ataque, maior o público e maior o alcance da mensagem. Inevitavelmente, mais recrutas ficam emaranhados no arrastão ideológico do EI.

O EI projeta ao seu público a impressão de que a inclusão social, a lealdade e a irmandade personificam o seu movimento. Ao vincular seus seguidores a uma ordem antiga de supostos guerreiros devotos, defendendo uma era dourada de pureza religiosa, os integrantes do EI se tornam fundidos em lealdade a um código de conduta mútua que suplanta todas as relações mundanas. Uma vez que a ideologia assume o controle do pensamento dos seguidores, pequenas equipes coesas são autoinduzidas, operando autonomamente com base em um entendimento compartilhado do seu dever.

Criar entendimento compartilhado. Um dos maiores desafios para comandantes e estados-maiores “é criar um entendimento compartilhado de seu ambiente operacional, do propósito da sua operação e dos seus problemas e abordagens para a resolução deles”²¹. Embora os exércitos permanentes dependam de ordens de missão adaptáveis e de políticas evolutivas para estabelecer um entendimento compartilhado das prioridades, sob a doutrina salafista esses fatores não mudam.

É fácil imaginar por que islamistas aderem ao *jihad* com tanto vigor. As narrativas das batalhas nas quais Maomé participou — algumas das referências mais sagradas do salafismo — parecem como filmes de ação. As descrições, pelo historiador da Oxford [University] Martin Lings, sobre as Batalhas de Hunayn e Uhud e do Cerco de Tá'if são exemplos. A visualização de Maomé limpando o sangue de inimigos da sua cara com água que tinha acumulado no escudo de seu companheiro apresenta imagens poderosas para jihadistas jovens²².

Não surpreende que os seguidores de uma ideologia que exige a emulação do Profeta sejam tão ansiosos a enfrentar pagãos em uma batalha gloriosa.

Para além das batalhas históricas, o entendimento compartilhado do EI é apoiado ainda por séculos de jurisprudência teocrática e violência política²³. Durante os Séculos X e XI, os discípulos de Ibn Hanbal defendiam a matança daqueles que tinham blasfemado contra o Islã. O Califa al-Qadir apoiava essa posição e a impunha como lei²⁴. Mais de um século depois, Abd al-Qadir al-Jilani (morreu em 1166), um acadêmico de Hanbal, argumentou que aos hereges devem ser oferecidas três chances para arrepender-se e converter antes de serem condenados à morte²⁵. Vale lembrar que, nos séculos turbulentos do início do Islã, muitos califas foram mortos por insurgências sectárias que alegavam que aquelas autoridades que exerciam o poder eram impuras²⁶.

Hoje, por vezes o argumento usado é que, na ausência de um império muçulmano capaz de impor tais leis sobre a humanidade, os extremistas islâmicos modernos, adeptos de tais interpretações medievais da lei islâmica, consideram ataques contra alvos civis como a forma mais célere de “justiça”²⁷.

Os exércitos convencionais exigem uma avaliação e reavaliação contínua do ambiente para direcionar os esforços, determinar as prioridades de treinamento e trabalhar para um objetivo comum. Por outro lado, a ideologia do salafismo produz uma unidade de esforço transnacional e transcultural orientada pela Intenção do Comandante, porque essa proporciona um entendimento compartilhado de três elementos:

- A ideologia define o inimigo (*kafir* [infiéis], *taġhut* [tiranos] e o liberalismo clássico)²⁸.
- A ideologia define o ambiente operacional (*dar-al-harb* [casa de guerra ou de infiéis] e *dar-al-islam* [casa do Islã])²⁹.
- A ideologia define o estado final desejado (um califado global resultante do Armagedom).

Fornecer uma Intenção do Comandante clara. A Intenção do Comandante — também conhecida como “o propósito da operação” — é geralmente específica para uma missão particular para os exércitos convencionais³⁰. A Intenção do Comandante do EI é invariável e é incutida fortemente em jihadistas dedicados, pelos chefes do grupo³¹. É inequivocamente clara para os seguidores do salafi-jihadismo: lutar contra os

infiéis onde for que os encontrem — não demonstrar misericórdia e instilar “terror nos seus corações”³².

Considerando que, para um integrante do EI, não há nenhuma autoridade mais alta que Deus e seu Profeta, as declarações do EI frequentemente se referem às numerosas batalhas que Maomé travou contra hereges e pagãos para justificar o *jihad* ofensivo. Os acadêmicos islâmicos, como Abdullah Yusuf Azzam, têm distorcido o conceito de *jihad* defensivo para retratar qualquer ato de terrorismo como uma defesa das terras muçulmanas. Mais específicos eram os argumentos feitos pelo recém-falecido Anwar al-Awlaki, que insistiu que não era necessário a existência de um califa terreno para declarar um *jihad* ofensivo, se um muçulmano fosse oprimido por infiéis³³. Malik expressou convicções semelhantes em relação ao centro de gravidade espiritual da guerra, sugerindo que o terror é a arma mais efetiva contra oponentes ocidentais porque erode sua vontade de lutar³⁴.

Na idade da globalização, quando a influência ocidental é quase inescapável, o que pode ser considerado o primeiro versículo de *jihad* no Alcorão se sobressai como particularmente relevante: “A permissão [para lutar] é concedida àqueles contra os quais a guerra está travada, porque foram prejudicados”³⁵. Levar o Ocidente a uma conflagração global por meio de ataques ideologicamente motivados serve aos objetivos estratégicos do EI e a ideologia concede uma autoridade divina às suas declarações.

Um dos papéis do comandante esboçados na ADP 6-0 é influenciar públicos ao desenvolver equipes “dentro e fora das suas organizações”³⁶. Para o EI, não há um elemento externo. Há apenas essas forças engajadas no combate em profundidade (a luta contra o que ele considera forças inimigas não engajadas). A realização de um ataque após declarar fidelidade ao EI faz com que o seguidor seja tão integrante do grupo quanto qualquer guerrilheiro lutando no Iraque ou na Síria. Os terroristas ideologicamente motivados executam o combate em profundidade enquanto se consideram infiltrados atrás das linhas inimigas e eles não requerem intenção específica de missão para realizar operações que promovam os objetivos estratégicos³⁷. Esse elemento é tão essencial para a visão do EI quanto qualquer insurgente lutando no Oriente Médio — se não até mais.

Para clarificar, precisamos pensar sobre ataques individuais como a vanguarda do combate em

profundidade do EI, não ações impulsivas de párias erráticos, enquanto guerrilheiros do Oriente Médio em conflito com forças militares representam o combate *aproximado*³⁸. Influenciar esse elemento em profundidade para abalar as *forças inimigas não engajadas* (no caso do EI, isso significa todos os infiéis) — uma missão transmitida claramente pela ideologia da organização — é semelhante às responsabilidades do comandante esboçadas na doutrina do Exército³⁹.

A clareza da intenção é simples para que não haja necessidade de qualquer contato (físico ou por meio de uma cadeia de comando) entre a organização e seus seguidores, para eles buscarem objetivos operacionais e cumprirem a intenção estratégica. Isso torna os termos lobo solitário e autorradicalizado imprecisos porque tais rótulos implicam uma desvinculação ou até uma desassociação do grupo ao qual os jihadistas alegam lealdade. A declaração da *shahada* (declaração islâmica de fé) e fidelidade a al-Baghdadi faz que radicais entrem em um âmbito etéreo onde operam sob um entendimento compartilhado com uma intenção clara. Essa é a abordagem preferida da organização porque ataques contra civis no combate em profundidade atraem mais atenção e mais recrutas do que os engajamentos militares⁴⁰.

Exercer a iniciativa disciplinada. O Exército dos EUA define a iniciativa como a tomada de ação apropriada na ausência de ordens. Nesse contexto, todo o combate em profundidade do EI depende da iniciativa dentro da Intenção do Comandante. Considerando que terroristas ideologicamente orientados não recebem ordens formais, eles operam com base em um entendimento compartilhado de que a falta de tomar a iniciativa, uma vez o *jihad* tenha se tornado uma obrigação individual, pode condenar suas almas ao inferno⁴¹. Os islamistas do combate em profundidade são compelidos a agir por essa característica da sua ideologia que é reforçada por chamadas regulares para ação.

Para o jihadista, a disciplina ao tomar a iniciativa é somente relevante na medida em que permite que um ataque se realize. Os exércitos modernos consideram uma miríade de fatores quando navegam em suas metodologias de planejamento, mas esses fatores não são contribuições para as medidas que avaliam os graus de sucesso ou fracasso das operações de terroristas. Uma exagerada simplicidade e um maior limite para o risco operacional representam mais oportunidade para o emprego de iniciativa.

Aceitar o risco prudente. A prudência talvez seja um fator na fase de planejamento de ataques terroristas, mas a sobrevivência durante a execução não é. Em termos históricos, um mártir islâmico normalmente não acabava com a própria vida. Em vez disso, ele escolhia “colocar-se em uma situação em que seria bem provável que morresse e, assim, não violava a proibição de suicídio no Alcorão”⁴².

A maioria dos jihadistas opera sob a premissa que morrerá durante seu ataque, e por boa razão. Os versículos do Alcorão que glorificam a morte e advertem contra o apego “excessivo à terra” possibilitam a crença de que o falecimento em combate concede maior conforto no “além”⁴³. Os radicais individuais não precisam de comandantes do EI para lhes dar ordens para assumir risco porque isso é exigido por sua ideologia. O risco quase se torna um fator marginal de planejamento quando a taxa de perdas aceitável é 100%. Isso expande exponencialmente a oportunidade e a recompensa operacional, considerando que a “vontade de aceitar o risco prudente é, frequentemente, a chave para expor as fraquezas do inimigo”⁴⁴.

A ideologia do salafi-jihadismo (uma combinação de versículos religiosos, referências históricas e *fatwas*) é, em efeito, uma doutrina de Comando de Missão que incentiva e capacita operações decisivas no combate em profundidade. Os ataques são realizados não por lobos solitários anômalos, mas, na maior parte, por uma matilha de lobos centralizada, com uma mente coletiva. O único princípio em falta é a emissão de ordens de missão, porque a doutrina do EI é a ordem de missão.

Os Sistemas de Comando de Missão

A economia em sistemas de Comando de Missão do EI desempenha um papel significativo na realização de seus objetivos, sem a necessidade de ordens de missão convencionais. Uma força armada precisa administrar um processo delicado de orçamento e de planejamento de longo prazo para obter e manter os recursos necessários para a manutenção adequada dos sistemas de Comando de Missão⁴⁵. Esses sistemas são proporcionados por meio da iniciativa do indivíduo ou célula jihadista sem custo — monetariamente ou de outra forma — ao grupo de comando do EI.

O EI recruta pessoal por meio de redes autônomas e ideologicamente homogêneas que exploram os benefícios de sistemas de informações públicas de emprego



Um vídeo de instrução do Estado Islâmico (EI) intitulado "Explicação de Como Abater Infiéis" retrata um terrorista usando uma balaclava em uma cozinha explicando como fabricar bombas. Subseqüentemente, o vídeo foi removido. (Captura de tela de vídeo do EI no YouTube)

múltiplo, como a mídia social. Nesse sentido, emprego múltiplo significa que o EI pode operacionalizar a ideologia por meio de sistemas de informações públicas acessíveis gratuitamente que não apenas lhe fornecem pessoal, mas, também ajudam-no a manter redes e difundir processos e procedimentos. As células individuais se tornam responsáveis pelas instalações e equipamentos no seu nível, removendo o ônus de comando do EI. Além disso, isso permite que o grupo ressalte, seletivamente, as operações mais efetivas, das quais os chefes se apropriam. Ao tornar o combate em profundidade essencialmente a operação decisiva, o retorno sobre o investimento é significativo, de maneira que o EI pode buscar seus objetivos estratégicos enquanto assume pouco risco e gasta mínimos recursos.

Como demonstrado pelos ataques terroristas nos EUA, os islamistas que atuam no combate em profundidade operam independentemente, sem apoio material dos chefes do EI. Eles não têm ordens de missão, mas suas operações refletem o Comando de Missão do

EI. Eles só precisam de um entendimento compartilhado que permite que eles tomem iniciativa disciplinada dentro da Intenção do Comandante com base na sua própria avaliação dos riscos; todos esses elementos do Comando de Missão são proporcionados pela sua ideologia religiosa⁴⁶.

Mudando o Paradigma

Precisamos refinar a discussão pública sobre o EI. Segundo Ibn Taymiyyah, o estabelecimento de um califado ressalta a distinção entre o domínio do Islã e o dos infiéis, assim tornando ainda mais obrigatório o *jihad* individual em defesa das terras de Deus — particularmente naquelas terras ocupadas pelos infiéis. Nesse contexto, o termo "ocupado" é mais abrangente do que presumido pela convicção geral. Os seguidores do EI acreditam que o mundo pertence a Alá; portanto não são apenas as nações muçulmanas com tropas estrangeiras em seu território que são consideradas ocupadas e em necessidade de liberação, mas também

o mundo inteiro⁴⁷. Ibn Taymiyyah escreveu que todos os humanos eram mandados por Deus a abandonar a descrença, enquanto Sayyid Qutb reforçou a obrigação para emancipar toda a humanidade da impiedade por meio de pregação ou do *jihad*⁴⁸.

Independentemente de quanto seus números diminuam, os salafi-jihadistas continuarão as operações, pelo menos até acreditarem que suas profecias foram refutadas. A sua ideologia insiste que quanto mais feroz a batalha se tornar, mais próximo estarão “do limiar da vitória prometida, assistido pelo Mahdi e Jesus”⁴⁹. Essas crenças têm precedente. Durante a Batalha de Badr, embora sobrepujado vastamente em números por seus inimigos coraixitas, Maomé foi vitorioso no final⁵⁰. Pode-se argumentar que os crentes verdadeiros do EI se tornam mais confiantes quando cercados por exércitos “cruzados”.

A batalha contra o EI é uma guerra de ideias poderosas. Shmuel Bar, um bolsista da Hoover Institution e veterano de Inteligência israelense, articula isso sucintamente:

Essa guerra de ideias é uma guerra religiosa. Se o Ocidente a percebe assim ou não, essa é a forma pela qual ela tem sido definida pelo adversário. ... o terrorismo islâmico encontra legitimidade e justificativa nos costumes e pensamento legal islâmicos e qualquer tentativa de lidar com ele se-parado da sua fonte intelectual, cultural, religiosa e legal será em vão⁵¹.

A tendência de tentar validar as credenciais dos terroristas ao vinculá-los a figuras humanas no Oriente Médio por meio de telefonemas ou e-mails após um incidente reflete uma má compreensão da sua inspiração ideológica. Ainda mais enigmático é o alívio presumivelmente associado com a falha de descobrir tais vínculos, como se as implicações do ataque fossem, de alguma forma, reduzidas desde que não exista nenhum contato direto.

Considere, por exemplo, os ataques em Orlando e em San Bernardino. As conferências de imprensa e jornais ficaram rapidamente inundados com garantias que não havia uma indicação de que o EI “treinou ou instruiu” os atiradores, apesar de eles terem prometido fidelidade ao grupo e tomado ação de acordo com a sua ideologia⁵². Esses ataques mostram que pessoas sem vínculos formais aos grupos terroristas estrangeiros

tomam iniciativa para realizar os objetivos desses grupos. Qual, então, seria o benefício dos chefes do EI em aceitar o risco de estabelecer conexões formais e rastreáveis se eles podem realizar seus objetivos sem fazer isso? Não estamos lutando contra um inimigo incoerente e desconexo; atacantes aparentemente independentes estão, de fato, realizando a missão do EI apesar de não receberem ordens específicas.

Não obstante, o desejo de conectar ataques a pessoas físicas é compreensível, na medida que isso reduz os métodos e meios pelos quais o Estado pode buscar soluções. Se um único alvo físico assumir responsabilidade pelo ataque, a eliminação desse alvo cria a ilusão temporária de uma solução, mas o problema persistirá⁵³.

Em vez de promover educação em relação às diferenças entre jihadistas e a grande maioria de muçulmanos praticantes, alguns negam que há uma conexão entre o terrorismo islâmico e o Islã⁵⁴. Isso é errôneo e contraproducente. Negar as conexões claras do terrorismo islâmico ao islamismo feudal produz a própria complacência que essa negação espera desestimular ao garantir que a ideologia de nossos inimigos permaneça esotérica. Restringir essa ideologia aos cantinhos escuros do discurso público faz com que seja muito mais fácil para o público canalizar improdutivamente sua ira pela sequência de ataques terroristas para o que muitos percebem como o alvo maior e mais visível: a religião muçulmana como um todo. Consequentemente, a falha de expor as complexidades da ideologia salafista e debater suas legitimidades ou falta delas na esfera pública pode levar a mais dilemas provenientes da desinformação; isso não irá reduzi-las.

Os seguidores do EI contam com uma convicção compartilhada que, como seus heróis que os precederam, chefes muçulmanos apóstatas irão marcá-los como “não islâmicos” e persegui-los pela sua piedade. Por exemplo, o pai do hanbalismo, Imame Ibn Hanbal, foi aprisionado por seu extremismo, como foram Ibn Taymiyyah e Sayyid Qutb muitas gerações depois⁵⁵. Consequentemente, quanto maior a resistência que os jihadistas enfrentam do Islã populista, mais coesos podem se tornar no seu sentido de retidão. Isso só reforçaria as lentes binárias pelas quais os jihadistas veem o mundo e, nos seus olhos, legitimaria mais a seleção indiscriminada de Estados-nação impuros e dos cidadãos que os habitam como alvos.

Conclusões e Recomendações

Uma conclusão significativa obtida desse estudo é a necessidade de um afastamento da crença de que ataques terroristas com unidade de esforço precisam ser definidos como o produto de ordens de missão estabelecidos pelo comando. O termo lobo solitário é um erro que deve ser descartado porque minimiza o significado de tais ataques. O EI é capaz e determinado a vincular arte operacional a objetivos estratégicos por meio de um método de Comando de Missão ideológico que ressalta o combate em profundidade. Em vez disso, devemos simplesmente chamá-los jihadistas ou terroristas islâmicos.

As conversações envolvendo o centro de gravidade ideológico do EI, às vezes, terminam em uma pergunta: Como se pode derrotar uma ideia? A resposta é encontrada em um processo de visível repúdio a suas profecias por meio de ação pública.

Os ataques ideologicamente motivados são exemplos da arte operacional caminhando para realizar a meta estratégica do EI de atrair o Ocidente para uma confrontação final onde, supostamente, o califado triunfará sobre um “exército cruzado” em Dabiq. A destruição do EI em Dabiq pode oferecer uma janela de

oportunidade porque ela não apenas anulará as forças do combate aproximado do EI, mas também desacreditará a ideologia que reforça as ações de seu elemento em profundidade incumbido com a missão de “ruptura” das forças inimigas supostamente não engajadas no Ocidente. Desacreditar essa ideologia irá isolá-la e estabelecer linhas claras de divisão entre a população muçulmana global e os extremistas entre eles. Isso também, vai “fixar” a ideologia visada, fazendo que seja mais vulnerável a ataques de operações de informações e de iniciativas de reforma.

Antes de podermos reduzir os benefícios do entendimento compartilhado do EI, precisaremos desenvolver primeiro um entendimento compartilhado de suas operações em profundidade. Durante depoimento perante o Comitê de Inteligência da Câmara dos Deputados sobre a ameaça do EI, em 2014, Mattis priorizou claramente: “A estratégia robusta e coerente para despedaçar os planos do inimigo precisa começar com nossa compreensão de sua visão mundial irreconciliável”⁵⁶. Entender como o Comando de Missão do EI mobiliza o combate em profundidade ao conectar a arte operacional aos objetivos estratégicos é um passo na direção certa. ■

Referências

Epígrafe. Alcorão 9:5. O At Taubah é o nono capítulo do Alcorão.

1. Por todo esse estudo, os ataques ideologicamente motivados do Estado Islâmico (EI) são representados como a vanguarda de um combate em profundidade que visa forças inimigas não engajadas, como descrito na Army Doctrine Reference Publication (ADRP) 3-0, *Unified Land Operations* (Washington, DC: U.S. Government Publishing Office [GPO], May 2012 [já revogada; substituída em novembro de 2016 pela ADRP 3-0, *Operations*]), p. 1-11.

2. Os termos EI e Daesh podem ser usados como equivalentes.

3. Numerosos estudos sugerem que a assimilação de uma filosofia de Comando de Missão ajudará a satisfazer a crescente exigência por “iniciativa descentralizada” de nossos líderes. O ambiente, em grande parte, não convencional em que nossas forças têm operado ao longo dos últimos 15 anos tem ressaltado a necessidade (e às vezes, a deficiência) de genialidade criativa dentro de nossas fileiras, segundo Curtis D. Taylor, *Breaking the Bathsheba Syndrome: Building a Performance Evaluation System that Promotes Mission Command* (Carlisle Barracks, PA: U.S. Army War College Press, 2015), p. 3. Além disso, o Gen Ex Martin E. Dempsey reforça

a crescente necessidade de comandantes que possuam superior “criatividade, adaptabilidade, pensamento crítico e capacidade de tomada de decisão independente e rápida”, em Dempsey, “Mission Command” (white paper, Joint Chiefs of Staff, 3 Apr. 2012), p. 6, acesso em: 18 jul. 2017, <http://www.jcs.mil/Portals/36/Documents/Publications/missioncommandwhitepaper2012.pdf>.

4. Army Doctrine Publication (ADP) 6-0, *Mission Command* (Washington, DC: U.S. GPO, May 2012), p. ii.

5. Shmuel Bar, *Warrant for Terror: Fatwas of Radical Islam and the Duty to Jihad* (Oxford, UK: Rowman & Littlefield, 2006), p. 49–55. Numerosas *fatwas* por todo a História do Islã justificam a seleção de civis e outros muçulmanos como alvos durante a guerra, sob certas condições.

6. Mona Hassan, “Modern Interpretations and Misinterpretations of a Medieval Scholar: Apprehending the Political Thought of Ibn Taymiyya,” in *Studies in Islamic Philosophy: Ibn Taymiyya and his Times*, eds. S. Nomanul Haq, Yossef Rapoport e Shahab Ahmed (Oxford, UK: Oxford University Press, 2010), p. 355–56.

7. “Hillary Clinton on Tackling Self-Radicalization: ‘We Need to Get to Work,’” transcrição da National Public Radio, 13 Jun. 2016, acesso em: 18 jul. 2017, <http://www.npr.org/2016/06/13/481860102/>

[hillary-clinton-on-tackling-self-radicalization-we-need-to-get-to-work](#). Esta entrevista na National Public Radio ocorreu logo após o ataque na boate em Orlando, onde 49 pessoas morreram.

8. ADP 3-0, *Operations* (Washington, DC: U.S. GPO, November 2016), p. 4.

9. Patrick Sookhdeo, *Unmasking Islamic State: Revealing their Motivation, Theology and End Time Predictions* (McLean, VA: Isaac Publishing, 2015), p. 46–48.

10. "The Return of the Khilafah," *Dabiq* 1, Ramadan 1435 (July 2014), p. 1, acesso em: 27 jul. 2017, <http://media.clarionproject.org/files/09-14/isis-isil-islamic-state-magazine-issue-1-the-return-of-khilafah.pdf>. Esta citação aparece na primeira página de todas as edições.

11. Sookhdeo, *Unmasking Islamic State*, p. 18–20. Os chefes do EI acreditam que não há uma separação entre a religião e o Estado, porque a *shari'ah* é o caminho para uma existência humana utópica.

12. Sheikh Abdullah Yusuf Azzam, "Defence of the Muslim Lands: The First Obligation after Iman," acesso em: 28 jul. 2017, <http://johnclamoreaux.org/smu/islam-west/s/azzam-def.pdf>.

13. Sebastian Gorka, "The Enemy Threat Doctrine of Al Qaeda: Taking the War to the Heart of our Foe," in *Fighting the Ideological War: Winning Strategies from Communism to Islamism*, eds. Katharine Cornell Gorka e Patrick Sookhdeo (McLean, VA: Isaac Publishing, 2012), p. 199–200.

14. Shiraz Maher, *Salafi-Jihadism: The History of an Idea* (Oxford, UK: Oxford University Press, 2016), p. 41–42.

15. John Lewis Gaddis, *Surprise, Security, and the American Experience* (Cambridge, MA: Harvard University Press, 2003), p. 69–80. O argumento pode ser que todo terrorismo é estratégico para essa finalidade. Os piores ataques são geralmente aqueles considerados inimigáveis antes de ocorrerem.

16. Depoimento por James Mattis (Corpo de Fuzileiros Navais, Reserva Remunerada, ex-Comandante do Comando Central dos EUA), *Hearings on the Threat Posed by the Islamic State of Iraq and the Levant (ISIL), al-Qa'ida, and other Islamic Extremists, Before the House Permanent Select Committee on Intelligence*, 113º Congresso (18 Sep. 2014), acesso em: 19 jul. 2017, <http://intelligence.house.gov/sites/intelligence.house.gov/files/documents/mattistestimony09182014.pdf>.

17. ADP 6-0, *Mission Command*, p. 2–3.

18. Dempsey, "Mission Command" white paper, p. 6. Talvez não haja uma descrição mais adequada de como a confiança mútua do EI conduz a Intenção do Comandante: ao permitir que muitos ajam como um todo.

19. Para mais sobre isso, veja Jonathan P. Berkey, *The Formation of Islam: Religion and Society in the Near East, 600-1800* (Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2003); Roel Meijer, ed., *Global Salafism: Islam's New Religious Movement* (New York: Columbia University Press, 2009).

20. Scott Helfstein, *Edges of Radicalization: Ideas, Individuals and Networks in Violent Extremism* (West Point, NY: The Combating Terrorism Center at West Point, 2012), p. 21. As quatro fase da radicalização: consciência, interesse, aceitação e implementação.

21. ADP 6-0, *Mission Command*, p. 3.

22. Martin Lings, *Muhammad: His Life Based on the Earliest Sources* (Rochester, VT: Inner Traditions, 2006), p. 193, 317–20.

23. Sookhdeo, *Unmasking Islamic State*, p. 18–27, 37–60.

24. Patricia Crone, *God's Rule: Six Centuries of Medieval Islamic Political Thought* (New York: Columbia University Press, 2004), p.

302. O Califa al-Qadir (991-1031) frequentemente decapitava aqueles que tinham blasfemado contra o Profeta ou os primeiros califas (*Rashidun*).

25. *Ibid.*, p. 391.

26. Berkey, *Formation of Islam*, p. 71–102.

27. A *shahada* declara isso explicitamente, da mesma forma que muitos *ahadith* e numerosas diatribes em todas as edições da *Dabiq*. Além disso, isso é exprimido liberalmente na propagando do EI; veja "The Kafir's Blood," *Rumiyah* 1 (2016), p. 34, acesso em: 19 jul. 2017, <https://azelin.files.wordpress.com/2016/09/rome-magazine-1.pdf>.

28. Meijer, *Global Salafism*, p. xi, xiv. *Kafir*: infiéis. *Taghut*: tiranos (geralmente em referência aos líderes muçulmanos moderados).

29. Sayyid Qutb, *Milestones* (New Delhi: Islamic Publications Ltd., 2002). *Dar-al-harb*, Casa de Guerra (Os EUA e territórios ocidentais) e *dar-al-islam*, a Casa do Islã. Sayyid Qutb frequentemente emprega esses termos em suas obras.

30. ADP 6-0, *Mission Command*, p. 3.

31. O judaísmo é representado como uma encarnação do anticristo em certos folclores islâmicos, tal como o "Hadith Longo" de Ibn Hanbal. David J. Halperin, "The Ibn Sayyad Traditions and the Legend of Al-Dajjal," *Journal of the American Oriental Society* 96, no. 2, (April-June 1976): p. 213–25, acesso em: 19 jul. 2017, <http://www.jstor.org/stable/599824>; veja também Lizzie Dearden, "ISIS Calls on Supporters to Wage 'All-out war' on West during Ramadan with New Terror Attacks," *The Independent*, 26 May 2017, acesso em: 28 jul. 2017, <http://www.independent.co.uk/news/world/middle-east/isis-ramadan-2017-all-out-war-west-new-terror-attacks-manchester-suicide-bombing-islamic-state-a7758121.html>.

32. "The Kafir's Blood," p. 36.

33. Maher, *Salafi-Jihadism*, p. 31–39.

34. Gorka, "Enemy Threat Doctrine," p. 199–200.

35. Maher, *Salafi-Jihadism*, p. 39–40.

36. ADP 6-0, *Mission Command*, p. 10.

37. "The Murtadd Brotherhood," *Dabiq* 14 (2016), p. 17.

38. ADP 3-0, *Operations*, p. 10. O combate em profundidade envolve "esforços para prevenir que as forças inimigas não engajadas sejam empregadas de uma maneira coerente". Para o EI, cada homem, mulher e criança morando fora da *sharia* são forças inimigas não engajadas. As operações *aproximadas* envolvem "operações que estão dentro da área de operações de um comandante subordinado".

39. "The Kafir's Blood," p. 35; IS, "The Murtadd Brotherhood," p. 17.

40. "The Murtadd Brotherhood," p. 17. O EI avisa seus seguidores no exterior a ficarem dentro do seu país de residência e ataquem civis "atrás das linhas inimigas" se não podem fazer a *hégira* para a Síria. Os ataques já não moldam as operações.

41. Bar, *Warrant for Terror*, p. 36–37.

42. *Ibid.*, p. 60.

43. *Ibid.*, p. 59–60. [O texto se refere ao seguinte versículo do Alcorão (extraído da tradução de Samir El Hayek, disponível on-line): "Ó fiéis, que sucedeu quando vos foi dito para partirdes para o combate pela causa de Deus, e vós ficastes apegados à terra? Acaso, preferíeis a vida terrena à outra? Que ínfimos são os gozos deste mundo, comparados com os do outro!" At Taubah 9:38 — N. do T.]

44. ADP 6-0, *Mission Command*, p. 5.

45. *Ibid.*, p. 11-12. Os cinco sistemas de Comando de Missão são pessoal; redes; sistemas de informações; processos e procedimentos; e instalações e equipamentos.

46. "The Kafir's Blood," p. 34-36.

47. Bar, *Warrant for Terror*, p. 18-19. Veja também Qutb, *Milestones*. Qutb acreditava que pessoas nascem em um estado de consciência onde o Islã é a verdade. Consequentemente, aqueles que deixam de aceitar essa verdade permanecem intencionalmente confinados em uma prisão espiritual, da qual precisam ser "liberados".

48. Para a declaração de Ibn Taymiyyah, veja Livnat Holtzman, "Human Choice, Divine Guidance and the Fitra Tradition: The Use of Hadith in Theological Treatises by Ibn Taymiyya and Ibn Qayyim al-Jawziyya," in *Studies in Islamism: Ibn Taymiyya and His Times*, eds. S. Nomanul Haq, Yossef Rapoport e Shahab Ahmen (Oxford, UK: Oxford University Press, 2010), p. 177; para a declaração de Qutb, veja Qutb, *Milestones* (1964), p. 20-21.

49. Sookhdeo, *Unmasking Islamic State*, p. 50. Isso é uma

referência à batalha final entre o *mujahid* e os cruzados em Dabiq, que desencadeia a chegada do *Mahdi* (o Messias profetizado) e a destruição de *al-Dajjal* por Jesus.

50. Lings, *Muhammad*, p. 149-56.

51. Bar, *Warrant for Terror*, p. 113.

52. Lizette Alvarez e Richard Perez-Pena, "Orlando Gunman Attacks Gay Nightclub, Leaving 50 Dead," *New York Times* online, 12 Jun. 2016, acesso em: 17 jul. 2017, <https://mobile.nytimes.com/2016/06/13/us/orlando-nightclub-shooting.html>.

53. A morte de Osama bin Laden é um exemplo. A sua morte, por si só, não podia conter a difusão de sua ideologia.

54. Phillip Swarts, "CIA Director Echoes Obama: Islamic State is not Islamic," *Washington Times*, 14 Mar. 2015, acesso em: 28 jul. 17, <http://www.washingtontimes.com/news/2015/mar/14/john-brennan-cia-director-backs-obama-islamic-stat/>.

55. Maher, *Salafi-Jihadism*, p. 31-32.

56. Mattis, *Hearings on the Threat Posed by the Islamic State of Iraq and the Levant*.



Militares em carros de combate *M1A2 Abrams* de 68 toneladas e viaturas de combate de infantaria *M2A3 Bradley* de 27 toneladas atravessam ponte flutuante sobre o Rio Imjin, perto de Seul, Coreia do Sul, 08 Abr 16. O Rio Imjin é o sétimo maior rio na Coreia, fluindo da Coreia do Norte para a Coreia do Sul através da Zona Desmilitarizada. Integrantes da 1ª Divisão de Cavalaria do Exército dos EUA atravessaram a ponte montada pela 6ª Brigada de Engenharia do Exército da Coreia do Sul como parte de um adiestramento em transposição de rio, com quatro dias de duração. (Foto do Sgt Christopher Dennis, Exército dos EUA)

A Política em Relação à Coreia do Norte

Um Regime Transformado

Cel James M. Minnich, Exército dos EUA

A desnuclearização da Coreia do Norte é um objetivo inalcançado da política dos Estados Unidos da América (EUA) e da Coreia do Sul há 25 anos. Equívocos, arrogância e sofismas

atravancaram abordagens anteriores para prevenir que a Coreia do Norte obtivesse armas nucleares, mas eles não precisam servir de prenúncio para o atual rumo da política em relação ao país. Muitas oportunidades

foram perdidas, mas não é tarde demais para eliminar, de maneira pacífica, o crescente arsenal nuclear de Pyongyang. A desnuclearização da Coreia do Norte ocorrerá como efeito colateral de uma bem-sucedida política de engajamento, e não como seu único objetivo. A solução para a Coreia do Norte de que se precisa não é a mudança de regime, e sim uma política de *regime transformado*. Tal política a transformará a partir de dentro, por meio de engajamentos determinados vindos de fora, e exigirá uma garantia de segurança, sob quaisquer condições, de toda a península coreana, tanto Coreia do Norte quanto Coreia do Sul. Uma política eficaz de regime transformado buscará objetivos paralelos, incluindo a segurança, a normalização das relações, a prosperidade baseada na cooperação e substituições por fontes alternativas de energia, ao mesmo tempo que delimitará ambições exageradas de sanar todos os males de uma só vez.

Uma Política de Regime Transformado

Washington, Pyongyang e Seul são as únicas três partes relevantes para um futuro acordo. Beijing, Tóquio, Moscou e outros interessados serão beneficiários, e quiçá beneficiadores, de um futuro acordo, mas prejudicarão e diluirão potenciais processos com posturas paroquiais. O objetivo de uma política de regime transformado é o estabelecimento de condições que incentivem Seul e Pyongyang a buscar um acordo que lhes possibilite coexistir de maneira pacífica. O foco de Pyongyang na segurança nacional não é algo inédito. A segurança é a prioridade central de todos os países, e todos os demais interesses ficam em um distante segundo lugar em importância. Joseph Nye, Ph.D., evocou, talvez, a analogia perfeita ao afirmar: “A segurança é como o oxigênio: não se costuma notá-lo até que se comece a perdê-lo, mas quando isso ocorre, não se consegue pensar em mais nada”¹.

Segurança. Temores quanto à segurança nacional alimentam a hostilidade entre Washington, Seul e Pyongyang, prejudicando a perspectiva de negociações produtivas. Para começar um processo de negociação sustentável e de alcance abrangente, Pyongyang precisa concordar com a suspensão provisória de seus programas de armas nucleares e mísseis de longo alcance; paralelamente, Washington e Seul precisam anuir em uma suspensão ou delimitação (dimensão, duração

e propósito) provisória de seus exercícios militares combinados semestrais — o *Key Resolve/Foal Eagle* no primeiro semestre e o *Ulchi Freedom Guardian* no segundo. Essas medidas iniciais devem persuadir as partes relevantes a retornar à mesa de negociação. A Coreia do Norte suspendeu suas atividades nucleares e lançamentos de mísseis confiavelmente em três ocasiões. Com incentivos genuínos de segurança, é provável que ela assumira mais uma vez esse compromisso. Pyongyang associa a posse de um comprovado arsenal de armas nucleares à sua segurança nacional e à sobrevivência do regime. Portanto, é fantasioso acreditar que a Coreia do Norte possa ser induzida a eliminar e abandonar, irrevogavelmente, seus armamentos estratégicos sem que haja um ambiente de segurança estável onde ela coexista amigavelmente com os EUA e com a Coreia do Sul. Esse propósito não só é possível, como tem sido buscado pelo governo norte-coreano, servindo de base para todos os quatro acordos de desnuclearização que foram elaborados. Assim como aconteceu com Seul, Pyongyang pode ser persuadida a abandonar seu programa de armas nucleares, mas não enquanto perceber uma ameaça existencial.

Normalização das relações. A normalização das relações políticas e econômicas tem sido um elemento central, bem como difícil de obter, nos acordos anteriores com a Coreia do Norte. Há muito que ela tem sido rejeitada em suas tentativas de normalizar as relações com a Coreia do Sul, Japão e EUA. A normalização começa com o estabelecimento imediato e mútuo de escritórios de ligação nas capitais para implementar protocolos de acordos e se dissemina com o fortalecimento de relações mediante a revogação de sanções, a ampliação do comércio, a reunificação de famílias, a repatriação de restos mortais, a abertura do turismo e o intercâmbio cultural, educacional e esportivo. Entretanto, se Pyongyang for continuamente impedida de estabelecer relacionamentos com a comunidade mais ampla das nações, efetuar a transformação positiva da Coreia do Norte será uma tarefa extraordinariamente árdua.

Prosperidade baseada na cooperação. O desenvolvimento da prosperidade baseada na cooperação com a Coreia do Norte dá sentido a um estabelecimento de relações econômicas. Além disso, acentua o comércio e a prosperidade baseados em princípios mediante a ampliação de oportunidades de negócios com outros

atores além da China, aos mesmo tempo que confere a Pyongyang alternativas sólidas à exportação de armas, mercadorias falsificadas, atividades ilícitas e tecnologia e *expertise* em dispositivos nucleares e mísseis. Seul e Pyongyang poderiam reabrir, de maneira cooperativa, o Complexo Industrial de Kaesong, uma zona econômica intercoreana que abrigava 125 empresas sul-coreanas, as quais empregavam 53 mil operários norte-coreanos. Poderiam, então, expandir o complexo para a previsão inicial de 1.500 companhias e 350 mil funcionários norte-coreanos². As zonas econômicas da Coreia do Norte oferecem maiores oportunidades para expandir o comércio internacional, da mesma forma que sua abundante indústria de mineração. Conforme a Coreia do Norte garante a segurança de visitantes, Seul e Washington poderiam suspender as restrições que impedem seus cidadãos de visitar a popular área turística do Monte Kumgang, com a probabilidade de abrir, também, outras áreas para o turismo.

Substituições por fontes alternativas de energia.

A capacidade demonstrada de Pyongyang para produzir materiais físséis de reatores nucleares e instalações de enriquecimento de urânio motivará um acordo voltado a proibir seu uso de energia nuclear para fins pacíficos. Entretanto, é improvável que a Coreia do Norte renuncie permanentemente à energia nuclear, e quaisquer tentativas de exigir uma substituição permanente de energia serão fortemente rejeitadas com base no princípio de soberania. Washington não precisa do repúdio permanente da Coreia do Norte, mas exigirá uma firme suspensão da energia nuclear até que se gere confiança suficiente para permitir que ela possua reatores nucleares e instalações de enriquecimento de urânio e de fabricação de combustível sem a preocupação de que haja desvios para um programa de armas nucleares. Pyongyang terá de ser desacostumada a empregar a energia nuclear mediante ofertas generosas de efetuar reparos em suas redes elétricas e melhorar sua produção de energia a carvão e hidrelétrica. O estabelecimento de uma parceria em fontes alternativas de energia proporcionará oportunidades significativas de colaboração com a Coreia do Norte, oportunidades essas que devem ser aproveitadas.

Delimitação de interesses concorrentes. A Coreia do Norte está repleta de problemas, e todos os acordos de desnuclearização anteriores fracassaram por tentarem corrigir todos eles. Futuros acordos deverão

delimitar interesses concorrentes que priorizem políticas voltadas a abusos dos direitos humanos, capacidades militares assimétricas, estruturas de força convencionais, terrorismo, atividades ilícitas, sequestros, etc. A maioria deles se corrigirá automaticamente com o tempo mediante uma política de regime transformado. Insistir em fazer Pyongyang pagar por seus erros passados é uma opção que impossibilita a oportunidade de se criar um futuro diferente.

Washington e Seul precisarão desassociar o programa de satélites de Pyongyang de seu programa de mísseis de longo alcance e abordar, explicitamente, sua busca soberana e legítima de um programa de satélites espaciais em um futuro acordo. Nenhum outro país sofre sanções por lançar satélites em órbita, incluindo Índia, Irã e Israel; Pyongyang não aceitará ser a exceção mundial. Pyongyang concordou, repetidas vezes, em abster-se de lançar seus próprios satélites em prol de delegar essa tarefa a outra parte. Essa oferta, ou alguma outra medida aceitável, deve ser seriamente considerada.

Armas Nucleares e Mísseis

Em setembro de 2016, a Coreia do Norte conduziu, com sucesso, seu quinto teste subterrâneo de armas nucleares. Atualmente, Pyongyang tem mais de 30 ogivas nucleares, mas sua capacidade para fabricar

O Cel James M. Minnich, do Exército dos EUA, é vice-reitor e professor militar sênior no Asia-Pacific Center for Security Studies, em Honolulu, no Havaí. Formou-se com distinção em estudos de pós-graduação na Korean National Defense University, em Seul, na Coreia do Sul. Atualmente, cursa o doutorado na University of Southern California. Tem títulos de mestrado pela Harvard University, em Cambridge, Massachusetts, e pelo U.S. Army Command and General Staff College, em Fort Leavenworth, Kansas, e um diploma de estudos do idioma coreano pela Sogang University, em Seul. Serve, atualmente, em sua 11ª missão no exterior, tendo um total de 15 anos de serviço militar na Coreia desde 1982. A partir de agosto de 2013, serviu durante três anos na Coreia como Secretário da Comissão Militar de Armistício do Comando das Nações Unidas, responsável pelas negociações e supervisão do armistício. Publicou diversos livros, artigos e *podcasts* sobre a Coreia do Norte e Coreia do Sul.

urânio-235 amplia seus estoques de ogivas a uma taxa de duas por ano. Essa taxa de crescimento aumenta, da mesma forma que seu poderoso arsenal de mísseis balísticos. O Exército Popular da Coreia do Norte (EPC) tem cerca de 600 mísseis balísticos de curto alcance (*short-range ballistic missile — SRBM*) de base móvel, capazes de atingir todas as regiões da Coreia do Sul. Conta com três variantes que usam combustível líquido: *Hwasong (HS)-5/SCUD-B*, *HS-6/SCUD-C* e *HS-7/SCUD-D* e *SCUD-ER*; e uma de combustível sólido, *Toksa/KN-02*. Seu arsenal inclui cerca de 200 mísseis balísticos de médio alcance (*medium range ballistic missile — MRBM*), com duas variantes de base móvel, capazes de atingir o Japão: o *Nodong* usa combustível líquido e o *Pukuksong-2/KN-15*, combustível sólido. O EPC tem cerca de 50 variantes de mísseis balísticos de alcance intermediário (*intermediate range ballistic missiles — IRBM*) de base móvel capazes de atingir o Guam: o *Musudan* usa combustível líquido, e o *HS-12/KN-17*, combustível sólido. Tem, ainda, mísseis balísticos intercontinentais (*intercontinental ballistic missiles — ICBM*) de base móvel e combustível líquido capazes de alcançar Chicago (*HS-14/KN-20* e *HS-13/KN-08*), mas nenhuma das duas variantes foi acionada operacionalmente.

Em 2016, o EPC testou, com sucesso, o *Pukuksong-1/KN-11*, um míssil balístico lançado de submarino (SLBM) com um alcance estimado de 2 mil quilômetros; entretanto, esse sistema ainda não foi operacionalizado. Há 18 meses, o programa de mísseis balísticos do EPC só havia testado, com sucesso, seus mísseis balísticos de curto alcance e *Nodongs*. Desde então, já testou, com sucesso, seus SLBM, IRBM e ICBM. O teste de SLBM em 24 Ago 16 e seus testes de MRBM/KN-15 em 12 Fev 17 e 21 Mai 17 demonstraram os motores de combustível sólido do EPC e um crescente arsenal nuclear para ataques de represália, composto de plataformas de base marítima e base terrestre móvel. O êxito no lançamento de dois IRBM *Musudan* em 22 Jun 16 colocou Guam dentro do alcance norte-coreano pela primeira vez, e os lançamentos de ICBM em 04 Jul 17 e 28 Jul 17 estenderam seu alcance à maior parte do território continental dos EUA. Esses avanços na tecnologia de mísseis balísticos são, de longe, mais preocupantes que o previsto sexto teste de uma arma nuclear pela Coreia do Norte³.

Riscos em Abundância

Preocupantemente, há muito em risco por causa da busca de armas nucleares por Pyongyang. Os principais riscos consistem em ataques nucleares, guerras preventivas, escalada de conflitos, deterioração das relações, persistente crise humanitária, proliferação de tecnologia e armas nucleares e o enfraquecimento do Tratado de Não Proliferação Nuclear (TNP)⁴. Embora a Coreia do Norte não esteja buscando uma capacidade de primeiro ataque, é difícil imaginar que ela se abstenha de empregar armas nucleares diante de uma instabilidade provocada por fontes externas que represente uma ameaça existencial à sua segurança nacional ou à sobrevivência do regime. Algo preocupante é que Pyongyang poderia concluir que há ameaças existenciais com base em uma impressão infundada da iminência de ataques, o que serve de advertência com respeito a guerras de palavras hiperbólicas.

A ação preventiva não é sinônima de ação antecipada (preemptiva). A guerra preventiva está fundamentada na premissa de atacar primeiro com base na expectativa de que um adversário inicie um futuro conflito. Entretanto, não há legitimidade legal ou moral em uma guerra preventiva. Isso foi evidenciado, após a Segunda Guerra Mundial, pelo esforço liderado pelos EUA, que julgou e condenou a Alemanha nazista e o Japão imperial por seus ataques preventivos contra países vizinhos. O escritor norte-americano Philip K. Dick abordou o tema do “pré-crime” no conto “The Minority Report” (“A Nova Lei”, no Brasil), em 1956, em que agentes da segurança pública eliminavam pessoas que iam cometer crimes no futuro⁵.

A invasão do Iraque em março de 2003 é um exemplo moderno de guerra preventiva. Seus defensores fundiram, equivocadamente, a Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas (RCSNU) 1441, que advertia o Iraque sobre “graves consequências”, com a autorização de “emprego de força” constante do capítulo VII da Carta das Nações Unidas⁶. Em uma entrevista concedida à emissora BBC World Services em 14 Set 04, o então Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), Kofi Annan, condenou a invasão do Iraque liderada pelos EUA como sendo ilegal e uma violação da Carta das Nações Unidas⁷. Os interessados na prevenção sustentam que os ataques preventivos podem prevenir que um adversário tome medidas militares. O oposto também se aplica.



Siegfried Hecker, físico da Stanford University, examina equipamentos utilizados para a usinagem de varetas de combustível de urânio na instalação de fabricação de combustível no Centro de Pesquisa Científica Nuclear de Yongbyon, na Coreia do Norte, 13 Fev 08. (Foto de W. Keith Luse)

Os ataques preventivos podem provocar o emprego da força militar por um adversário e, no caso da Coreia do Norte, não há nenhuma vantagem em incitar um ataque norte-coreano contra a região. Esse tipo de escalada de conflito pode e deve ser evitado. No evento Aspen Security Forum, realizado em julho de 2017, o Chefe da Junta de Chefes de Estado-Maior dos EUA, Gen Joseph Dunford, observou que, em relação à Coreia do Norte, uma opção militar seria algo aterrorador, em uma escala não vista desde a Segunda Guerra Mundial⁸. Isso dá o que pensar, considerando a devastação da Guerra da Coreia nos anos 50, com cerca de 4 milhões de baixas⁹.

As relações na região têm se deteriorado sob o fardo da crise nuclear norte-coreana. As relações dos EUA com a China vêm piorando continuamente com a possibilidade de uma guerra com a Coreia do Norte, o posicionamento avançado do sistema de defesa antimísseis balísticos conhecido como *Terminal High Altitude*

Area Defense (THAAD, na sigla em inglês), sanções secundárias contra a China e a pressão para que ela reprima as ações de Pyongyang. Esse fardo é igualmente prejudicial às relações entre os EUA e a Coreia do Sul e entre a Coreia do Sul e a China. A confiança foi uma das primeiras perdas provocadas pelo fracasso dos acordos entre Pyongyang, Seul e Washington. Por mais irrelevante que ela possa parecer, a confiança é essencial nas negociações internacionais e será fundamental para um futuro acordo com a Coreia do Norte. Assim, é preciso ter cuidado para não complicar, desnecessariamente, as futuras relações com aquele país.

O sofrimento humano na Coreia do Norte vai além de injustiças, execuções extrajudiciais e campos de prisioneiros. Situações nocivas e difundidas são

a insegurança alimentar para três quartos da população, a desnutrição entre um terço das crianças e a escassez de água limpa em um quarto das casas. Doenças contagiosas como tuberculose, malária e hepatite B são endêmicas. A condição humana na Coreia do Norte é um efeito do isolamento de Pyongyang no nordeste da Ásia.

Não havendo opções significativas de comércio, Pyongyang poderá recorrer à expansão de suas exportações de armas militares conforme ampliar seus crescentes programas de armas nucleares e mísseis balísticos, estoques de armamentos e *know-how*. Esse é um grave e crescente risco, após a aprovação, em 05 Ago 17, da RCSNU 2371, que proíbe exportações legítimas de carvão, ferro/minério de ferro, chumbo/minério de chumbo e frutos do mar por Pyongyang e todos os novos empreendimentos conjuntos ou entidades comerciais cooperativas da Coreia do Norte, além de impedir que outros países contratem operários norte-coreanos¹⁰. A proliferação criminosa de armas nucleares e tecnologias relacionadas não é a única preocupação, conforme evidenciado pelo debate nacional na Coreia do Sul sobre a possibilidade de desenvolver suas próprias armas nucleares e pelas discussões internacionais mais amplas que pressagiam um Japão e uma Coreia do Sul providos de armas nucleares. Para se encaminharem, legalmente, rumo à obtenção de armas nucleares, Tóquio e Seul teriam de seguir o exemplo de Pyongyang, retirando-se, primeiro do TNP. Segundo o ex-Secretário de Defesa dos EUA William Perry, a declaração de retirada da Coreia do Norte do tratado por Kim Il Sung, em 1993, foi tão perturbadora que os EUA chegaram a cogitar um ataque militar preventivo contra as instalações de pesquisa nuclear de Yongbyon naquele país¹¹. Em vigor desde 1970, o TNP é um tratado internacional que visa a prevenir a proliferação de armas e tecnologias de armas nucleares ao mesmo tempo que promove o uso cooperativo e pacífico da energia nuclear. Somente cinco signatários do TNP, os membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), estão autorizados a possuir armas nucleares: EUA, Rússia, Reino Unido, França e China. Todos os demais 191 signatários estão proibidos de possuí-las. Quatro não signatários também têm armas nucleares: Israel, Índia, Paquistão e Coreia do Norte. O TNP tem suas falhas, mas o caminho da proliferação é nocivo à segurança mundial.

25 Anos de Insucesso da Política de Desnuclearização

As abordagens políticas para desnuclearizar a Coreia do Norte começaram, realmente, em 1991, mas o sucesso tem se mostrado difícil de alcançar. Apesar de quatro acordos separados de desnuclearização pelos 15 chefes de Estado que governaram ou hoje governam os EUA, Coreia do Sul e Coreia do Norte, Pyongyang desenvolveu armas nucleares capazes, atualmente, de atingir o território continental norte-americano. É a ameaça de um ataque nuclear contra os EUA e suas forças no exterior que motiva o país a eliminar a capacidade em armas nucleares da Coreia do Norte. É o medo que a Coreia do Norte tem de um ataque norte-americano que a leva a possuir um imponente arsenal nuclear. Atualmente, a via política rumo à próxima negociação para desnuclearizar a Coreia do Norte será encontrada ao, primeiro, entender e, então, não repetir os erros anteriores.

Declaração Conjunta de Desnuclearização da Península Coreana, janeiro de 1992. Com a desintegração do bloco oriental e a dificuldade do Kremlin em manter o controle positivo de suas armas nucleares, o Presidente George H. W. Bush deu fim ao posicionamento de armas nucleares norte-americanas no exterior ao firmar as Iniciativas Nucleares Presidenciais em 27 Set 91¹². Com um aspecto programático, essa iniciativa unilateral induziu o Kremlin a fazer o mesmo. Aproveitando o momento internacional, o Presidente sul-coreano Roh Tae-woo estabeleceu a política nacional em uma transmissão televisada para todo o país em 08 Nov 91, ao declarar a Coreia do Sul um Estado livre de armas nucleares, oferecendo validar seu *status* por meio de protocolos de inspeção internacional. Roh, então, instou a Coreia do Norte a tomar medidas equivalentes. Dezesete dias depois, o Ministério de Relações Exteriores da Coreia do Norte respondeu afirmativamente, mostrando disposição a aceitar Acordos de Salvaguardas da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) com respeito a seu reator nuclear de potência refrigerado a gás, de 5 megawatts (5 MWe), em operação desde dezembro de 1985.

Entretanto, esse acordo tinha como condição a remoção simultânea das armas nucleares norte-americanas da península, e uma garantia de segurança dos EUA de que o país não visaria a Coreia

do Norte com armas nucleares. Em 11 Dez 91, Seul aplacou um segundo temor arraigado de Pyongyang ao declarar estar disposta a suspender o Exercício *Team Spirit* 1992 em troca da anuência norte-coreana a inspeções nucleares em Yongbyon. O *Team Spirit*, iniciado 16 anos antes, era um exercício militar anual no nível de teatro de operações, que movimentava dezenas de milhares de tropas norte-americanas para a Coreia para dez dias de adestramento no combate entre forças convencionais, envolvendo 200 mil combatentes. No dia 13 Dez 91, negociações entre os primeiros-ministros das Coreias, que haviam sido realizadas algumas vezes desde setembro de 90, obtiveram o primeiro acordo entre Sul e Norte.

O Acordo de Reconciliação, Não Agressão, Intercâmbio e Cooperação entre o Sul e o Norte, também conhecido como Acordo Básico, foi um ajuste entre iguais, que buscava os objetivos enumerados em sua designação¹³. Seu acordo complementar, a Declaração Conjunta de Desnuclearização da Península Coreana, foi aceito por ambos os primeiros-ministros em 31 Dez 91 e firmado em 20 Jan 92¹⁴. Diferentemente de outros acordos de natureza programática, a Declaração Conjunta consistia em um documento detalhado que estipulava que a energia nuclear seria utilizada somente para fins pacíficos, proibindo todas as formas de armas nucleares e programas de armas nucleares, afirmando que as partes não poderiam testar, fabricar, produzir, receber, possuir, armazenar, posicionar ou empregar armas nucleares, nem possuir instalações de reprocessamento nuclear e enriquecimento de urânio. Em 30 Jan 92, Pyongyang firmou o Acordo de Salvaguardas da AIEA; três meses mais tarde, apresentou um inventário detalhado de suas instalações nucleares à agência, recebendo, imediatamente depois, a visita de seu diretor às instalações, seguida de inspeções *ad hoc*.

Como um mecanismo de implantação para negociar e empregar um regime recíproco de inspeção, as duas Coreias concordaram, no final de fevereiro, em formar a Comissão Conjunta de Controle Nuclear (JNCC, na sigla em inglês). A JNCC realizou sua primeira reunião quatro semanas depois, voltando a reunir-se 13 vezes em um período de dez meses, antes que suspeitas mútuas impedissem qualquer avanço. Em 25 Jan 93, frustrada com a perpétua batalha da JNCC, a Coreia do Sul anunciou, antes da 13ª reunião,

sua intenção de retomar o Exercício *Team Spirit* 1993 no dia 09 de março. Atordoada, Pyongyang reagiu imediatamente. Um dia antes do início do Exercício *Team Spirit*, Kim Jong-il, então Comandante Supremo do EPC (e futuro Presidente), ordenou que a nação se colocasse em um estado de prontidão de semiguerra, pela primeira vez desde 1983. À medida que a pressão aumentou, Pyongyang invocou o Artigo X do TNP e apresentou uma notificação de retirada condicional do tratado com um prazo de 90 dias em 12 Mar 93.

Os três meses seguintes foram tensos. Em meados de maio, os EUA e a Coreia do Norte realizaram negociações de nível intermediário, que foram elevadas para negociações de alto nível no início de junho. Finalmente, em 11 Jun 93, apenas um dia antes da concretização da retirada da Coreia do Norte do TNP, Washington e Pyongyang firmaram sua primeira Declaração Conjunta, em que as duas partes ofereciam garantias mútuas de segurança contra a ameaça e o uso de força e concordavam em promover a paz e a segurança em uma península coreana livre de armas nucleares, respeitar a soberania uma da outra, abster-se de interferir nos assuntos internos uma da outra e apoiar a reunificação pacífica da Coreia¹⁵. Simultaneamente à assinatura da Declaração Conjunta, Pyongyang suspendeu sua retirada do TNP, apenas um dia antes de efetivá-la.

Oito meses depois, inspetores da AIEA recobram acesso às instalações nucleares de Yongbyon para suas primeiras inspeções desde o início de 1993. A AIEA logo se viu em conflito com as autoridades norte-coreanas por lhe negarem uma solicitação para analisar varetas de combustível usadas. As relações se desgastaram ainda mais quando a AIEA se recusou a observar operações de reabastecimento sem a autorização para analisar amostras de combustível, e, então, os técnicos de Yongbyon reabasteceram o reator de 5 MWe sem a supervisão da agência. Em 10 Jun 94, a AIEA suspendeu sua missão de supervisão em Yongbyon; o CSNU exerceu pressão para o estabelecimento de sanções contra a Coreia do Norte; e os EUA planejaram um ataque de míssil contra o reator nuclear no local e as instalações relacionadas.

Como última ação para evitar um conflito, o Presidente Bill Clinton despachou o ex-Presidente Jimmy Carter para Pyongyang em 16 de junho, para que ele se reunisse com o Presidente Kim Il-sung, o

que se converteu, rapidamente, em uma bem-sucedida tentativa de obter a anuência de Pyongyang em congelar seu programa nuclear e retomar negociações de alto nível com os EUA. Se qualquer um dos dois lados houvesse prorrogado a reunião, a “desescalada” dessa crise poderia ter terminado de uma maneira bem diferente, porque o Presidente Kim Il-sung, de 82 anos, faleceu apenas alguns dias depois, em 08 de julho. Conforme previsto, seu filho, Kim Jong-il, ascendeu ao poder e concordou em prosseguir com as negociações de desnuclearização programadas anteriormente com Washington. Nos meses seguintes, negociadores de alto nível dos EUA e da Coreia do Norte se reuniram em Genebra para elaborar o “Acordo de Genebra” (ou “Acordo-Quadro” — *Geneva Agreed Framework*, ou mais comumente denominado *Agreed Framework*), firmado em 21 Out 94¹⁶.

Acordo de Genebra entre os EUA e a Coreia do Norte, outubro de 1994 a outubro de 2002. O Acordo de Genebra era simples, contando com apenas quatro artigos. Primeiro, Pyongyang teria de paralisar e, mais tarde, desmantelar seu reator nuclear refrigerado a gás de 5 MWe e sua instalação de reprocessamento de plutônio em troca de dois reatores a água leve de 1 gigawatt até 2003 e do fornecimento temporário de 500 mil toneladas de óleo combustível pesado anualmente até a conclusão dos reatores a água leve. Segundo, Washington e Pyongyang normalizariam suas relações políticas e econômicas. Terceiro, ambas as partes trabalhariam juntas pela paz e segurança na península coreana. Quarto, reforçariam o TNP. A implementação começou bem, quando Pyongyang paralisou seu reator e instalação de reprocessamento, o que foi verificado por uma equipe de inspeção da AIEA no local nas primeiras cinco semanas do acordo, mas logo surgiram desafios e suspeitas. As entregas de óleo combustível pesado à Coreia do Norte pelos EUA eram irregulares, imprevisíveis e tardias; o consórcio multinacional Organização para o Desenvolvimento Energético da Península Coreana levou anos para contratar as empreiteiras para a construção dos reatores a água leve; e o Congresso norte-americano condenou fortemente o acordo. Enquanto esse e outros opositores persistiam, especialistas e políticos frequentemente profetizavam a iminente implosão de Pyongyang, recomendando que se retardasse a execução do acordo com base na possibilidade de não ser necessário cumprir suas exigências. Em consequência, não houve

o estabelecimento mútuo de escritórios de ligação nas capitais; as relações não foram normalizadas; e o comércio e investimentos nunca se materializaram.

Em abril de 1996, Washington iniciou um diálogo com Pyongyang com o objetivo de que cessasse de vender sistemas, componentes e tecnologia de mísseis balísticos, uma questão de segurança que estava fora do escopo do Acordo de Genebra. Pyongyang buscou compensação financeira em troca de sua anuência, mas Washington hesitou, oferecendo, em vez disso, abrandar as sanções econômicas, uma condição que já se aplicava ao Acordo de Genebra, mas que havia sido retida até então. Washington agiu rapidamente, impondo sanções a Pyongyang em maio de 1996, por transferências relacionadas à tecnologia de mísseis para o Irã; em agosto de 1997, por atividades de proliferação de mísseis não especificadas; e em abril de 1998, pela transferência de tecnologia de mísseis para o Paquistão. Em junho de 1998, Pyongyang ofereceu, mais uma vez, pôr fim à venda de mísseis em troca de compensação financeira; em resposta, Washington designou a Coreia do Norte como Estado pária¹⁷.

Passados quatro anos com poucos resultados além da interrupção da entrega de óleo combustível pesado e da oferta de pôr fim à venda de mísseis balísticos, a Coreia do Norte conduziu o primeiro lançamento de um foguete de três estágios *Paektusan-1* (*Taepodong-1*) em uma tentativa fracassada de colocar o satélite *Kwangmyongsong-1* (*KMS-1* ou *Brightstar-1*) em órbita, em 31 Ago 98¹⁸. Esse acontecimento aumentou a tensão na região devido à preocupação com avanços em relação aos ICBM e com as crescentes vulnerabilidades a um ataque nuclear norte-coreano. Em 12 Set 99, a Coreia do Norte respondeu à solicitação norte-americana com a suspensão de seus testes de mísseis de longo alcance durante as negociações com os EUA, que concordaram com uma revogação parcial das sanções econômicas.

Três dias depois, Washington apresentou uma “abordagem nova, abrangente e integrada” para sua política em relação à Coreia do Norte¹⁹. Essa abordagem abrangente impunha, unilateralmente, algumas novas condições à Coreia do Norte, incluindo a eliminação verificável de seu programa de armas nucleares antes da normalização das relações políticas e econômicas; a descontinuação de seu programa de venda de mísseis; e o término de seus programas de produção de



mísseis de médio e longo alcance. Pyongyang detectou a alteração feita por Washington ao Acordo de Genebra. Finalmente, em 15 Dez 99, cinco anos após a assinatura desse acordo, foi contratada uma firma para construir os reatores a água leve (e foi somente em agosto de 2002 que a preparação do canteiro de obras foi concluída e a concretagem realizada; dois meses depois, o Acordo de Genebra foi extinto).

Subitamente, nos últimos meses do mandato de Clinton, as relações entre os EUA e a Coreia do Norte mudaram radicalmente, em decorrência de uma reunião imprevista entre as Coreias em Pyongyang em meados de junho de 2000. No final daquele mês, os EUA atenuaram as sanções contra a Coreia do Norte. No início de julho, propuseram movimentar-se rumo à normalização econômica. Em meados de julho, a Coreia do Norte ofereceu pôr fim ao seu programa de desenvolvimento de mísseis em troca de um acordo para o lançamento de seus satélites. Também em meados de julho, a Secretária de Estado Madeleine Albright reuniu-se com o Ministro de Relações Exteriores Paek Nam-sun. Em meados de outubro,

Cel James M. Minnich, do Exército dos EUA (segundo a partir da direita), Secretário da Comissão Militar de Armistício do Comando das Nações Unidas, dirige-se ao Cel Pak Ki-yong, do Exército Popular da Coreia do Norte (à esquerda) durante a série de negociações entre secretários da Comissão Militar de Armistício, na Zona Desmilitarizada, 11 Set 13. (Foto cedida pelo autor)

o enviado especial de Kim Jong-il, Vice-Marechal Jo Myong-rok, reuniu-se com Clinton na Casa Branca. Então, no final de outubro, Albright reuniu-se com Kim Jong-il em Pyongyang para analisar a possibilidade de uma reunião de cúpula entre os EUA e a Coreia do Norte antes do término do mandato de Clinton, em janeiro. No prazo de duas semanas após Albright retornar para os EUA, a reaproximação teve fim após a eleição presidencial norte-americana em 07 de novembro. O Presidente George W. Bush tomou posse convencido de que os EUA haviam negociado um mau acordo nuclear com um regime pária, que não o estava respeitando.

Em 07 Mar 01, após uma reunião de cúpula com o Presidente sul-coreano Kim Dae-jung, Bush lançou fortes críticas ao dirigente norte-coreano Kim Jong-il; expressou desconfiança no Norte como parceiro

na desnuclearização; e prognosticou o término do Acordo de Genebra. Imediatamente, o governo Bush efetuou uma revisão da política em relação à Coreia do Norte, alterando, unilateralmente, o acordo, de modo a incluir “melhores [medidas] de implementação; restrições verificáveis aos programas de mísseis da Coreia do Norte e uma proibição às suas exportações de mísseis; e uma postura militar convencional menos ameaçadora”²⁰. Pyongyang era sujeita, mais uma vez, a uma alteração do acordo por Washington. Em 2002, Washington deu fim ao acordo, algo que foi sinalizado em janeiro, quando o Presidente norte-americano classificou a Coreia do Norte, o Irã e o Iraque como “um eixo do mal, armando-se para ameaçar a paz mundial”, e em outubro, quando houve uma acusação exagerada dos EUA que, supostamente, levou a Coreia do Norte a admitir a existência de seu programa secreto de urânio altamente enriquecido²¹. Os efeitos dessa acusação/admissão puseram fim ao Acordo de Genebra de Clinton, incluindo o cancelamento da remessa de óleo combustível pesado da Organização para o Desenvolvimento Energético da Península Coreana em novembro de 2002 e sua construção de reatores a água leve em dezembro de 2003 e anulando os efeitos de duas reuniões de cúpula históricas: uma entre a Coreia do Norte e a Coreia do Sul em junho de 2000 e a outra entre a Coreia do Norte e o Japão em setembro de 2002.

A Coreia do Norte reagiu ao choque. Em dezembro de 2002, Pyongyang (a) alertou a AIEA sobre sua intenção de reiniciar o reator nuclear e reabrir as instalações paralisadas pelo Acordo de Genebra; (b) removeu todos os lacres e dispositivos de observação da AIEA de suas instalações e materiais nucleares; e (c) expulsou a equipe de inspeção da AIEA de suas instalações nucleares em Yongbyon. Então, em 10 Jan 03, Pyongyang revogou a suspensão de sua saída do TNP, tornando-se a única nação a retirar-se do tratado. Após a invasão do Iraque pelos EUA em 20 Mar 03, a Coreia do Norte anunciou sua intenção de extrair plutônio de qualidade militar de 8 mil varetas de combustível usadas que haviam ficado armazenadas e sob a observação da AIEA desde 1994. Em uma reunião realizada entre diplomatas dos EUA e da Coreia do Norte em abril de 2003 na ONU, os norte-americanos foram informados, ao que consta, que aquele país havia decidido fabricar armas nucleares mediante o reprocessamento das varetas

usadas. Seu objetivo seria o de dissuadir os EUA de efetuarem uma invasão na Coreia do Norte semelhante à realizada no Iraque²².

Com base no contexto de uma doutrina de ataque antecipado, ou preemptivo, e mudança democrática de regime, constante da “Estratégia de Segurança Nacional de 2002”, e na vitória de sua guerra preventiva contra o Iraque no início de 2003, o representante do Congresso dos EUA James Kelly anunciou a posição de Washington durante uma reunião trilateral com a China e a Coreia do Norte em 23 Abr 03. Pyongyang deveria concordar com um “desmantelamento completo, verificável e irreversível” de todas as atividades nucleares — de emprego pacífico e armas. Pyongyang assentiu, com a condição de que os EUA fornecessem uma garantia de segurança, a normalização de relações e ajuda econômica. A posição dos EUA era clara: o cumprimento da exigência de desmantelamento antes de considerarem qualquer concessão²³. Apenas três dias antes dessa reunião, o jornal *New York Times* havia publicado um artigo sobre um memorando vazado, que havia sido, supostamente, aprovado pelo Secretário de Defesa Donald Rumsfeld e circulado entre funcionários-chave do governo, instando os EUA a cooperarem com a China para derrubar o dirigente norte-coreano Kim Jong-il²⁴. Três semanas depois, o recém-eleito Presidente sul-coreano Roh Moo-hyun participou de uma reunião de cúpula com o Presidente Bush e ressaltou suas objeções a um conflito militar com a Coreia do Norte, como havia enfatizado em sua recém-criada *Política de Paz e Prosperidade*, sua versão da *Política do Sol* de seu antecessor²⁵.

Negociações Hexapartites, agosto de 2003 a dezembro de 2008. Os EUA rejeitaram as repetidas solicitações de um diálogo bilateral feitas por Pyongyang, mas concordaram em participar de Negociações Hexapartites com a China, Japão, Rússia, Coreia do Sul e Coreia do Norte. Essas negociações começaram no final de agosto de 2003 e foram realizadas ao longo de um período de cinco anos em sete rodadas prolongadas. Não foi feito nenhum avanço durante os primeiros dois anos, quando Pyongyang buscava obter de Washington a normalização das relações e um pacto de não agressão, enquanto Washington exigia a desnuclearização sem nenhuma condição. No início de 2005, Condoleezza Rice, em sua audiência de confirmação, referiu-se à Coreia do Norte como um “posto avançado

da tirania” que precisa ser enfrentado, enquanto o governo sul-coreano expressou publicamente sua oposição a um plano de contingência dos EUA para que suas tropas avançassem e entrassem na Coreia do Norte no caso de instabilidade interna²⁶. Em 10 Fev 05, a Agência Central de Notícias da Coreia do Norte, uma organização estatal, divulgou uma declaração do Ministro de Relações Exteriores norte-coreano de que o país possuía armas nucleares para sua autodefesa.

Quase não houve avanço nos primeiros dois anos das Negociações Hexapartites, mas, durante a quarta rodada, os EUA voltaram atrás na proibição de negociar diretamente com Pyongyang e deixaram de exigir que a Coreia do Norte renunciasse à tecnologia nuclear para fins pacíficos. A Declaração Conjunta de 19 Set 05 não era significativamente diferente do Acordo de Genebra de 1994. A Coreia do Norte concordava em eliminar seu programa de armas nucleares, reafirmar o compromisso com o TNP e submeter-se às inspeções da AIEA. Em troca, Washington (e outras partes) concordavam em normalizar as relações diplomáticas e econômicas com Pyongyang, promover a cooperação econômica, fornecer ajuda energética (incluindo reatores a água leve) e negociar um regime de paz permanente na Coreia²⁷.

Ao sair da sala de negociação, Christopher Hill se dirigiu à imprensa com uma ressalva sobre a posição dos EUA quanto à Declaração Conjunta, declarando que a Coreia do Norte também precisaria resolver suas questões de “[abusos] dos direitos humanos, programas de armas biológicas e químicas, programas e proliferação de mísseis balísticos, terrorismo e atividades ilícitas”²⁸. Afirmou, ainda, que os EUA tomariam medidas concretas para se protegerem contra quaisquer atividades ilícitas e de proliferação da Coreia do Norte. Essa declaração referia-se diretamente a uma medida que o U.S. Treasury Department havia acabado de tomar, designando o Banco Delta Asia, um pequeno banco em Macau, como uma instituição suspeita de lavagem de dinheiro por conduzir serviços financeiros com a Coreia do Norte²⁹. A ação dos EUA de congelar US\$ 25 milhões de fundos norte-coreanos paralisou as Negociações Hexapartites até o país os liberar 21 meses depois. Nesse ínterim, Pyongyang pôs fim à suspensão de testes com seu primeiro lançamento (fracassado) de um ICBM em 05 Jul 06 e seu primeiro teste de armas nucleares em 09 Out 06.

A linha dura de Washington em relação a Pyongyang não só pôs fim ao Acordo de Genebra, como também precipitou a expulsão dos inspetores da AIEA pela Coreia do Norte; sua renúncia ao TNP; a recolocação de seu reator nuclear em operação; o emprego militar de combustível usado; o término, depois de oito anos, de uma suspensão voluntária de seu programa de mísseis; o lançamento de um ICBM; e o teste de uma arma nuclear. Indignado com o primeiro teste nuclear da Coreia do Norte, o CSNU aprovou, unanimemente, a Resolução 1718 em 14 Out 06, enquanto os EUA buscavam maior determinação de Seul e Tóquio³⁰. Washington percebeu, paulatinamente, que uma solução para pôr fim à atividade nuclear da Coreia do Norte exigiria negociações honestas com Pyongyang.

Em 13 Fev 07, as seis nações concordaram com a primeira fase de um plano para implementar a Declaração Conjunta de setembro de 2005³¹. Segundo o plano, Pyongyang desativaria as instalações nucleares de Yongbyon e receberia os inspetores da AIEA. Em troca, os EUA concordavam em liberar os US\$ 25 milhões; travar negociações para normalizar as relações; retirar a Coreia do Norte de sua lista de Estados Patrocinadores do Terrorismo; remover as sanções impostas pela Lei do Comércio com o Inimigo (*Trading with the Enemy Act*); e se empenhar em fornecer óleo combustível pesado. Enquanto Washington levou mais quatro meses para liberar os fundos norte-coreanos, Pyongyang levou apenas um dia após o recebimento dos fundos em 25 Jun 07 para receber uma pequena equipe de inspetores da AIEA em Pyongyang. Esses inspetores testemunharam e verificaram a desativação do reator nuclear de Yongbyon em 18 Jul 07³².

Menos de três meses depois, as seis partes aprovaram a segunda fase de um plano para implementar a Declaração Conjunta de setembro de 2005, que obrigava Pyongyang a apresentar uma declaração por escrito de seu programa de armas nucleares, o que foi cumprido em 26 Jun 08³³. Em troca, Washington concordava em relaxar as sanções econômicas estipuladas pela Lei do Comércio com o Inimigo; retirar Pyongyang de sua lista de “Estados Patrocinadores do Terrorismo”; e (com as demais partes) fornecer um milhão de toneladas de óleo combustível pesado. Embora tenha, de fato, abrandado imediatamente as sanções da Lei do Comércio com o Inimigo, Washington negou-se a retirar a



Foguete norte-coreano *Unha-3* pronto para o lançamento, no Centro Espacial de Tangachai-ri, Coreia do Norte, 08 Abr 12. (Foto cedida por Wikimedia Commons)

Japão e os EUA realizaram suas eleições nacionais, em que foram escolhidos novos chefes de Estado. O Primeiro-Ministro japonês Aso Taro e o Presidente sul-coreano Lee Myung-bak, de postura linha dura, haviam tomado posse meses antes, em 2008, e o Presidente Barack Obama, recém-eleito, estava a seis semanas da cerimônia de posse. Na sétima rodada, com a ameaça de cessar a ajuda energética, os EUA, a Coreia do Sul e o Japão pressionaram Pyongyang a aceitar um protocolo de verificação por escrito que permitiria que os inspetores retirassem e testassem materiais nucleares de Yongbyon. Pyongyang se recusou a ceder, levando Washington, Seul e Tóquio a cessarem imediatamente todas as entregas de óleo combustível pesado. Pyongyang reagiu. Três meses após Obama tomar posse, a Coreia do Norte lançou um foguete de três estágios *Unha-2/Taepodong-2* em uma tentativa fracassada de colocar em órbita o satélite de telecomunicações *KMS-2*.

Em 13 Abr 09, o CSNU emitiu uma declaração presidencial de condenação ao lançamento, o que

Coreia do Norte da lista de Estados Patrocinadores do Terrorismo até a conclusão de verificações aceleradas³⁴. A Coreia do Norte resistiu a essa condição unilateral e ameaçou reiniciar seu reator nuclear, barrando inspetores da AIEA de suas instalações nucleares em 09 Out 08³⁵. Dois dias depois, Washington retirou Pyongyang da referida lista e, então, no mesmo dia, os inspetores da AIEA foram readmitidos em Yongbyon.

A sétima rodada das Negociações Hexapartites foi realizada entre 08 Dez 08 e 11 Dez 08. Entre a sexta e a sétima rodadas de negociações, a Coreia do Sul, o

provocou a retirada de Pyongyang das Negociações Hexapartites em 14 de abril, com um pronunciamento que acusou a ONU de violar sua soberania em contravenção ao Tratado do Espaço Exterior de 1967³⁶. Com o fim de um diálogo produtivo, Pyongyang expulsou os inspetores da AIEA, extraiu plutônio de qualidade militar de todas as 8 mil varetas usadas, deu início à construção de um reator a água leve de 25-30 MWe, desenvolveu seu programa de enriquecimento de urânio e conduziu um segundo teste nuclear em 26 Mai 09. Em resposta, Seul aderiu, imediatamente, à

Iniciativa de Segurança Contra a Proliferação, encabeçada pelos EUA, e a comunidade internacional aprovou a RCSNU 1874 em 12 Jun 09³⁷. A coerção falhou mais uma vez, o abismo da desconfiança aumentou e Pyongyang desenvolveu suas capacidades em armas nucleares e mísseis balísticos.

Negociações Bilaterais entre os EUA e a Coreia do Norte (*Leap Day Deal*), fevereiro de 2012. Durante um hiato de 31 meses nas negociações, a Coreia do Norte continuou desenvolvendo seu programa de armas nucleares, com a demonstração pública de seus IRBM *Musudan* de base móvel em outubro de 2010 e de sua instalação de enriquecimento de urânio com 2 mil centrífugas em novembro de 2010. Enquanto as relações entre as Coreias se deterioravam e Pyongyang recusava-se até mesmo a reunir-se com o Presidente Lee Myung-bak, da Coreia do Sul, o governo Obama fez contato em julho de 2011 com uma oferta de assistência nutricional humanitária. Quando os dois lados se preparavam para uma terceira rodada de negociações sobre esse assunto, o dirigente norte-coreano Kim Jong-il faleceu de insuficiência cardíaca em 17 Dez 11, sendo sucedido por seu terceiro filho, Kim Jong-un, em 31 de dezembro.

Em 29 Feb 12, os EUA e a Coreia do Norte se reuniram e chegaram a um acordo que incluía a promessa, por esta última, de voltar a aceitar os inspetores da AIEA e suspender lançamentos de mísseis de longo alcance, testes nucleares e atividades nucleares em Yongbyon, incluindo as relacionadas ao enriquecimento de urânio. Em troca, Washington reafirmou seu compromisso para com a Declaração Conjunta de 19 Set 05 e a inexistência de uma intenção hostil em relação à Coreia do Norte, concordando, ainda, em fornecer 240 mil toneladas de assistência nutricional. O *Leap Day Deal* (como foi denominado; ou seja, “Acordo do Bissexta”) não continha nenhuma referência ao lançamento de satélites, uma questão que Pyongyang enxerga como intrinsecamente soberana e coerente com sua adesão, em 2009, ao Tratado do Espaço Exterior de 1967.

Em consequência, o acordo teve fim após a terceira tentativa norte-coreana de colocar um satélite meteorológico em órbita, em 13 Abr 12, com o lançamento de um foguete *Unha-3*. Pyongyang persistiu e finalmente conseguiu colocar um satélite operacional em órbita, com o lançamento de um foguete *Unha-3* em 12 Dez 12.

Seis semanas depois, o CSNU reforçou as sanções internacionais com a aprovação da Resolução 2087 em 22 Jan 13³⁸. Diante de sanções cada vez mais severas, a Coreia do Norte conduziu seu terceiro teste nuclear subterrâneo em 12 Feb 13, apenas duas semanas antes de a primeira presidente mulher da Coreia do Sul, Park Geun-hye, receber a posse das mãos de Lee Myung-bak. Durante os anos restantes de seus mandatos, o Presidente Obama e a Presidente Park exerceram políticas de pressão sem negociação contra a Coreia do Norte.

Em seu discurso de Ano Novo de 2015, Kim Jong-un buscou iniciar negociações com a Coreia do Sul. Em 10 de janeiro, ele propôs, ainda, uma retomada das Negociações Hexapartites, oferecendo interromper, temporariamente, os testes de armas nucleares em troca da suspensão provisória dos exercícios militares combinados dos EUA e Coreia do Sul³⁹. Pyongyang, então, foi ainda mais longe, oferecendo suspender lançamentos de mísseis e satélites e a produção de materiais físséis; em troca, exigia apenas uma redução temporária na escala dos exercícios militares combinados. Pyongyang pressionou mais, com um pedido de se concentrarem, primeiro, no estabelecimento de um regime de paz para aumentar a segurança na península, o que, a seu ver, eliminaria a necessidade de armas nucleares e mísseis⁴⁰. O porta-voz do Departamento de Estado dos EUA, John Kirby, respondeu que a “desnuclearização tinha de fazer parte de qualquer discussão desse tipo”⁴¹.

O CSNU aumentou as sanções com a Resolução 2094, em resposta ao terceiro teste nuclear de Pyongyang; a Resolução 2270, em resposta ao seu quarto teste nuclear em 06 Jan 16; a Declaração Presidencial do CSNU em resposta ao seu segundo lançamento bem-sucedido de um satélite em 07 Feb 16; e a Resolução 2321 em resposta ao seu quinto teste nuclear em 09 Set 16⁴². Seul abandonou todo contato entre as Coreias após o quarto teste nuclear e o segundo lançamento bem-sucedido de satélite, com o fechamento do Complexo Industrial de Kaesong. Washington promulgou a lei North Korea Sanctions and Policy Enhancement Act, em 2016, determinando sanções contra entidades que contribuíssem aos programas de armas, comércio de armas, abusos dos direitos humanos e atividades ilegais da Coreia do Norte⁴³. Sem um mecanismo de diálogo construtivo ou acordo recíproco, Pyongyang deu seguimento ao seu programa de armas estratégicas, testando, com êxito, os SLBM *Pukuksong-1/KN-11*, em

23 Abr 16 e 24 Ago 16; IRBM *Musudan*, em 22 Jun 16; IRBM *Pukuksong-2/KN-15*, em 12 Fev 17, 05 Abr 17 e 12 Mai 17; IRBM *HS-12*, em 14 May 17; e ICBM *HS-14*, em 04 Jul 17 e 28 Jul 17. O segundo lançamento de ICBM teve um alcance estimado de 10.400 km, com capacidade de atingir Chicago.

No início de 2017, novos presidentes tomaram posse nos EUA e na Coreia do Sul. O Presidente Donald Trump assumiu a Presidência dos EUA em 20 Jan 17, declarando que todas as alternativas seriam consideradas em relação à Coreia do Norte. O Presidente sul-coreano, Moon Jae-in, tomou posse em 10 Mai 17, com a missão de resolver, de maneira pacífica, a crise da Coreia do Norte por meio de diálogos.

O Caminho à Frente

A expressão de Shakespeare “O passado é um prólogo” descreve a difícil posição de Washington e Seul para alcançar, hoje, a desnuclearização da Coreia do Norte, após 25 anos de falsidade mútua, que criou um ambiente em que Pyongyang possui armas nucleares e capacidades de ICBM⁴⁴. O que é certo é que Pyongyang não vai se desarmar voluntariamente, com dúvidas sobre sua segurança nacional e a sobrevivência do regime. Em consequência, a Coreia do Norte não poderá ser induzida a efetuar a desnuclearização mediante ofertas de assistência, comércio e diálogo.

Pyongyang enxerga a desnuclearização como uma capitulação, e não como uma normalização. Entretanto, a nação anseia, realmente, ser aceita como um Estado normal, que goze de bons relacionamentos e comércio com seus países vizinhos. Essa possibilidade tem sido preterida, ao longo dos anos, em prol de políticas de coerção, que existem em grande quantidade. A paciência estratégica é uma política de pressão sem negociações. A imposição de sanções é uma política de privação pública que, na verdade, fortalece o déspota. A mudança de regime derruba um ditador na esperança de que surja alguém melhor. Políticas de ação antecipada ou preventiva sofrem de uma

legalidade duvidosa e efeitos ambíguos. A contenção é uma política que aceita a capacidade adquirida, proíbe a proliferação e busca um estado de imutabilidade. A delegação da diplomacia a terceiros é uma alternativa, mas ela indica uma escassez de políticas e uma transferência de responsabilidade a um representante com motivações diferentes. Há uma outra opção para a política em relação à Coreia do Norte.

Uma política de regime transformado promove a aspiração comum à paz na península coreana. Tal política transformará a Coreia do Norte por meio de um contínuo diálogo, que pode levar décadas para se realizar. A juventude de Kim Jong-un, de apenas 33 anos, favorece a estabilidade na busca de uma política de regime transformado. Além disso, Kim já ofereceu a mão da negociação várias vezes. O Presidente sul-coreano Moon Jae-in permanecerá no poder até 2022 e é receptivo a amplas negociações com a Coreia do Norte com o objetivo de, pacificamente, pôr fim à hostilidade na península. Washington pode enxergar a crise pelo prisma dos erros de acordos e interlocutores anteriores e escolher uma política que conduza Pyongyang ao longo de um caminho que elimine a necessidade de armas nucleares como uma garantia de segurança e sobrevivência.

A visita de Albright a Kim Jong-il em outubro de 2000 elucidou possibilidades quando ele declarou que Pyongyang reconcentraria os recursos das Forças Armadas no “desenvolvimento econômico, com as garantias de segurança adequadas”, e que ele havia passado a ver as tropas norte-americanas na Coreia como um fator estabilizador para a região⁴⁵. Em agosto de 2009, o ex-Presidente Clinton visitou Pyongyang, onde Kim Jong-il opinou que talvez chegasse o dia em que os EUA veriam a Coreia do Norte como um “novo amigo no Nordeste da Ásia em um mundo complexo”⁴⁶. Esse dia chegou, pois a intensidade da crise atual exige que os formuladores de política definam uma solução que obtenha a desnuclearização da Coreia do Norte. Essa solução é uma política de regime transformado. ■

Referências

1. Joseph S. Nye Jr., “East Asian Security: The Case for Deep Engagement”, *Foreign Affairs* (July/August 1995), acesso em 27 ago.

2017, <https://www.foreignaffairs.com/articles/asia/1995-07-01/east-asian-security-case-deep-engagement>.

2. Mark E. Manyin e Dick K. Nanto, "The Kaesong North-South Korean Industrial Complex", Congressional Research Service website, 18 Apr. 2011, acesso em 25 ago. 2017, <https://fas.org/sgp/crs/row/RL34093.pdf>.
3. Missile Defense Advocacy Alliance, "North Korea", acesso em 25 ago. 2017, <http://missiledefenseadvocacy.org/missile-threat-and-proliferation/todays-missile-threat/north-korea/>.
4. United Nations Office for Disarmament Affairs, "Treaty on the Non-Proliferation of Nuclear Weapons (NPT)", United Nations (UN) website, acesso em 21 ago. 2017, <https://www.un.org/disarmament/wmd/nuclear/npt/>.
5. Philip K. Dick, "The Minority Report", *Fantastic Universe* 6, no. 1 (Jan. 1956).
6. UN Security Council (UNSC), "Security Council Holds Iraq in 'Material Breach' of Disarmament Obligations, Offers Final Chance to Comply, Unanimously Adopting Resolution 1441 (2002)", press release, 8 Nov. 2002, acesso em 21 ago. 2017, <https://www.un.org/press/en/2002/SC7564.doc.htm>; "Chapter IV: Action with Respect to Threats to the Peace, Breaches of the Peace, and Acts of Aggression", *United Nations Charter*, UN website, acesso em 21 ago. 2017, <https://www.un.org/en/sections/un-charter/chapter-viii/>.
7. "Iraq War Illegal, Says Annan", BBC News, última modificação em 16 set. 2004, acesso em 22 ago. 2017, <http://news.bbc.co.uk/1/hi/3661134.stm>.
8. Jim Garamone, "U.S. Doesn't Have Luxury of Choosing Challenges, Dunford Tells Aspen Crowd", Department of Defense News, 23 Jul. 2017, acesso em 21 ago. 2017, <http://www.jcs.mil/Media/News/News-Display/Article/1255656/us-doesnt-have-luxury-of-choosing-challenges-dunford-tells-aspen-crowd/>.
9. "Chapter 8: The Korean War, 1950-1953", in Richard W. Stewart, ed., *American Military History Volume II: The United States Army in a Global Era, 1917-2003* (Washington DC: Center for Military History, 2005), p. 246.
10. UNSC, "Resolution 2371", UN website, 5 Aug. 2017, acesso em 22 ago. 2017, http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/2371%282017%29.
11. Jamie McIntyre, "Washington Was on Brink of War with North Korea 5 Years Ago: Pentagon had Predicted up to 1 Million Deaths", CNN website, 4 Oct. 1999, acesso em 25 ago. 2017, <http://www.cnn.com/US/9910/04/korea.brink/>.
12. Susan J. Koch, *The Presidential Nuclear Initiatives of 1991-1992*, Center for the Study of Weapons of Mass Destruction Case Study 5 (Washington, DC: National Defense University Press, September 2012), p. 11, acesso em 22 ago. 2017, http://ndupress.ndu.edu/Portals/68/Documents/casestudies/CSWMD_CaseStudy-5.pdf.
13. U.S. Department of State, "Agreement on Reconciliation, Non-aggression and Exchanges and Cooperation between the South and the North", Nautilus Institute for Security and Sustainability website, 13 Dec. 1991, acesso em 21 ago. 2017, <http://nautilus.org/wp-content/uploads/2011/12/CanKor-VTK-1991-12-13-agreement-on-reconciliation-non-aggression-exchanges.pdf>.
14. "Joint Declaration on the Denuclearization of the Korean Peninsula", UN website, 20 Jan. 1992, acesso em 22 ago. 2017, <http://peacemaker.un.org/korea-denuclearization92>.
15. Embassy of Korea in the United States, "Joint Statement of the Democratic People's Republic of Korea [DPRK] and the United States of America", Nautilus Institute for Security and Sustainability website, 11 Jun. 1993, acesso em 21 ago. 2017, http://nautilus.org/wp-content/uploads/2011/12/CanKor_VTK_1993_06_11_joint_statement_dprk_usa.pdf.
16. "US-DPRK Agreed Framework/Six-Party Talks", Nuclear Threat Initiative (NTI) website, 21 Oct. 1994, acesso em 21 ago. 2017, <http://www.nti.org/media/pdfs/aptagframe.pdf>.
17. Kelsey Davenport, "Chronology of U.S.-North Korean Nuclear and Missile Diplomacy", Arms Control Association website, atualizado em ago. 2017, acesso em 22 ago. 2017, <https://www.armscontrol.org/factsheets/dprkchron>.
18. "North Korea Missile Chronology", NTI website, atualizado em jan. 2012, acesso em 22 ago. 2017, http://www.nti.org/media/pdfs/north_korea_missile_2.pdf?_=1327534760.
19. Robert Carlin e John W. Lewis, Appendix B: Texts of Major Documents, "Document 5: Review of United States Policy Toward North Korea: Findings and Recommendations; Unclassified Report by Dr. William J. Perry", in *Negotiating with North Korea: 1992-2007* (Stanford, CA: Center for International Security and Cooperation, January 2008), p. 37, acesso em 22 ago. 2017, http://cisac.fsi.stanford.edu/sites/default/files/Negotiating_with_North_Korea_1992-2007.pdf.
20. George W. Bush, "Statement on Completion of the North Korea Policy Review", The American Presidency Project website, 6 Jun. 2001, acesso em 22 ago. 2017, <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=45819>.
21. George W. Bush, "President Delivers State of the Union Address", The White House website, 29 Jan. 2002, acesso em 22 ago. 2017, <https://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2002/01/20020129-11.html>; Selig S. Harrison, "Did North Korea Cheat?", *Foreign Affairs* (January/February 2005), acesso em 22 ago. 2017, <https://www.foreignaffairs.com/articles/asia/2005-01-01/did-north-korea-cheat>.
22. Mike Chinoy, *Meltdown: The Inside Story of the North Korean Nuclear Crisis* (New York: St. Martin's Press, 2008), p. 166.
23. The White House, *The National Security Strategy of the United States of America* (Washington, DC: The White House, September 2002), acesso em 22 ago. 2017, <https://www.state.gov/documents/organization/63562.pdf>; Yoichi Funabashi, *The Peninsula Question: A Chronicle of the Second Korean Nuclear Crisis* (Washington, DC: Brookings Institute Press, 2007), p. 152.
24. David E. Salinger, "Administration Divided over North Korea", *New York Times* online, 21 Apr. 2003, acesso em 22 ago. 2017, <http://www.nytimes.com/2003/04/21/international/asia/administration-divided-over-north-korea.html>.
25. George W. Bush e Roh Moo-hyun, "Joint Statement between the United States and the Republic of Korea", The White House website, 14 May 2003, acesso em 22 ago. 2017, <https://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2003/05/20030514-17.html>.
26. "Rice Targets 6 'Outposts of Tyranny'", *Washington Times* online, 19 Jan. 2005, acesso em 22 ago. 2017, <http://www.washingtontimes.com/news/2005/jan/19/20050119-120236-9054r/>.
27. "Joint Statement of the Fourth Round of the Six-Party Talks", U.S. Department of State website, 19 Sept. 2005, acesso em 22 ago. 2017, <https://www.state.gov/p/eap/regional/c15455.htm>.
28. Mike Chinoy, "Six Party Talks: The Least Bad Alternative", 38 North website, 10 Feb. 2011, acesso em 22 ago. 2017, <http://www.38north.org/2011/02/six-party-talks/>.
29. "Treasury Designates Banco Delta Asia as Primary Money Laundering Concern under USA PATRIOT Act", U.S. Department of Treasury website, 15 Sept. 2005, acesso em 22 ago. 2017,

<https://www.treasury.gov/press-center/press-releases/Pages/js2720.aspx>.

30. UNSC, "Resolution 1718 (2006)", UN website, 14 Oct. 2006, acesso em 22 ago. 2017, [http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1718\(2006\)](http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1718(2006)).

31. "Fact Sheet: Initial Actions to Implement Six-Party Joint Statement", U.S. Department of State website, 13 Feb. 2007, acesso em 22 ago. 2017, <https://2001-2009.state.gov/r/pa/prs/ps/2007/february/80508.htm>.

32. "Foreign Ministry Spokesman on Solution to Issue of Frozen Funds", Korean Central News Agency (KCNA) website, 25 Jun. 2007, acesso em 7 ago. 2017, www.kcna.co.jp/item/2007/200706/news06/26.htm; "IAEA and DPRK: Chronology of Key Events", International Atomic Energy Agency (IAEA) website, acesso em 22 ago. 2017, <https://www.iaea.org/newscenter/focus/dprk/chronology-of-key-events>.

33. "Media Note: Six-Party Talks—Second-Phase Actions for the Implementation of the September 2005 Joint Statement", U.S. Department of State website, 3 Oct. 2007, acesso em 22 ago. 2017, <https://2001-2009.state.gov/r/pa/prs/ps/2007/oct/93217.htm>.

34. "Fact Sheet: North Korea: Presidential Action on State Sponsor of Terrorism (SST) and the Trading with the Enemy Act (TWEA)", U.S. Department of State website, 26 Jun. 2008, acesso em 22 ago. 2017, <https://2001-2009.state.gov/r/pa/prs/ps/2008/jun/106281.htm>.

35. "IAEA Inspectors No Longer Permitted Access to Yongbyon", IAEA website, 9 Oct. 2008, acesso em 22 ago. 2017, <https://www.iaea.org/newscenter/pressreleases/iaea-inspectors-no-longer-permitted-access-yongbyon>.

36. "DPRK Foreign Ministry Vehemently Refutes UNSC's 'Presidential Statement'", KCNA website, 14 Apr. 2009, acesso em 07 ago. 2017, www.kcna.co.jp/item/2009/200904/news14/20090414-23ee.html.

37. "Proliferation Security Initiative", U.S. Department of State website, acesso em 22 ago. 2017, <https://www.state.gov/t/isn/c10390.htm>; UNSC, "Security Council, Acting Unanimously, Condemns in Strongest Terms Democratic People's Republic of Korea Nuclear Test, Toughens Sanctions", press release, 12 Jun. 2009, acesso em 22 ago. 2017, <https://www.un.org/press/en/2009/sc9679.doc.htm>.

38. UNSC, "Security Council Condemns Use of Ballistic

Missile Technology in Launch by Democratic People's Republic of Korea, in Resolution 2087 (2013)", press release, 22 Jan. 2013, acesso em 22 ago. 2017, <https://www.un.org/press/en/2013/sc10891.doc.htm>.

39. "KCNA Report", KCNA website, 10 Jan. 2015, acesso em 8 ago. 2017, www.kcna.co.jp/item/2015/201501/news10/20150110-12ee.html.

40. Leon V. Sigal, "Getting What We Need with North Korea", Arms Control Association website, April 2016, acesso em 22 ago. 2017, <https://www.armscontrol.org/print/7384#note06>.

41. Ibid.

42. UNSC, "Security Council Strengthens Sanctions on Democratic People's Republic of Korea, in Response to 12 February Nuclear Test", press release, 7 Mar. 2013, acesso em 22 ago. 2017, <https://www.un.org/press/en/2013/sc10934.doc.htm>; UNSC, "Security Council Imposes Fresh Sanctions on Democratic People's Republic of Korea, Unanimously Adopting Resolution 2270 (2016)", press release, 2 Mar. 2016, acesso em 22 ago. 2017, <https://www.un.org/press/en/2016/sc12267.doc.htm>; "Condemning DPR Korea's Missile Launch, Security Council to Pursue 'Significant Measures' in Response", UN News Centre website, 7 Feb. 2016, acesso em 22 ago. 2017, <https://www.un.org/apps/news/story.asp?NewsID=53178#.WZxmRWepjAU>; UNSC, "Security Council Strengthens Sanctions on Democratic Republic of Korea, Unanimously Adopting Resolution 2321 (2016)", press release, 30 Nov. 2016, acesso em 22 ago. 2017, <https://www.un.org/press/en/2016/sc12603.doc.htm>.

43. North Korea Sanctions and Policy Enhancement Act of 2016, Pub. L. No. 114-122, 130 Stat. 93 (2016), acesso em 22 ago. 2017, <https://www.congress.gov/114/plaws/publ122/PLAW-114publ122.pdf>.

44. Shakespeare, *The Tempest*, act II, scene I.

45. Charles L. Pritchard, "A Guarantee to Bring Kim into Line", *The Financial Times*, 10 Oct. 2003; Mike Chinoy, *Meltdown: The Inside Story of the North Korean Nuclear Crisis* (New York: St. Martin's Press, 2008), p. 31.

46. Jesse Johnson, "Hacked Memo Reveals Details of Bill Clinton's 2009 Meeting with North Korea's Kim Jong Il", *The Japan Times*, 30 Oct. 2016, acesso em 22 ago. 2017, <http://www.japantimes.co.jp/news/2016/10/30/world/politics-diplomacy-world/hacked-memo-reveals-details-bill-clintons-2009-meeting-north-koreas-kim-jong-il/>.



Os oficiais são, da esquerda para a direita: Major Enrique Rebolar Soler (Chile), Tenente-Coronel Julio Hernandez Fuentes (México), Major Fabian Baron Rozo (Colômbia), Tenente-Coronel Flavio Brandalise (Brasil), Major Carlos Luna Clara (El Salvador), Major Carlos Castro Olivera (Argentina), Tenente-Coronel Felipe Guimaraes Rodrigues (Brasil), Major Ivan San Miguel Lopez (Espanha), Tenente-Coronel Erix Polanco (Panamá) e Major Selwyn Austin (Guiana).

As edições ibero-americana e brasileira da *Military Review* tiveram o prazer de receber os oficiais alunos da América Central, América do Sul e Espanha que ora frequentam o Curso de Comando e Estado-Maior do Exército dos EUA, em uma cerimônia realizada na tarde de 14 de setembro de 2017. Presentes ao evento estavam o Subdiretor-Chefe e as equipes de todas as edições da *Military Review*, os oficiais de ligação do Chile e do Brasil, vários distintos convidados, os alunos e suas famílias.

Essa recepção anual serve para expressar o nosso desejo de fortalecer os laços de amizade com todos os exércitos ibero-americanos e estimular a troca de ideias e opiniões sobre vários temas de interesse para a comunidade castrense. Além disso, a *Military Review* deseja estabelecer relações profissionais e amistosas com os diversos centros de comunicações dos exércitos mencionados anteriormente e, também, dar-lhes calorosas boas vindas ao Forte Leavenworth.

Gen Bda Hertz Pires do Nascimento, Chefe do Centro de Doutrina do Exército Brasileiro oferta um livro sobre o Exército Brasileiro à Coronel Katherine P. Guttormsen, Editora-Chefe da *Military Review* no Forte Leavenworth, como agradecimento pela atenção recebida durante a visita realizada em 20 de setembro de 2017. A visita teve como objetivo realizar o intercâmbio de experiências relativas à edição e distribuição de publicações doutrinárias para o público militar, além de conhecer trabalhos na área de pesquisa histórica com ênfase na doutrina.

